



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SOCIOLOGIA

JULIANA MORAES CASTRO

ENSINO DE SOCIOLOGIA: análise comparativa das metodologias e práticas
desenvolvidas por professores da rede pública no interior do Maranhão

São Bernardo – MA

2019

JULIANA MORAES CASTRO

ENSINO DE SOCIOLOGIA: análise comparativa das metodologias e práticas
desenvolvidas por professores da rede pública no interior do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências
Humanas – Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão,
Campus São Bernardo, para obtenção do grau de Licenciado em
Ciências Humanas - Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Amanda Gomes Pereira.

São Bernardo – MA

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Castro, Juliana Moraes.

Ensino de Sociologia : análise comparativa das metodologias e práticas desenvolvidas por professores da rede pública no interior do Maranhão / Juliana Moraes Castro. - 2019.

116 p.

Orientador(a): Amanda Gomes Pereira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Berardo, 2019.

1. Ensino de Sociologia. 2. Formação Continuada. 3. Formação Inicial. 4. Metodologias. 5. Olhar Sociológico.
I. Pereira, Amanda Gomes. II. Título.

JULIANA MORAES CASTRO

ENSINO DE SOCIOLOGIA: análise comparativa das metodologias e práticas
desenvolvidas por professores da rede pública no interior do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo, para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas - Sociologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Amanda Gomes Pereira

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Amanda Gomes Pereira (Orientadora)
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão – Campus São Bernardo

Prof.^a Dr.^a Ana Caroline Amorim Oliveira (1^o Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão - Campus São Bernardo
Doutora em Antropologia

Prof.^o Dr.^o Washington Tourinho Junior (2^o Examinador)
Universidade Federal do Maranhão - Campus São Bernardo
Doutor em História

À minha mãe Francisca das Chagas, que é a razão da minha existência e companheira fiel nessa jornada, e ao meu avô que me criou e me ensinou o que é amor de Pai.

AGRADECIMENTOS

A conclusão de um trabalho nunca é fruto de um esforço solitário. Na minha condição de estudante, oriunda das camadas baixas da sociedade brasileira, a finalização de um trabalho monográfico, como este, não seria possível sem o amparo, apoio e cuidado de muitas pessoas. Por isso, no intuito de agradecer boa parte das pessoas que fizeram parte desta minha trajetória, venho por meio deste agradecer a todas e todos, com receio de esquecer alguns, mas com o coração alegre de saber que cada um faz parte de cada palavra e cada frase aqui escrita.

Agradeço primeiramente ao meu Deus pela sabedoria. Gratidão a ti Senhor por tudo que me concede e pôr estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Sei que sem ti não estaria conquistando mais essa etapa da minha vida, de muitas que estão porvir.

Agradeço imensamente a minha orientadora Dra. Amanda Gomes Pereira por me orientar, por toda sua dedicação e paciência. Posso dizer que todo esse período em que convivemos juntas, tive a oportunidade de conhecer uma pessoa maravilhosa, prestativa, companheira, amiga, guerreira e conselheira. Mais do que uma orientadora, uma grande mulher. Só tenho a lhe desejar toda felicidade dessa vida e mais uma vez agradeço por cada aprendizagem. Uma amizade que quero levar para toda vida.

Agradeço a minha família pelo apoio que tive durante essa caminhada. A minha mãe Francisca das Chagas, minha irmã Luiza pela ajuda financeira, amor e compreensão durante os dias de escrita desta monografia, sem a presença e carinho das duas, não teria chegado ao final deste trabalho. O tio Márcio, tia Maria, minha mãe/avó Raimunda, dedico também este trabalho. A uma pessoa muito especial na minha vida que me criou, cuidou de mim desde pequena, mas infelizmente não está mais ao meu lado para ver essa minha conquista, o meu pai/avô Wilson, muito obrigada.

Agradeço a todos os meus professores da graduação, pela contribuição no processo de ensino/aprendizagem. Fica a minha eterna gratidão aos professores: Laura Rosa, Ana Caroline, Karine Martins, Gladys, Alina Miranda, Fernanda Galvão, Thiago Lima, João Pedro Santiago, Clodomir Cordeiro, Washington Tourinho, Wandelson Miranda, Tedson Braga, Josenildo Brussio, Rogério Tavares, Jean Felipe, Marinéa Marinho e Ilma Moraes.

Aos meus amigos da turma 2014, pela convivência que tivemos nesses 4 quatro anos, entre alegrias e tristezas, conseguimos permanecer juntos apesar de alguns terem escolhido outros caminho no decorrer do trajeto.

Um agradecimento especial aos professores membros da minha banca pela leitura dedicada do meu trabalho, pela interlocução, pela confiança e apoio da professora Dra. Ana Caroline Amorim e do professor Dr. Washington Tourinho Junior.

Agradecer ao coordenador do curso de Ciências Humanas, professor Thiago Pereira Lima pelo apoio e presteza no atendimento das solicitações.

Aos meus colegas do Projeto Residência Pedagógica, pela convivência e troca de conhecimentos durante o projeto. Infelizmente, durante a caminhada perdemos um grande amigo, Diego Santos Almeida, jovem inteligente e carismático que mesmo não estando no nosso meio estará sempre em nossos corações.

Ao Cássio da xerox e dona Ana pela paciência e dedicação. Esses quatros anos não seriam os mesmos sem o trabalho competente deles.

As docentes Gislaine e a Chaguinha pelo apoio, dedicação e colaboração durante a pesquisa.

Agradeço aos professores que fizeram parte da pesquisa pela compreensão, confiança e sensibilidade de colaborar na construção deste trabalho. Obrigada a todos e todas.

Agradeço a comunidade escolar das duas escolas que tive contado durante o projeto Residência Pedagógica e ao apoio da CAPES. Com o financiamento do projeto que permitiu a mim, uma aluna que passou boa parte da universidade tendo que trabalhar para realizar o sonho de conseguir um diploma de nível superior, aprender o ofício glorioso e árduo da docência. Essa bolsa me permitiu vivenciar a universidade em todos os aspectos que essa instituição proporciona.

Aos secretários do curso Moises e John, bem como ao Carlos – administrador do campus – agradeço pelo auxílio nos momentos de dúvidas e indecisões quanto aos trâmites burocráticos da UFMA.

Ao diretor do campus de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão, Josenildo Campos Brussio. Agradeço por permitir, através da sua administração, um ambiente agradável para o ensino e produção do saber.

Agradecer o Carlos Alberto conhecido como Lorin, o senhor responsável por me levar todos os dias para a universidade. Sem o seu trabalho, nada disso seria possível.

Minhas queridas amigas fora da universidade pelo apoio e confiança, Rosa, Ariane, Aline Albuquerque e Fabiane. E também aos meus inúmeros irmãos.

Aos seguranças da Universidade, pela presteza e por dedicarem suas vidas para proteger-nos. As pessoas que cotidianamente se esmeram no trabalho de deixar o espaço da universidade limpo e agradável, a Dona Chagas, Janete, Francisco e o Chinês.

A todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste sonho, o meu muito obrigado.

“Uma criança, um professor, um livro e um lápis podem mudar o mundo”.

MalalaYousafzai

RESUMO

O presente trabalho trata de um estudo acerca ensino de Sociologia, uma análise comparativa das metodologias e práticas desenvolvidas por professores da rede pública no interior do Maranhão. Com o objetivo de investigar como ocorre o desenvolvimento das práticas metodológicas para o ensino de sociologia, em casos que professor (a) que atua na disciplina não possui formação específica nesta área de conhecimento. O interesse por esta temática surgiu durante a experiência de estágio de Ensino Médio I, onde observei que os professores que ministravam e ministram a disciplina de sociologia são formados em outras áreas do conhecimento. Surgindo assim, questionamentos sobre como ocorre à abordagem dos pressupostos fundamentais elencados por diversos autores clássicos do pensamento sociológico? Qual a qualidade do ensino ofertado nessas condições? A pesquisa foi realizada em duas escolas estaduais da área urbana localizadas em um município do Maranhão, na região Nordeste do País. O público-alvo foram 5 (cinco) docentes que possuem ou não a formação específica em Sociologia, tendo como critério de seleção na disciplina de Sociologia sem possuir uma formação. Para realização deste estudo recorreu-se a pesquisa qualitativa com observação participante, entrevistas semi-estruturadas e leitura de material bibliográfico, como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/ 96, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei nº 11.684/2008 e suas alterações. Para análise dos dados, trabalharei com autores que respaldam a educação e a prática do ensino da disciplina de Sociologia no âmbito, sendo eles: Durkheim (1987), José Murilo de Carvalho (2009), Amaury Moraes (2003; 2010), Bourdieu (1999), Florestan Fernandes (1964), dentre outros. Portanto, de início a hipótese deste trabalho se vinculava a importância da atuação de profissionais com formação em Sociologia, para efetivar com maior eficácia os objetivos da disciplina, resultando na melhor qualidade do ensino/aprendizagem para os alunos. Mas, após análise das entrevistas percebi que a qualidade do ensino está relacionada a vários fatores e que o ganho obtido com a criação das licenciaturas em Sociologia não pode estar desvinculado de uma formação continuada e de análises críticas sobre esses cursos.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Olhar Sociológico. Metodologias. Formação Inicial. Formação Continuada.

ABSTRACT

The present work deals with a study about the teaching of sociology, specifically from a comparative analysis of the methodologies and practices developed by the teachers of public school at the in the deep country of Maranhão state. In order to investigate how the development of methodological practices for the teaching of sociology occurs in cases where a teacher who works in the discipline has no specific training in this area of knowledge. My interest for this problematic borns during the internship experience in the first class of the High School, where I observed that the teachers who taught the discipline of sociology are trained in other areas of knowledge, but aren't trained in sociology. Thus, questions arise about it, as: how the fundamental assumptions approached by several classical authors of sociological thinking occur? What is the quality of education offered under these conditions? The research was carried out in two urban state schools located in a city of Maranhão, in the Northeast of the country. The target audience were 5 (five) teachers who have or do not have specific training in Sociology, having as a selection criterion in the discipline of Sociology without having a training. For this study we used qualitative research with participant observation, semi-structured interviews and reading of bibliographic material, such as: the National Education Guidelines and Framework Law (Lei de Diretrizes e Bases da Educação–LDB) No. 9.394/96, the National Curriculum Guidelines, the National Curriculum Parameters and the Law No. 11,684 / 2008 and their amendments. For data analysis, I will work with authors who support the education and teaching practice of the Sociology discipline; namely: Durkheim (1987), José Murilo de Carvalho (2009), Amaury Moraes (2003; 2010), Bourdieu (1999), Florestan Fernandes (1964), among others. Therefore, at first, the hypothesis of this work was linked to the importance of the performance of professionals with a background in Sociology, to achieve more effectively the objectives of the discipline, resulting in the best quality of teaching / learning for students. But, after analyzing the interviews, I realized that the quality of teaching is related to several factors and that the gain obtained from the creation of undergraduate degrees in sociology cannot be detached from continuing education and critical analysis of these courses.

Keywords: Sociology Teaching. Sociological view. Methodologies. Initial formation. Continuing Formation.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Curricular Comum.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

EJAI – Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC – Ministério da Educação.

OCEM – Orientações Curriculares para o Ensino Médio.

OSPB - Organização Social e Política do Brasil.

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

PNL - Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

SENAI - Serviço Nacional da Indústria.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação dos professores e escolas	80
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 UMA ANÁLISE DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL.	19
2.1 A inserção da Sociologia no Brasil.....	21
2.2 A Sociologia no Ensino Médio	30
2.3 O processo de escolha do livro didático	34
3 O ENSINO DA SOCIOLOGIA E A FORMAÇÃO CIDADÃ.	43
3.1 A importância da Sociologia na sociedade brasileira	49
3.2 Orientações curriculares do ensino médio – Sociologia: a importância das diretrizes na elaboração dos planos de aula pelos docentes da disciplina.....	53
4 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PESQUISA.	64
4.1 O processo de imersão no espaço escolar: a importância da observação no processo de análise da pesquisa.....	66
4.2 A sala de aula como espaço de formação de professores: comparando experiências.....	69
4.3 Escolha dos entrevistados e questionários.....	76
5AS ABORDAGENS METODOLÓGICAS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA: as Orientações Curriculares do Ensino e a prática docente em Sociologia.....	78
5.1 Abordagens metodológicas: as concepções e percepções dos docentes da rede pública de um município do Maranhão.....	79
5.2 Formar para Cidadania pela percepção dos docentes em Sociologia de uma cidade do interior do Maranhão.....	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.	108
APÊNDICEA – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PROFESSORES.....	115

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de um estudo acerca do ensino de Sociologia, a partir de uma análise comparativa das metodologias e práticas de ensino desenvolvidas por professores da rede pública no interior do Maranhão. Para elaboração deste, partiu-se de uma análise sobre o desenvolvimento das práticas metodológicas para o ensino de sociologia, em casos que o professor que atua nesta disciplina, mas não possui formação específica nesta área de conhecimento.

O interesse por esta temática surgiu durante a realização do estágio curricular supervisionado, do Ensino Médio I, quando pude observar que alguns professores que ministravam e ministram a disciplina de sociologia são formados em outras áreas do conhecimento. Diante disso, surgiu uma necessidade de compreender como o ensino era intermediado com os estudantes, na intenção de sanar os seguintes questionamentos: Como ocorre a abordagem dos pressupostos fundamentais elencados por diversos autores clássicos do pensamento sociológico? Qual a qualidade do ensino ofertado nessas condições?

Desde os debates iniciais acerca da inserção da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, quando se iniciaram as discussões com os argumentos favoráveis e contrários a obrigatoriedade da disciplina – durante o processo de redemocratização do país –, a preocupação com a tradução dos conteúdos sociológicos e quanto a formação docente fizeram parte das análises elaboradas. Nesse sentido, a presença muitas vezes não garante a qualidade do ensino ofertado, causando um desinteresse com relação a disciplina por parte dos estudantes. Devido ao fato do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia estar presente na região onde o município estudado se localiza, este trabalho teve por hipótese inicial um questionamento da formação do profissional que atua na rede pública e uma defesa da formação na área como um elemento propulsor da qualidade do ensino da disciplina.

Segundo o IBGE 2019, o município possui 28.507 habitantes, com 46 escolas no geral, sendo 06 estaduais. Esta pesquisa, contudo, será desenvolvida apenas em duas escolas estaduais na área urbana, conhecidas por Centro de Ensino Jardim Secreto e Centro de Ensino Arco Íris¹. A escolha dessas escolas deve-se a situação da disciplina no município, que não é ofertada em todas as escolas estaduais devido à falta de professores.

A pesquisa foi realizada com 5 (cinco) docentes que lecionam nesse município do Maranhão a disciplina de sociologia – possuindo ou não a formação específica na área -, e se

¹Os nomes das escolas são fictícios. Essa postura foi tomada para preservá-los e para garantir os parâmetros éticos da pesquisa acadêmica.

dedicam a formação cidadã dos alunos e alunas. Desses cinco professores, 2 (dois) são do sexo masculino e 3 (três) do sexo feminino, com idades que variam de 27 a 57 anos. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos docentes.]

Para a realização deste estudo, foi realizada pesquisa qualitativa, com observação participante e entrevistas semi-estruturadas. A observação participante foi desenvolvida durante a primeira fase do projeto Residência Pedagógica, de setembro/ 2018 a janeiro/ 2019. Na análise, também foram incluídas reflexões elaboradas durante a realização de estágio docente supervisionado pela pesquisadora. Com a pesquisa de campo, foi possível identificar de que forma os professores atendem as necessidades dos estudantes que passam por uma formação em Sociologia por estarem inseridos nos bancos das escolas públicas.

Nesse sentido, indaga-se: Quais as estratégias que esses docentes usam para ministrar uma disciplina que não é da sua área? Desse modo, foi utilizado como parte de metodologia à pesquisa documental através de leis educacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, com as alterações propostas.

Para análise dos dados, trabalhei com autores que respaldam a educação e a prática do ensino da disciplina de Sociologia, sendo eles: Émile Durkheim (1987), José Murilo de Carvalho (2002), Anthony Giddens (2005), Amaury Cesar Moraes (2003, 2011 e 2017) e Florestan Fernandes (1964, 1966 e 1997), dentre outros.

No primeiro capítulo refere-se a um esboço sobre o período histórico, em que destaquei o processo de institucionalização da disciplina de Sociologia no currículo do Ensino Médio e também sobre o processo da escolha do livro de didático de sociologia.

Já no segundo capítulo, é feita uma abordagem acerca dos debates sobre as campanhas em defesa da inserção da Sociologia na educação básica, tendo como precursor, clássicos da Sociologia como Émile Durkheim, bem como autores contemporâneos que fizeram a defesa da inserção da disciplina nos currículos escolares – Pierre Bourdieu, Georg Simmel e Bernard Lahire.

No terceiro capítulo, trabalhei com os percursos metodológicos e os dados de campo, serão apresentados de modo a arrematar o argumento central deste trabalho. Após a apresentação do passo a passo da pesquisa de campo – que se entrelaça com as atividades desenvolvidas pela pesquisadora no Programa Residência Pedagógica – e das entrevistas, serão descritos e analisados os dados da pesquisa que servirão de fundamento para demonstrar os aspectos positivos e negativos da formação do docente em Sociologia em atuação na rede pública de ensino em um município do Maranhão.

Com relação ao quarto capítulo, trata-se das análises da pesquisa de campo com os professores que ministram a disciplina de sociologia, de início quando me interessei por essa temática, a proposta era apresentar que a formação na área resulta em uma maior qualidade de ensino ofertado em sala de aula. Mas ao me deparar com as entrevistas que realizei com os docentes, entendo que a qualidade está ligada a vários fatores e que o ganho obtido com a criação das licenciaturas em Sociologia não pode estar desvinculado de uma formação continuada e de análises críticas sobre esses cursos. Nesse sentido, percebi que a garantia da Sociologia enquanto disciplina da educação básica, necessita de inúmeros esforços, principalmente da conscientização acerca da importância dessa etapa de ensino na formação dos profissionais e destacamos a importância no investimento da formação inicial e continuada com cursos de atualização na área direcionado para os docentes que ministram a disciplina de sociologia na rede estadual de ensino.

2 UMA ANÁLISE DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL.

Antes de compreender como o Ensino de Sociologia chegou ao Brasil, é de suma importância entender os fatores que impulsionaram o processo construtivo de uma ciência voltada ao estudo da sociedade e das formas de agrupamento social. No século XIX, surge a sociologia, de forma científica com intuito de analisar as transformações dos fenômenos sociais que estavam ocorrendo na Europa. O precursor dessa disciplina é considerado o pai da Sociologia, o pensador francês Émile Durkheim. Esse autor também é referência na área da Sociologia da Educação, primeira disciplina que leciona.

Para entender o nascimento da sociologia, é necessário voltar um pouco ao passado, aproximadamente ao século XVI, foi justamente nesse período histórico que se iniciou no continente Europeu processos que mudaram o modo do homem pensar, a forma dele se relacionar com o seu cotidiano e seu meio social. Esses processos são marcados por diversos acontecimentos entre eles a revolução científica que colocou o homem no centro do universo, que impulsiona o que Weber (2004) chama de *desencantamento do mundo*. Desse modo, através da razão humana o homem se torna capaz de dominar a natureza ao criar utensílios e ferramentas para seu controle. Nesse sentido, no mesmo século aconteceu a reforma protestante que promoveu mudanças significativas nos costumes e valores dos países europeus, tendo influências em suas colônias na América.

Para Weber o texto “a Ciência como Vocação”, é considerada uma palestra proferida pelo autor em 1917, trata-se de um dos campos da atividade humana ligado ao modo de conhecer, aplicar e repetir, isto é, um dos fundamentos de questionamentos mais comuns que existe, quando se estuda a ciência, como se pode ou se conhece, são questionamentos normais ou naturais, de explicar e esclarecer as dúvidas, Max Weber inicia mostrando a diferenciação das atividades de docentes, após fala sobre a diferença do docente e o pesquisador propriamente científico e qual o dever da ciência? Nesse contexto, um dos elementos principal do raciocínio de Max Weber é estabelecer o que ele chamou de “Desencantamento do Mundo” são processos místicos ou explicações meramente espirituais e religiosas, que passa pelo meio científico, trazendo resultados voltados para determinados objetivos e fins, mas esse processo só é possível através da lógica helênica, a lógica grega clássica e o racionalismo científico experimental. Desse modo, é possível afirmar que a racionalização segundo Max Weber promove o “Desencantamento do Mundo” o homem é capaz de transformar seu espaço na sociedade que está inserido e não precisaria mais recorrer a qualquer tipo de forças ou ideias cheias de magia.

Desde que a Sociologia constituiu-se no século XIX como um campo específico de estudos e um saber científico, vem contribuindo para compreensão da estruturação social e analisar como ocorrem as relações sociais no meio em que o homem vive. Desse modo, a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial de 1760, e a necessidade de entender todas as alterações que houve na Europa contribuiu para o surgimento da sociologia, pois precisava de um conhecimento científico que refletisse sobre todos esses fenômenos e fatos sociais, desse modo, esses dois acontecimentos históricos foram de extrema importância para o surgimento do pensamento sociológico. Conforme Martins (1994, p.11) a ocorrência de tais eventos fez emergir a necessidade de um novo método de análise da nova forma de organização social, como, as transformações econômicas, novos hábitos, novas classes sociais, migração e crescimento das cidades.

Desse modo, todas essas alterações sociais na Europa mudou o pensamento do homem moderno, através da razão ele percebeu que existiam possibilidades de viver em liberdade, de maneira crítica e reflexiva. Nesse contexto, o modo de confrontar todas essas transformações socioeconômicas e a necessidade de entender, surge a sociologia, uma ciência com métodos próprios que permite uma reflexão dos fenômenos e fatos sociais.

Assim, o termo “Sociologia” foi elaborado por Augusto Comte a partir da obra do curso de Filosofia Positiva (1839) filósofo francês, responsável pela *teoria positivista*². A definição da palavra sociologia está vinculada a dois termos “societas”, em latim significa “sociedade”, e “logos”, termo grego associado ao estudo e ciência, caracterizando como um estudo científico da sociedade e do comportamento do homem em relação seu meio social. Auguste Comte, em 1839, pretendia unir a Psicologia, a Economia e a História, levando em consideração que esses assuntos estavam ligados ao homem e o seu comportamento, por isso Auguste Comte é considerado como o pai da sociologia. Mas, vale ressaltar que todos os conjuntos de fundamentos sociológicos foram somente institucionalizados por Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, esses pensadores renomados tornaram base para o estudo da sociologia e das relações sociais. Assim, o ensino de sociologia surge em um contexto de revoluções e transformações sociais, contribuindo para reflexão de uma sociedade moderna, tendo por finalidade o estudo da sociedade e dos indivíduos que a compõe.

²Conforme o filósofo Auguste Comte 1830, “*teoria positivista*” está ligada a uma corrente positivista que surgiu na França no século XIX, a mesma procurava explicar os fenômenos naturais e humanos através da observação e da elaboração de leis imutáveis, desse modo, o positivismo defendia a ideia de que o conhecimento científico era a única forma real, isto é, segundo os positivistas só se podia afirmar que uma teoria seria verdadeira se ela fosse comprovada por meio de métodos científicos válidos, desse modo, a ideia principal do positivismo foi conhecimento científico em que deveria ser reconhecido como a única forma de conhecimento real e verdadeiro.

2.1 A inserção da Sociologia no Brasil.

A entrada de Émile Durkheim para Universidade de Bordeaux, em 1887, foi um marco internacional para o ensino da sociologia nos currículos oficiais. No Brasil, a primeira proposta da inserção de sociologia data de 1870, quando Rui Barbosa propõe a substituição da disciplina “Direito Natural” pela Sociologia. Segundo ele, o direito está associado mais com a questão da sociedade e dos fenômenos sociais do que com um pretense “estado de natureza” (BRASIL, 2006, p.101). E após a Proclamação da República a sociologia foi apresentada por Benjamim Constant em 1891, considerada como essencial para o ensino secundário. Com a reforma da Educação Secundária do primeiro governo republicano, a sociologia passa ser disciplina obrigatória nesse nível de ensino.

Mas, posteriormente veio à morte de Benjamim Constante a sociologia é retirada das grades curriculares, com a promulgação da Reforma Epiácio Pessoa (1901), sem que ao menos tivesse sido ofertada. Assim, lentamente a Sociologia vai ganhando seu espaço nos currículos da escola secundária e do ensino superior, seu ensino na época era ministrada por médicos, advogados e militares para explicar o papel transformador e conservador da educação. Por volta do século XX, a disciplina passa ser ministrada particularmente nas escolas de formação de docentes, chamada de escola Normal dos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco.

Em 1925, com a reforma Rocha Vaz (Decreto n. 16.782-A, de 13/01/1925) a disciplina de sociologia torna-se obrigatória nos anos finais dos cursos preparatórios, ainda que a sua existência seja delimitado pela autonomia dos estados. Desse modo, a sociologia foi inserida no currículo como disciplina obrigatória nas escolas secundárias, no currículo da 6ª série ginásial, formados por discentes que pretendiam adquirir um diploma de Bacharel em Ciências e Letras. Conforme Oliveira (2007, p. 20), nesse período “por iniciativa de Fernando de Azevedo, o colégio Pedro II, do Rio de Janeiro torna-se a primeira escola a introduzir a Sociologia como disciplina, no nível médio, sendo Delgado de Carvalho o professor encarregado de lecioná-la”.

Mais tarde com a reforma de Francisco Campos (decreto nº 19.890, de abril de 1931), na sequência da Vitória da Revolução de 1930 e criação do Ministério de Educação e Saúde pública, a sociologia se manteve disciplina no currículo de ensino secundário na preparação para o Ensino Superior. (MORAES, 2011).

Desse modo:

Os discentes passariam por uma formação básica de cinco anos e por outra complementar de dois anos. Sendo para esses dois anos se destinaria uma preparação para ingressar nas faculdades de Direito, Ciências Médicas, Engenharia e Arquitetura. A Sociologia compunha esse ciclo de formação complementar (MACHADO, 1987; SANTOS, 2002; RÊSES, 2004 *apud* FREITAS E FRANÇA, 2016, p.43).

Conforme a citação compreende-se que, nesse primeiro momento de inserção a Sociologia é compreendida como uma maneira de constituição e crescimento em volta das Ciências Sociais. Assim, entre 1933 e 1934, surgiram vários cursos superiores de Ciências Sociais, como a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo 1933, no Rio de Janeiro em 1934 e na Universidade do Distrito Federal, em 1935 a Sociologia ingressa no sistema científico brasileiro. Contribuindo para a formação dos futuros bacharéis, muitos docentes estrangeiros chegaram ao país para a implantação do que posteriormente seria a Universidade de São Paulo.

Houve um crescimento na produção científica nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, contribuindo no surgimento de gerações de pesquisadores brasileiros formados pelas instituições brasileiras. A nascente sociologia brasileira teve uma importância significativa em relação ao rumo do pensamento social brasileiro, com especial relevância para Florestan Fernandes e Antônio Candido – como destaca (TOMAZI, 2000).

Nesse sentido, é possível compreender na primeira fase do governo de Getúlio Vargas, a reforma de Francisco Campos trouxe uma ampliação do ensino de sociologia no país em nível secundário, pois estava saindo dos marcos das escolas Normais e aumentando as possibilidades de uma formação mais humanista aos discentes.

Na segunda fase do governo Getúlio Vargas, em 1942, a sociologia enquanto disciplina volta a ser excluída do currículo através da Reforma Capanema, que marca o fim da obrigatoriedade do ensino de sociologia nos cursos secundários. Todavia, continuava sendo ministrada apenas nas Escolas Normais, até o golpe militar de 01 de abril de 1964, quando o ensino de sociologia foi limitado ao espaço universitário. O objetivo dessa reforma era justamente:

Desvincular o Ensino Secundário do Ensino Superior, colocando ensino de Sociologia mais de caráter preparatório do que formativo. Ela perde o caráter de disciplina e alguns dos seus conteúdos passam a integrar a proposta curricular de Filosofia no 3º ano do curso clássico. (MACHADO, 1987; SANTOS, 2002 *apud* FREITAS; FRANÇA, 2016, p.44).

Conforme a citação acima, os períodos de 1925 a 1942 são considerados como anos dourados com relação ao ensino de Sociologia, saindo dos espaços acadêmicos para o cotidiano das classes médias. Nos períodos de 1942 a 1960, se presencia uma reviravolta na área das Ciências Sociais, com a Sociologia novamente retirada dos currículos de ensino secundário, pois esses anos são marcados como períodos de transição com uma presença intermitente, que levou a uma luta dos pesquisadores na área por um espaço nos currículos escolares (MORAES, 2003).

Para compreender sobre a educação ao longo do segundo governo de Vargas (1951-1954) é necessário voltar o primeiro governo (1930-1945) período que foi criado o Ministério da Educação e Saúde no Brasil em 14 de novembro de 1930, um sistema nacional público de ensino, foram feitas reformas em que se mantiveram décadas além de 1940. Tais como, a Reforma Universitária, a Reforma do Ensino Secundário (1942), criação da Universidade do Brasil e a criação do Serviço Nacional da Indústria (Senai) em 1942. De certa forma, o ano de 1930 segundo Carvalho (2002, p.87) foi visto como “um divisor de águas no país”. Nesse contexto, o governo de Vargas colocou em prática medidas que qualificou o campo dos direitos sociais uma nova configuração.

Desse modo, houve medidas que fora aprovada pela criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, foi vários decretos, designado por Reforma Francisco Campos, apresentadas pelo o autor Saviani (2008), o “Decreto nº. 19.850, criando o Conselho Nacional de Educação - CNE; Decreto nº. 19.851, organização do ensino superior; Decreto nº.19.890, organização do ensino secundarista; Decreto nº. 19.941, instituição do ensino religioso no ensino público e o Decreto nº. 20.158, organização e regulamentação do ensino comercial”. De certa forma, é importante ressaltar que todas essas estratégias políticas na época não favoreciam todos, aparentemente dava aquela falsa sensação de que o governo estaria preocupado com a classe de trabalhadores, mas os padrões educacionais não estavam comprometidos no desenvolvimento dos cidadãos.

É importante destacar que segundo o autor Fausto (2001, p. 188), o governo de Vargas tinha por objetivo “formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada” e, por meio da educação seria possível, já havia um contexto histórico de descomprometimento pelo Estado. Em questão da Reforma ao ensino primário e normal em que o estado fez, foi de certa forma pioneira no país, seguia os pressupostos da “Escola Nova”, que chegou ao Brasil pelos educadores Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo depois da primeira Guerra Mundial. Vale ressaltar também que instituiu a reforma nº 19.941, o ensino religioso nas escolas no país todo sob a influência John Dewey filósofo guiados pela Escola Nova.

Nesse contexto, a proposta da “Escola Nova” é defender o ensino que aparece como modelo tradicional de educação, o docente seria de certa forma, um orientador do saber e os discentes seriam acompanhados conforme as áreas de interesses. Nesse sentido, as atividades passam a ser mais livres ao professor que trabalharia como um incentivador nesse processo educativo em que perpassa um ambiente que possibilita o aprendizado. Porém, essa proposta de ensino, solicitava de altos custos e somente a elite foi favorecida. Desse modo, “a Escola Nova, aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites.” (SAVIANI, 2009, p. 09).

Após a demissão de Francisco Campos em 16 de setembro de 1932, outro mineiro assumiu o cargo no governo chamado por Washington Pires em 25 de julho de 1934, o mesmo seria substituído por Gustavo Capanema, que foi apresentado em Minas Gerais e permaneceu ao Ministério da Educação por longos períodos até em 1942. Esse Ministério Capanema ficou reconhecido por grandes reformas que promoveu projetos já iniciados durante a gestão de Francisco Campos sazoados e implementados, dentre eles ressalta a Reforma do Ensino Secundário e o projeto de reforma universitária que resultou na criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desse modo, a reforma do ensino secundário através da lei orgânica nº. 4.244, seguia como um curso de preparação em direção ao ensino superior, através dessa nova proposta resultou em dois ciclos o ginásio com duração de quatro anos e o colégio com três anos, foi dividido no âmbito científico e clássico, o ginásio estudava o campo das ciências da natureza e o colégio as ciências humanas, nesse sentido, na prática o curso clássico direcionava para as faculdades Direito, Filosofia, Ciências e Letras, e o curso científico encaminhavam para Medicina, Farmácia e Odontologia, de certa forma, a prática do curso secundário continuava sendo uma preparação para o vestibular (PALMA FILHO, 2010). Nesse contexto, percebe-se a educação traçava uma ideologia a respeito da preparação da classe trabalhadores para mercado de trabalho e já da elite de certa forma, para uma formação de ensino superior.

Com a mudança do ministério para a criação do MEC, com uma pasta destinada exclusivamente a educação, surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 4.024/61), que a sociologia permanece, mas como disciplina optativa ou facultativa nos currículos. Segundo Oliveira (2007, p. 11) “poderia ser oferecida, dependendo da opção dos Conselhos Estaduais, os quais poderiam definir três disciplinas optativas e complementares”. Nesse caso, ficaria a cargo da escolha dos estados e das instituições de ensino a oferta ou não o ensino da disciplina. Assim, é possível observar as escolas tinham autonomia com relação a construção do currículo, não tendo a por obrigação de inserir o ensino de sociologia em sua grade curricular.

Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases posterior, a Lei nº 5.692/71, teve esse mesmo caráter optativo. Por ter sido promulgada durante o regime militar, dificilmente aparecia a sociologia com obrigatoriedade, uma vez que as disciplinas “Moral e Cívica” e “Organização Social e Política do Brasil (OSPB)” deveriam cumprir com o papel de formar para a cidadania. Essa lei foi chamada por Reforma Jarbas Passarinho e tinha como objetivo garantir a formação de mão de obra qualificada, com um custo baixo. Desse modo, essa reforma estava em sincronia com as exigências do modelo político-econômico em curso, isto é, baseado nas mudanças do milagre econômico.³

O período do Regime Militar de 1964 a 1985 houve uma supervalorização com relação aos conhecimentos técnicos em detrimento das Ciências Humanas, pois o ensino técnico fornecia trabalhadores para o mercado de trabalho ao final da formação do ensino básico. Nesse contexto, o ensino de Sociologia foi excluído da educação básica pelo Decreto Lei nº. 869 de 1968. Porém, ao fim da ditadura, os docentes de Sociologia se juntam com algumas universidades por meio de campanhas com objetivo da inclusão da mesma no currículo do Ensino Médio (SANTOS, 2002).

Com a Lei Federal nº. 7044/82 (BRASIL, 1982) e a Resolução SE/SP nº.262/83 (SÃO PAULO, 1983), nos anos de 1980, houve uma abertura um processo de abertura para a inserção da sociologia no 2º grau. Nesse processo de reinserção, a disciplina ainda aparece como optativa, porém, começam a surgir os primeiros materiais e programas relacionados ao ensino de sociologia. Desse modo, isso promoveu a inclusão da disciplina lentamente no ensino e o surgimento das primeiras licenciaturas na área (BARBOSA; MENDONÇA; SILVA, 2007 *apud* FREITAS; FRANÇA, 2016, p. 46-47).

Já em 1986, na Resolução de nº 6 do Conselho de Educação (BRASIL, 1986), recomenda o ensino de Filosofia no 2º grau como parte de um núcleo comum de disciplinas, com dois tipos de cursos nesse nível de ensino: um estaria voltado para formação geral e o outro para o profissionalizante. Nesse contexto, e com base nessa Resolução que possibilitou a inclusão da sociologia, passa a serem incorporados conteúdos diversificados atrelados a

³O “milagre econômico” é denominado como uma soberania de um período histórico no Brasil de 1968 a 1973, pois, esse período foi descrito pelo o rápido crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), Industrialização e baixos níveis inflacionários, desse modo, o milagre econômico está no “Programa de Ação Econômica do Governo” (PAEG), esse programa foi criado na gestão do presidente Castelo Branco de 1900 a 1967, o primeiro governante do período da ditadura militar, desse modo, o Programa PAEG tinha por incentivo às exportações, reforma na área fiscal, tributária e financeira da economia nacional, abertura ao capital exterior, mas na gestão de Artur da Costa e Silva de 1899 a 1969 mostrava sinais de findar, somente no governo de Emílio Médici de 1905 a 1986 o “Milagre Econômico” chegou no auge. Outro ponto importante a ser ressaltado desse período é que o imposto recolhido do trabalhador era utilizado para incentivar a construção civil.

disciplina aos currículos. Em alguns estados da federação, a disciplina passa então fazer parte dos currículos de ensino secundário em São Paulo (1984), no Pará e no Distrito Federal (1986) (RÊSES, 2004 *apud* FREITAS; FRANÇA, 2016, p.47).

Desse modo, vale ressaltar que na capital federal – essa época já estava situada em Brasília, DF – a implantação da Sociologia ocorreu por meio de reforma curricular implantada em 1985. Em 2000, surge um novo currículo nas escolas públicas do Distrito Federal, em que a disciplina passa ser ministrada como disciplina obrigatória no Ensino Médio completo, apesar da carga horária semanal reduzida.

No Rio de Janeiro e Minas Gerais, a inclusão da Sociologia acontece por volta de 1989, por meio das constituições estaduais. Em 1997, foi o Estado do Mato Grosso a incluir a disciplina no currículo escolar como obrigatória. Com relação ao Estado do Paraná, o ensino se deu de vários núcleos, pois reformularam seus currículos em 1997 e 1998, fizeram do mesmo modo que os demais estados incluindo a Sociologia disciplina obrigatória.

Esses processos de intermitência estiveram presentes não apenas nos cenários nacionais, mas também em estados como: Espírito Santo e Santa Catarina, quando em 2001, esses aprovaram através de suas Assembleias Legislativas Estaduais, leis que introduziram o Ensino de Sociologia. Em questão ao Estado do Piauí, foi em 2002 por meio da Assembleia Legislativa que aprovaram a Lei 5.253, de 15 de julho de 2002, a obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio. (SOUSA, 2012).

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, recomenda no art. 36, inciso III, que o discente deveria dominar ao final do ensino médio, os conhecimentos de filosofia e sociologia necessários para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996). Em 1997, através de campanha promovida pelo deputado federal Padre Roque Zimmerman (PT-PR) e de projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados, há um esforço para alteração do texto da LDBN 9.394/96, deixando o seu texto menos ambíguo, com a proposição da inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia como obrigatórias no currículo da educação básica (MORAES, 2011).

Em 1998, a partir de interpretação equivocada da LDBN de 96, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) no Parecer Conselho Nacional de Educação/CEB 15/98 e da Resolução CNE/CEB 03/98 fica estabelecido o ensino da disciplina do modo interdisciplinar. Pois essas diretrizes apresentam que os conteúdos sociológicos devem ser abordados de maneira diluída por outras disciplinas que compõem as Ciências Humanas, bem como por outras disciplinas do currículo (BRASIL, 2006; BARBOSA; MENDONÇA; SILVA, 2007 *apud* FREITAS; FRANÇAS 2016, p.47).

Esse parecer provoca uma reação e uma campanha realizada por docentes da área de Sociologia. Em maio de 2008, o Congresso Nacional votou na Lei nº. 11.684 de junho de 2008, que consolidou a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio após 40 anos de lutas, transição de idas e vindas, conquistando finalmente seu espaço no Brasil. Contudo, sua presença enfrenta desafios, tendo a disciplina com baixa horária semanal, no qual geralmente são uma ou duas aulas por semana, assim o Ensino de Sociologia, sendo o ensino ministrado de maneira limitada e apressada. Porém, nos dias atuais, há novamente a tentativa de retirada da disciplina do currículo com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – em que irei me deter mais especificamente a seguir.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento com intuito de orientar no ensino/aprendizado em todas as escolas brasileiras, tanto as públicas quanto privadas e como aquelas com tempo integral, as quais devem moldar suas propostas curriculares e se adaptar à nova reforma de ensino, a Base abrange toda as etapas da educação básica, desde a educação infantil a conclusão do ensino médio, contudo, longe de ser um currículo pois são documentos diferentes e com objetivos distintos, assim é um documento orientador que apresenta o que se espera que os alunos desenvolvam ao longo da educação básica, trazendo habilidades e competências que são apontadas como fundamentais e que devem ser desenvolvidas na escola, tipo de referência dos objetivos de aprendizagem de cada etapa de formação dos estudantes.

Desse modo, a Base Nacional é aquele instrumento com objetivo de orientar na reelaboração de um currículo específico para cada secretaria de educação municipal e estadual, sem desconsiderar as características metodológicas, sociais e regionais de cada escola. Já o currículo é compreendido por ser um planejamento do que seria ministrado dentro de uma sala de aula e dos objetivos de conhecimento que se esperava alcançar. Visto isso, a Base Nacional Comum Curricular orientará na construção desse currículo escolar e a elaboração deverá ser construído de forma que as competências e habilidades colocadas pela BNCC sejam utilizadas em sala de aula, desse modo, se percebe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem o intuito de prever o que é fundamental para os alunos, mas deixa as escolas a liberdade de decidir o que irá constar no currículo, porém, a Base quer que as escolas incluam questões a respeito da identidade, cultura e contexto, mas conforme a realidade em que as escolas estão, com objetivo de garantir a igualdade e uma sociedade justa, através do respeito a diversidade cultural do Brasil.

Desse modo, é importante destacar que a BNCC não tem por finalidade apontar como serão desenvolvidas as habilidades e competências, mas apresentar quais são as essenciais, isto é, o que teve ser transmitido em sala de aula não pode ser resumido apenas em

conteúdo, mas deve ser refletido de maneira que desenvolva as competências e habilidades apresentadas pela Base, sendo assim, o professor deverá ajustar suas práticas pedagógicas.

Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está na terceira versão aprovada deste 2018 e pode entrar em vigor até 2022, carga horária de até 1800 horária, o currículo previsto pela Base é dividido em dois momentos, o primeiro é durante o ensino fundamental a formação torna igual para todos os alunos, isto é, os conteúdos serão os mesmos para todos. O segundo momento refere-se ao ensino médio em um contexto diferente, pois o aluno poderá escolher “itinerários”, para seguir, definido as áreas em que considera mais importante para se concentrar.

Desse modo, outro ponto a ser destacado nesse contexto é que as únicas disciplinas obrigatórias nos três anos do ensino médio será apenas a Língua Portuguesa e Matemática, assegurada às comunidades indígenas especificamente as línguas maternas (LDB, Art. 35-A, §3º), independente da área de estudo o aluno define em seu itinerário formativo, mas o ensino das disciplinas de Sociologia, História, Filosofia e Educação Física não deixaram de ser ministrados, pois a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)* inclui a obrigatoriedade dessas disciplinas no ensino médio “física, arte, sociologia e filosofia (Art. 35-A, § 2º)”. Mas a BNCC não esclarece em quais anos essas disciplinas serão exigidas, deixando a critério das escolas conforme a realidade que os alunos se encontram, é notável perceber que a BNCC tem por base de acabar o foco conteudista, promovendo uma formação mais ampla “preparando os estudantes para os desafios da vida e o mercado de trabalho”, as instituições de ensino devem reelaborar seus currículos dentro do contexto da realidade de seus alunos e atender as competências e habilidades prevista pela BNCC, sendo assim, os alunos têm o acesso de fazer suas próprias escolhas no Ensino Médio, procurando conhecimentos nas áreas às quais são mais interessantes para seu projeto de vida e poderá se quiser seguir uma formação técnica e profissional.

Uma outra questão que merece ser destacada, é que a Sociologia enfrentou no passado e, atualmente enfrenta, a ausência de docentes com formação específica na área que ministram a disciplina nas escolas públicas. Vale lembrar que, no passado, devido a uma oferta limitada de docentes com formação superior, se justificava essa situação. Mas vale destacar que o contexto atual se transformou.

O problema em questão da ausência de professores, com formação específica na área, pode ser atribuído à gestão administrativa da educação brasileira, e como essa se reflete no sistema educacional. Visto por esse último caso, compreende-se que as políticas por si optam uma economia de gastos com relação às contratações de novos docentes, pois, ao mesmo tempo,

fazem aproveitamentos de professores com formação em outras áreas do conhecimento. Esta prática por um lado mostra a fragilidade da educação pública no Brasil. Por outro lado, mostra uma desvalorização das ciências sociais. Essa postura reflete a ideia de que qualquer docente estaria qualificado para ministrar a disciplina, aplicar seus conteúdos e métodos de ensino em sala de aula.

Se a legislação e os documentos oficiais afirmam a obrigatoriedade do ensino de sociologia nos três anos da educação básica, a “legitimidade” da sociologia enquanto disciplina considerada uma nova concepção de educação, por outro, essa legitimidade e reconhecimento enfrenta dificuldades no contexto das práticas escolares, bem como no âmbito da formação de docentes. Desse modo, a Sociologia está em constante luta pela sua institucionalização como disciplina escolar no Ensino Médio. Conforme a Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008:

O ensino de Sociologia foi legitimado após anos de debates sobre o papel desta disciplina dos currículos escolares. A lei de 2008 alterou o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todo o Ensino Médio. A partir disso, Sociologia e Filosofia passaram a ser obrigatórias nas séries do ensino médio. (BRASIL, 2008).

O Ensino de Sociologia é indispensável, pois contribui para formar cidadãos críticos, aqueles que possuem informações diversificadas com relação ao mundo em que estão inseridos, tendo uma visão reflexiva e crítica diante a sociedade. Dessa forma, ela foi introduzida sendo como disciplina obrigatória, conforme o Parecer CNE/CEB nº 38/2006:

Conforme o Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB nº38/2006), “esse parecer tem por objetivo atribuir a Sociologia o papel de promover um conhecimento reflexivo e crítico sobre a cidadania do qual o homem está inserido, isto é, levando os jovens a se questionar e pensar sobre sua integração na sociedade, ou seja, um dos objetivos do ensino dessa disciplina é justamente promover aos alunos um conhecimento crítico com relação ao seu meio social. Contribuindo assim para sua inserção social”. (BRASIL, 2006).

Conforme a citação, pode-se destacar que um docente de sociologia tem por objetivo despertar em seus alunos um *olhar sociológico*, ou seja, construindo para o *estranhamento* que promove a desnaturalização da vida social, em um esforço de desnaturalização. Os casos dos acontecimentos da vida na sociedade, as concepções existentes a respeito dela e as explicações, promovem um senso crítico e reflexivo com relação à vida social, permitindo observar a realidade em que os indivíduos estão inseridos.

Diante do que foi exposto sobre a trajetória da disciplina de Sociologia na Educação Básica, segundo Santos (2002), podemos dividi-la em três períodos: primeiro período está vinculado com sua institucionalização (de 1891 a 1941); segundo período está relacionado com sua ausência como disciplina obrigatória (de 1941 a 1981) e os últimos períodos estão ligados à reinserção gradativa (de 1982 a 2001). Nesse contexto, esse processo é marcado pela sua intermitência, por retirada ou inserção, e pela fragilidade de sua permanência.

2.2 A Sociologia no Ensino Médio

A Sociologia enquanto disciplina passa ser obrigatória no Ensino Médio desde 2008. Essa alteração encaminhou para a mudança da legislação educacional, incluindo nas três séries do ensino. Conforme o trecho do artigo 36 da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), que altera com a seguinte afirmação “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”. Essa alteração ocorreu durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sinalizada pelo presidente em exercício e pelo vice José de Alencar. Nesse contexto, percebe-se que a alteração da Lei de 1996, afirma ao final do Ensino Médio: *o educando deverá demonstrar conhecimentos de Filosofia e Sociologia fundamental para o exercício da cidadania* (BRASIL, 1996).

Deste modo, com relação aos pressupostos metodológicos da sociologia, se verifica três tipos de recortes que são reiterados nas propostas para construção do ensino de Sociologia no nível médio e que se encontra nos parâmetros curriculares oficiais, nos livros didáticos ou nas escolas. Esses são divididos em: *conceitos, temas e teorias*.

Os *conceitos* são considerados parte de um discurso científico, diz respeito a realidade concreta. Assim a linguagem sociológica precisa de uma tradução própria para ser implementada nas salas de aula do ensino. O trabalho do professor, ao apresentar conceitos abstratos, necessita inicialmente conhecer cada um deles em suas conexões com as *teorias*, para conseguir contextualizá-los, associando-os aos *temas* (BRASIL, 2006).

Segundo as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006, p.118), aborda as vantagens e desvantagens de se trabalhar com conceitos, nesse sentido, uma das vantagens de se trabalhar com conceitos no Ensino médio é proporcionar aos alunos e alunas a capacidade de abstração, necessário para o desenvolvimento de uma análise mais profunda sobre a sociedade e promover aos discentes um conhecimento além do senso comum ou das possíveis aparências que se tem em relação a história da sociedade.

Desse modo, um conceito é fundamental no discurso científico em “que consegue sintetizar as ações sociais para poder explica-las como uma totalidade”. Nesse sentido, os alunos e alunas desenvolverão uma linguagem específica, uma linguagem sociológica, e saberão tratar as questões sociais em que estão inseridos. Porém, uma desvantagem que pode ser exemplificada pelo uso de outro conceito, é o de *ideologia*, elaborado por Destutt de Tracy⁴(1796), que significa a ciência ou estudo da gênese das ideias, segundo Napoleão identificava os críticos como ideólogos, metafísicos, na qual desenvolveu a compreensão de ideologia como “ideia falsa” ou “ilusão” que Karl Marx também utilizou, posteriormente. No entanto, podem-se trabalhar alguns conceitos como, por exemplo, solidariedade orgânica, solidariedade mecânica, tipo ideal, burguesia, dentre outros.

Com relação aos *temas* pode-se pensar em várias abordagens para se trabalhar em sala, mas ficando a cargo das metodologias dos professores e da própria escola. Para adaptar com a realidade dos estudantes, por exemplo, compreender temáticas elaboradas tendo por base os contextos sociais e as dinâmicas sociais em que esses estão inseridos. Ao utilizar essa estratégia metodológica, como destacado nas Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006, p.120), fazendo uma análise dessas possibilidades e desafios na utilização de temas para desenvolvimento dos conteúdos de Sociologia – proposta, inclusive, preconizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Ciências Humanas e suas tecnologias. Há, contudo, que se destacar o perigo do docente se perder ao utilizar essa abordagem, visto que, muitas vezes, são temas que abarcam uma enormidade de questões. Ao segui-la como recurso – proposta presente em que alguns livros didáticos utilizados na rede pública de ensino – se torna ainda mais crucial a formação do professor na área para que não se reproduza senso comum em sala de aula. Sob esse prisma, a sociologia se preocupa com as questões das análises das formas de violência, poder, globalização, relações de gênero, meio ambiente, sexualidade, preconceito, questão racial, cidadania, direitos humanos, movimentos sociais, meios de comunicação de massa, etnocentrismo, entre outros. (BRASIL, 2006).

Desse modo, de acordo com as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006, p. 121), ressaltar que a vantagem de se trabalhar com temas é justamente “evitar com que os estudantes sintam a disciplina como algo estranho, sem entender porque tem mais uma disciplina no currículo e para que ela serve”. Destaca ainda que “discutir temas sempre que possível do interesse imediato deles permite ao professor desencadear um processo que vai

⁴Antoine Louis Claude Destutt de Tracy (1754-1836) foi conhecido como um filósofo, soldado, político e líder da escola filosófica dos Ideólogos.

desenvolver uma abordagem sociológica mais sólida de questões significativas sem que isso represente um trabalho muito complexo, abstrato e, por vezes, árido”.

Já, a desvantagem de iniciar o trabalho com temas, de acordo com as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006, p.121), destaca-se “a necessidade de o professor ter uma capacidade analítica muito grande e um amplo conhecimento da realidade da sociedade em que vive, pois do contrário será apenas uma saída para tornar as aulas mais interessantes, ou, como se disse acima, apenas uma relação de temas sem conexão entre si, com a história e as teorias que possam explicá-lo uma banalização e uma perda de tempo”. Desse modo, as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006), aborda que “não se pode reduzir essa abordagem a coletar informações em jornais e revistas sobre esta ou aquela temática, pois é necessário fundamentar o debate em bases teóricas e construir um discurso sobre os temas com bases conceituais rigorosas”.

E, por último, ao trabalhar com Teorias segundo as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006, p.125) o professor escolhe reproduzir a abordagem metodológica utilizada pelos professores no ensino superior – em muitos casos, rebuscada e abstrata demais para a compreensão dos estudantes. Com as teorias clássicas e contemporâneas surge a necessidade de se compreender cada uma delas no contexto de seu aparecimento e posterior desenvolvimento – apropriação e crítica, ou seja, possibilita aos alunos um conhecimento amplo de todo contexto histórico do pensamento sociológico e das correntes sociológicas clássicas, inseridas em seu tempo, assim como os de contemporâneas. Desse modo, leva os discentes a ter uma visão geral da ciência, e de compreender e explicar os fenômenos sociais.

Segundo as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006, p.124 - 125), a vantagem de se trabalhar com teorias “está em que o estudante pode conhecer a história do pensamento sociológico e assim ter uma visão geral dessa ciência e das possibilidades de compreender e explicar os fenômenos sociais”. Desse modo, as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006), destaca que “a diversidade de enfoques teóricos permite-lhe compreender que um fenômeno social não tem apenas uma explicação, podendo ter várias, na medida em que existem diversas abordagens teóricas de um mesmo fenômeno. Essa talvez seja uma das grandes diferenças entre as Ciências Humanas (dentre as quais está a Sociologia) e as Ciências Naturais: enquanto aquelas se desenvolvem por diversificação de perspectivas, estas se desenvolvem por superação de teorias”.

Com relação a principal desvantagem conforme as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006, p.125), “é aquela já apontada anteriormente, ou seja, um reprodução do que e como se aprendeu teoria sociológica na universidade. Não se pode utilizar a mesma

didática na escola média. Trabalhar com teorias, nesse nível de ensino, envolve sempre apresentar uma síntese das teorias e a contextualização histórica da sua formulação, enquanto no nível superior isso é desenvolvido mais demoradamente, podendo-se analisar diretamente os textos dos autores e reconstruir, a partir desses, aquela contextualização”.

Deste modo, existe inúmeras possibilidades para trabalhar com a sociologia em sala de aula, utilizando os três recortes principais, por exemplo: aula expositiva, seminários, excursões, visita a museus, parque ecológicos, leitura e análise de textos, cinema, vídeos ou DVD, e TV.

É importante ressaltar a institucionalização da sociologia enquanto disciplina de ensino médio, em comparação ao Brasil e França, ocorreu ao mesmo tempo. É possível perceber que o caráter intermitente da inserção da disciplina de sociologia na escola média, tanto no Brasil como na França, não está somente ligado com as questões das decisões políticas e ideológicas em relação às alterações sociais e econômicas, mas com as lutas no campo acadêmico e científico. Deste modo, de certa forma, o problema do ensino de sociologia com relação ao ensino médio não se explica mais pela falta de legitimidade, mas pela falta de reconhecimento social. Como podemos perceber a história da sociologia percorreu uma trajetória distinta das demais disciplinas, no sentido de ser uma ciência recente, fim do século XIX e ainda mais recente a história da disciplina, em meados do século XX. (BRASIL, 2006).

Deste modo, o período de 1895-1945 da constituição da sociologia como ciência e como uma disciplina científica, sob Émile Durkheim, no final do século XIX, contava com filósofos, antropólogos, historiadores, economistas e intelectuais dedicados a dar a sociologia o *status* de ciência. Vale destacar uma das primeiras diferenças entre a introdução da sociologia no Ensino Médio, e em comparação a França e o Brasil está relacionada justamente com a obrigatoriedade. Na França, a inserção da sociologia está atrelada a escola secundária, com os programas do liceu, século de 1967 (CARVALHO FILHO, 2014).

Já no Brasil, após várias tentativas de idas e vindas ao longo da história da disciplina, somente em 2008o ensino de sociologia finalmente se tornou obrigatória nos currículos da educação básica. Enquanto no Brasil se falava de uma sociologia de autonomia frente a demais disciplinas (história, economia, ciência política), na França o termo sociologia foi incorporado a expressão *Sciences Économiques et Sociales (SES)*, pois sua inserção na escola secundária está relacionada ao um contexto de transformações econômicas pelas quais passava-se não somente a França, mas também Europa (CARVALHO FILHO, 2014).

Mediante a essa comparação entre Brasil e França, ao respeito do processo de inserção, segundo Bourdieu (1999): “[...] a tarefa da sociologia é desconstruir os mitos, os

fantasmas que habitam o exercício do poder e perpetuam a dominação [...]”, assim um dos objetivos do ensino de sociologia é educar para a cidadania, formar os alunos e alunas para o exercício da cidadania, e na construção de um olhar sociológico, tecendo através de relações atreladas ao sistema social, desconstruindo o senso comum. Nesse caso, entra o papel do professor de sociologia atuar para transformar esse conhecimento em conhecimento científico, bem como levar os discentes a ter uma reflexão sobre os possíveis problemas que surgem na sociedade.

Conforme Bourdieu (1999), “isso se faz necessário, porque de certa forma, as primeiras opiniões que o homem passa adquirir em relação a determinados assuntos, são dotadas através de pré-noções”. Nesse caso, essas pré-noções são bem comum ao pensamento dos sujeitos, porém, cabe ao docente de Sociologia realizar uma ruptura com estas pré-noções de senso comum, contribuindo para a formação de uma mente reflexiva para com os seus discentes, desse modo, o professor tem por função relacionar o conhecimento do senso comum ao conhecimento científico. Assim, o docente torna um agente sistematizador do conhecimento, aquele capaz de indicar a diversidade de possíveis pensamentos.

2.3 O processo de escolha do livro didático de sociologia.

Compreende-se que o Programa Nacional do Livro Didático(PNLD) é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o objetivo de adquirir e distribuir gratuitamente livros didáticos as escolas públicas do ensino fundamental e médio em todo o país. O programa é do governo federal brasileiro que foi criado em 1985, em que se baseia nos princípios da livre participação das editoras privadas e da livre escolha por parte dos professores, mas somente a partir de 1996 passa a desenvolver um processo de avaliação pedagógicas das obras nele inscritas, resultado da preocupação do MEC com a qualidade das obras. Nesse sentido, o material didático passa por um processo de análise e avaliação, levando em consideração a adequação didática e pedagógica, a qualidade editorial e gráfica e a pertinência do manual do professor para uma correta utilização do LDB e atualização do professor.

Antes de compreender como se deu o processo de escolha do livro didático de sociologia, é importante conhecer percurso histórico, desse modo, segundo a autora Florêncio (2016) “foi a partir da década de 30, com a inclusão da sociologia na grade curricular do ensino secundário, que temos os primeiros registros de livros ou manuais nas escolas” (GUELFY, 2001;

MEUCCI, 2011; TAVARES, 2014 *apud* FLORÊNCIO, 2016, p.1342). Segundo Guelf (2001, *apud* FLORÊNCIO, 2016, p. 1342) “o primeiro manual nacional destinado ao ensino da sociologia na escola, foi o de Delgado de Carvalho publicado em 1931”.

Desse modo, os anos de 1930 a 1945, são considerados como um período de surgimento de produção mais significativa de manuais didáticos, sendo que naquela época não havia ainda cursos superiores de ciências sociais no Brasil, nesse caso, os manuais eram escritos por intelectuais, que tinham formação acadêmica em direito, como economia, filosofia dentre outros. É interessante ressaltar que quando pensamos na história do livro didático de sociologia, a presença da disciplina no espaço escolares precedeu o seu ensino nos cursos superiores e que só a partir de 1933 foram criados os cursos de graduação em ciências sociais em instituições superiores de ensino.

Visto isso, os anos de 1940 a 1980 foi marcado pela ausência da disciplina de sociologia nos currículos escolares, que impactou a produção de livros didáticos, vale ressaltar que nessa época o país passava por contextos políticos e sofrendo grandes mudanças políticas educacionais, assim o período começa na década de 1980, apontado pelo fim do regime militar e pela redemocratização do país, se teve um renascimento dos movimentos sociais que lutaram pela democratização ensino, e também pela a renovação de uma nova dinâmica escolar que fez reaparecer as concepções críticas sobre o currículo, sobre a gestão escolar e sobre o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem.

Se percebe que esse contexto em particular foi importante para todos aqueles que lutaram pelo retorno da disciplina de sociologia no ensino médio, foi justamente a partir daí que começa a inserção da disciplina de modo gradual em alguns estados. A reintrodução da disciplina nos currículos escolares propiciou a retomada da produção de livros didáticos de sociologia, somente com o processo de redemocratização no Brasil e com o movimento de retorno da sociologia a educação básica que em 1980 um conjunto de obras começa a ser pensando para essa modalidade de ensino. (FLORÊNCIO 2016).

Desse modo, se compreende de acordo com a autora Florêncio (2016, p. 1342) que os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil, foram produzidos em 1931 a 1948, visto como fontes originais – e enquanto fenômenos sociológicos – de produtos e produtores de formas de representação da vida social singular do período.

[...] a composição desse conjunto de livros didáticos de sociologia relaciona-se ao processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, fenômeno que resultou na introdução da cadeira de sociologia nos cursos secundários e nas escolas normais de Pernambuco (1928), Rio de Janeiro (1928) e São Paulo (1933) e na criação dos cursos de ciências sociais da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na

Universidade de São Paulo 1933 e na Universidade do Distrito Federal 1935. (MEUCCI, 2001, p.121 *apud* FLORENCIO, 2016 p.1342).

Conforme a citação o processo de institucionalização da sociologia no Brasil pode ser entendido por meio “da produção e difusão do conhecimento da sociologia através dos primeiros manuais didáticos que eram usados nos cursos normais, secundários e preparatórios para o ensino superior. Pois, sua sistematização encontrava-se inserido na preocupação e interesse dos autores em difundir a nova área de conhecimento no sistema regular de ensino” (MEUCCI, 2001).

É importante ressaltar, segundo Tavares (2014, *apud* FLORENCIO, 2016, p. 1343) a exclusão da sociologia nos currículos escolares com a Reforma de Gustavo Capanema em 1942, a fabricação dos livros de didáticos sofre impacto negativo, e as poucas obras editadas tiveram seus conteúdos readaptados para o ensino superior, nesse período se teve apenas as reimpressões das obras publicadas na década de 30, de acordo com o autor Tavares *apud* (2014, *apud* FLORENCIO, 2016, p. 1343) conquistaram leitores e permaneceram circulando nas Escolas Normais até a década de 70.

Desse modo, com a reinserção da sociologia como disciplina obrigatória no ensino médio em 2008, através da Lei nº 1.684/08, mas ela só veio a ser contemplada com livro didáticos no ano de 2012 passando então a fazer parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), os livros são comprados com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e posteriormente são distribuído para os estudantes de todas as escolas públicas de ensino.

Nesse contexto o autor Meucci (2013, *apud* FLORENCIO, 2016, p. 1343), “nos chama a refletir sobre a importância do PNLD e da participação inédita da sociologia, pois nos coloca diante de uma produção livros em todo o país no período de 2009 a 2010, ou seja, no período que marca a reintrodução da sociologia no ensino médio”.

Desse modo, compreende-se segunda a autora Florêncio (2016, p. 1343) que a inserção da sociologia no PNLD 2012 tem por intuito de contribuir com o processo de legitimação da disciplina e com a produção didática voltada a atender e suprir as exigências referentes ao ensino médio, de acordo com Meucci (2013, *apud* FLORENCIO, 2016, p.1343), “o acesso ao pensamento social brasileiro não é algo exclusivo da sociologia, outras disciplinas como história, geografia e literatura são importantes veículos de rotinização do pensamento social e sociológico”. Nesse caso, a recente institucionalização da sociologia no ensino médio e a atual produção didática, incentivada sobretudo pelo PNLD, nos colocando diante de um novo momento que se faz necessário investigar e compreender as condições atuais de circulação deste conhecimento.

[...] acreditamos que a obrigatoriedade do ensino da sociologia após mais de 60 anos ausente do curso médio regular e sua conseqüente introdução no PNLD-2012 obrigou a renovação do escasso repertório de livros didáticos na área. Estamos, portanto, diante de um acervo de obras que, ainda que reduzido, tem muito a dizer sobre as condições e possibilidades, sentidos e expectativas novas da sociologia escolar no Brasil e suas conexões com a produção científica (MEUCCI, 2013, p. 6 *apud* FLORENCIO, 2016 p.1345).

Compreende-se que “o avanço da consolidação disciplina de sociologia como componente curricular em todas as escolas de ensino médio no Brasil se traduziu nesta segunda edição do PNLD 2015 na aprovação de seis livros didáticos de Sociologia”. (BRASIL, 2014 p.1346). Fato este, que pode ser avaliado como grande avanço tanto a respeito à quantidade de livros disponibilizados para análise e como também na “diversidade maior de títulos com abordagens de temas pouco – ou não – contemplados nas obras apresentadas no PNLD 2012”. (TAVARES, 2014 *apud* FLORENCIO, 2016, p. 1344). “Ampliando, assim, o debate referente a necessidade de se reconstruir conteúdos, temas, linguagens, metodologias e objetos de estudos das ciências sociais que sejam capazes de contribuir com a formação do jovem aluno do ensino médio”.

É imprescindível dizer que o material didático não só para a sociologia, mas para todas as disciplinas de modo geral encontra-se como uma das ferramentas mais utilizados no espaço escolar, um dos recursos que direciona o professor a forma de conduzir suas aulas, assim de acordo com a autora Florêncio (2016) compreendemos que o livro didático não se constitui como um instrumento neutro, pois é produto de uma visão de mundo, do indivíduo, da educação e da escola, segundo Lima (2012, p.144):

Ao tomarmos o livro didático como instrumento de mediação pedagógica, entre a produção de conhecimentos escolares, atuação dos professores, e as vivências dos educandos enquanto sujeitos sociais, é imprescindível que se buque compreendê-lo mais amplamente, como objeto historicamente situado (LIMA 2012, p.144 *apud* FLORENCIO, 2016 p.1345).

Desse modo, conforme a citação a cima é possível compreender o livro didático enquanto uma construção sócio histórica, constituída por intenções, realidades e decisões oriundas de diferentes indivíduos e contextos. Assim, conforme a autora Florêncio (2016) ao “compreender os livros didáticos, a partir de uma perspectiva sócio histórica, podem contribuir na compreensão da produção desses materiais, no estudo dos elementos implícitos e explícitos, que caracterizam, orientam e determinam as finalidades do mesmo, ao esclarecer como

acontece a apropriação e a recontextualização dos diversos textos participantes desse processo de construção” (COAN, 2006 *apud* FLORENCIO, 2016 p.1345).

Desse modo se refletir sobre a importância e o papel desempenhado pelo livro didático no ambiente educacional, torna se imprescindível de acordo com o autor Lajolo (1996 *apud* FLORENCIO, 2016) “o mesmo pode ser caracterizado como aquele que será utilizado em sala de aula, de aprendizado coletivo e orientado por um professor”. Foi escrito, editado, vendido e comprado em função da escola, assim, “pode ser compreendido e considerado como um currículo escrito que direciona as práticas curriculares, a partir de sua capacidade de orientar o docente frente as leituras direcionadas ao contexto de sua prática”. Lopes (2007, *apud* FLORENCIO, 2016 p.1345). Desse modo:

São reveladores do modo como uma disciplina especializada é tornada visível para o público amplo. É a isso que damos o nome de “rotinização” de uma área de conhecimento. Em outras palavras, os livros didáticos são fonte de análise que permitem reconhecer condições de circulação ampliada de um determinado campo de conhecimento, os agentes protagonistas desta tarefa e principalmente a natureza dos processos de seleção e “canonização” de certos conteúdos, autores, temas, teorias e abordagens. Nesse sentido, ao contrário do que comumente se pensa, a função escolar do livro didático faz dele um bem cultural bastante complexo, um “lugar” privilegiado para compreender mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade (MEUCCI, 2013, p. 6 *apud* FLORENCIO, 2016 p.1345).

Conforme a citação, se observa que o livro de didático tem grande importância na educação pública, o mesmo ajuda no trabalho do professor e é uma das ferramentas essencial no processo de ensino a aprendizagem dos alunos e tem a função de fomentar as condições materiais para o ensino em sala de aula.

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino de Sociologia (2006) a função principal do livro didático de sociologia é justamente auxiliar os alunos nos processos de desnaturalização e estranhamento da vida social, despertando neles um “pensar sociológico”. Desse modo, no Guia de Livros Didáticos de Sociologia (documento em que auxilia o professor na escolha do livro que ele irá trabalhar), a escolha dos livros didáticos passa por várias etapas até chegar às mãos do professor e do aluno, alguns princípios são levados em consideração nesse processo de avaliação dos livros em primeiro lugar é necessário que os livros sejam produzidos de modo que garanta a presença das três áreas que compõe as ciências sociais – antropologia, ciência política e sociologia. Nesse sentido, podem atuar em três etapas nas escolas primeiro na esfera didático – pedagógica levando os alunos a um nível de estranhamento e desnaturalização do mundo em que estão inseridos; segundo na esfera política, com a distribuição dos livros didáticos de modo gratuito nas escolas públicas, temos uma

melhora no ensino e por último na esfera social, pelo fato da distribuição gratuita do livro garantir, segundo o MEC, acesso a um bem cultural. Desse modo, o livro didático de Sociologia precisa garantir a presença das três áreas de atuação das Ciências sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia).

Desse modo, existe várias etapas para o processo de escolha do livro de didático, começando a partir da elaboração de editais em que tem as regras que as editoras devem seguir para produção de seus livros, até chegar nas escolas, desse modo, para fazerem as escolhas das obras já é selecionados pela a comissão responsável. Nesse processo tem a Guia de Livros Didáticos que desempenha, o mesmo auxilia os professores na escolha dos livros, na guia tem as informações necessárias para compreender o processo de seleção das obras, tem também um resumo de literatura dos livros, os conteúdos que os livros abordam e os que não, os critérios usados, ou seja, o guia esclarece as possíveis dúvidas dos docentes em relações as obras disponível para a escolha.

Refletir sobre a escolha do livro de acordo com Silva e Souza (2013), a escolha do livro didático de sociologia não deve ser feita forma aleatória, pois, se faz necessário uma análise aprofundada sobre seus conteúdos e metodologias, ao mesmo tempo que, deve-se observar se as propostas neles contidas atendem aos objetivos que se pretende ao utiliza-lo (SILVA; SOUZA 2013, *apud* FLORENCIO, 2016 p.1346).

Nesse sentido, cabe ao professor reconhecer o papel que sua disciplina deve desempenhar na escola e/ou na sociedade, uma vez que, o livro didático assume o papel de um instrumento que une e dá legitimidade aos discursos oficiais e ao mesmo tempo que funciona como um mecanismo possuidor de poder no espaço escolar.

Nesse contexto, se observa conforme segundo Florêncio (2016), que o livro didático ganha importância na atividade prática pedagógica por ser um suporte teórico e prático para os alunos, e que passa ser percebido por diferentes formas pelo docente, em que este o utilizará conforme suas estratégias de ensino, “havendo aqueles que o utilizam como único recurso, aqueles que os completam com outros materiais, outros que só utilizam como material auxiliar para que o aluno estude em casa, havendo até professores que não o utilizam” (TAKAGI, 2007, *apud* FLORENCIO, 2016, p. 1346).

Nesse sentido, vale destacar que segundo Meucci (2014, *apud* FLORENCIO, 2016, p. 1346), neste aspecto encontra-se algumas ideias contraditórias a respeito do uso dos livros didáticos no Brasil, por um lado o livro não se configura apenas como um recurso didático, mas como única obra de referência para alunos e docentes, demonstrando assim, a deficiência da formação profissional e as dificuldades de acesso ao livro em geral. Por outro lado, os livros se

tornam bens ignorados por alunos e professores que deixam de considerá-lo enquanto um recuso didático importante para o processo de ensino aprendizagem.

Um ponto importante a ser destacado sobre os livros didáticos em que o mesmo também recai sobre os interesses políticos e econômicos, conforme Bittencourt (2004, p. 71), o livro didático é um objeto de “múltiplas facetas”, ou seja, segundo Bittencourt (2004 *apud* FLORENCIO 2016, p.1348), “ora é visto como uma mercadoria, sujeito à lógica do capitalismo, ou como um depositário dos conteúdos escolares, que sistematiza diversos conhecimentos elencados pelas propostas curriculares. Ora visto, como um instrumento pedagógico, em que se encontra uma série de técnicas de aprendizagem (exercícios, questionários, sugestões de trabalho), ou como um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura, que transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes”.

De certa forma, conforme a autora Florêncio (2016, p.1349), como o livro de didático é visto como mercadoria, torna-se um produto atraente economicamente, pelo fato de sua “obrigatoriedade”, todos os alunos precisam ter o seu exemplar de cada disciplina, no que se configura extremamente atraente para as editoras. Nesse caso, o Estado por ser um dos grandes compradores de livros didáticos, manipula todo o mercado através do estabelecimento de leis que diretamente o favorecem (SILVA, 2010 *apud* FLORENCIO, 2016, p.1349). Assim, existe uma primazia entre o caráter mercadológico do que propriamente o pedagógico:

O ponto é que muito da discussão atual sobre o livro didático relaciona-se à sua dimensão mercadológica, como produto, relegando a segundo plano questões como as metodologias utilizadas pelos autores ou seus conteúdos. Tal fato não deixa de ser natural na sociedade capitalista. Uma mercadoria tão lucrativa e promissora como o livro didático torna-se um produto, regido pelos valores de mercado, interesses de grandes grupos financeiros e políticos. As questões pedagógicas passam a ser meros balizadores, elementos importantes para que o livro seja aprovado no PNDL e garantindo, desse modo, uma boa vendagem (SILVA, 2010, p.71 *apud* FLORENCIO, 2016, p.1349).

Desse modo, no Brasil segundo o autor Meucci (2013, *apud* Florêncio, 2016, p.1349), os livros didáticos tem um importante espaço no mercado editorial com as elevações do faturamento, no crescimento nas vendas de unidades e o aumento dos consumidores, tornando-se um importante produto comercial e que têm se expandido de modo notável nos últimos anos. Sendo estes os responsáveis por aproximadamente 50% da comercialização e 50% do faturamento de toda indústria editorial. Vale ressaltar ainda que:

O governo é responsável por cerca de 50% do faturamento oriundo da produção de livros didáticos, ainda que a venda de exemplares para o PNLD seja bastante superior em relação às vendas para o mercado. Parece, com efeito, que a centralidade dos didáticos para o setor editorial brasileiro está efetivamente relacionada às compras do governo para o PNLD. Ousamos até afirmar que o governo, através do PNLD, dinamiza a indústria editorial brasileira. (MEUCCI, 2013, p. 09 *apud* FLORENCIO, 2016, p.1349).

Desse modo, conforme a citação acima, “o livro didático pode ser compreendido como expressão ou materialização das relações sociais de produção”, agregado a ordem capitalista Meksenas (1995, *apud* FLORENCIO, 2016):

Nessa lógica, a relação entre a concepção de mercadoria e a prática editorial se traduz por meio da relação com o Estado, que possui presença marcante no processo de comercialização e distribuição do livro didático. Sendo o maior comprador das produções editoriais, que através do PNLD, ao estabelecer por meio dos programas oficiais, do currículo e/ou dos parâmetros e diretrizes, os indicativos de conteúdos e objetivos dos livros escolares. (FLORENCIO, 2016, p.1350).

Diante desse contexto se observa que com a obrigatoriedade da sociologia no ensino médio, os empasses a respeito da escolha do livro didático tornam-se importante, refletir sobre a elaboração de um material didático em que possa suprir todas as necessidades da disciplina de Sociologia não é uma das tarefas mais fáceis de realizar, de certa forma, essa dificuldade nos acompanha desde a década de 1930, como explicou Simone Meucci (2000) em seu trabalho intitulado “*Institucionalização da Sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*”, desde esse período havia uma preocupação na formulação de um material que suprisse as necessidades da disciplina, algumas produções dessa época não dialogavam com a área de referência, acabando por muitas vezes só refletindo a “cosmovisão” da sociedade que tínhamos em determinados períodos.

Assim, neste primeiro capítulo foi traçado um breve período histórico, em que destacamos o processo de institucionalização da disciplina de Sociologia no currículo do Ensino Médio e sobre o processo da escolha do livro de didático de sociologia. Nas duas escolas estaduais que fiz minha pesquisa de campo, de acordo com os professores de sociologia o processo da escolha do livro de didático ocorre da seguinte forma, no período da escolha os professores da disciplina se reúnem para fazer uma análise do material, depois desse processo de análise é feita as escolhas uma primeira opção e uma segunda opção, porque às vezes, quando não tem o quantitativo para a demanda da primeira opção, o MEC envia o da segunda opção.

Na outra escola o processo da escolha do livro de didático ocorre no dia da reunião pedagógica se faz uma divisão por áreas para discutir acerca dos diferentes livros que recebem uma semana antes ou duas, caso a escola tem mais de um (01) professor por disciplina, esses

docentes entram em consenso sobre qual livro se adequa mais para a realidade do aluno, verificando a linguagem, a forma da abordagem e as dicas presentes.

Diante desse contexto, o livro didático enquanto uma ferramenta importante no processo de ensino aprendizagem, torna um objeto imprescindível no processo da construção do conhecimento sociológico e contribui para uma reflexão crítica, um dos recursos didáticos principal em sala de aula, desse modo, é necessário que o docente de sociologia ao fazer a escolha do livro de didático e ao utilizar esse material precisa levar em consideração algumas questões fundamental ao conteúdo e metodologias, que seja uma escolha que beneficie tanto o aprendizagem do aluno como a formação do professor, não deve escolher de forma aleatória, mas deve ser uma escolha de forma ciente em que venha atender as propostas e objetivos que a disciplina de sociologia exige.

No próximo capítulo, serão abordados os debates sobre as campanhas em defesa da inserção da Sociologia na educação básica, tendo como precursor, clássicos da Sociologia como Émile Durkheim, bem como autores contemporâneos que fizeram a defesa da inserção da disciplina nos currículos escolares – Pierre Bourdieu, Georg Simmel e Bernard Lahire.

3 O ENSINO DA SOCIOLOGIA E A FORMAÇÃO CIDADÃ

No Brasil, o ensino de Sociologia foi legitimado após anos de debates, de avanços e retrocessos, e de quase quarenta anos de banimento dessa disciplina nos currículos escolares, quando se tornou obrigatória com base a Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Um outro ponto importante a ser destacado nesse contexto foi justamente em 2001 quando o ex - presidente da República, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, vetou o Projeto de Lei 09/2000, aprovado no Congresso Nacional nesse mesmo ano estabelecia o retorno das disciplinas Filosofia e Sociologia no ensino médio.

Desse modo, compreende-se que mais uma nova luta se prolongaria por mais alguns anos e, em 2006, o Parecer nº 38 do Conselho Nacional de Educação (CNE), com base em uma nova interpretação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabeleceu novamente a obrigatoriedade do ensino de

sociologia, mas não definindo, porém, em que séries isso deveria ocorrer. No momento o ensino de sociologia já era adotado em instituições de ensino médio de dezessete estados brasileiros, mas sua presença não estava assegurada em toda a rede nacional. Como já foi dito anteriormente somente com a “Lei de 2008 alterou o artigo 36 da LDB que previa apenas que se propiciasse ao aluno, nos currículos de ensino médio, o domínio de conhecimentos de sociologia e filosofia”. A partir daí que as disciplinas de filosofia e sociologia tornariam obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (VARGAS, 2010, p. 01).

Atualmente ainda existe ameaças de retirada da Sociologia, são constantes, através das proposições estabelecidas pela medida provisória nº 746 que retira a obrigatoriedade do ensino de sociologia e filosofia no ensino médio, passando a ser optativa dentro da escolha das áreas de humanas, como também a proposta do relator do projeto na comissão especial, deputado Flávio Augusto da Silva (PSC) sobre a escola “sem partido”, no trecho do Artigo 3º do Projeto de Lei (PL) 867/2015, segundo o qual “são vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”. Desse modo, se percebe no “Artigo 3º do Projeto de Lei (PL) 867/2015, que qualquer conteúdo pudesse estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais seria proibido, inclusive conteúdos científicos”.

Nesse contexto não se percebe a importância do papel da Sociologia, é necessário fortalecer mais os debates, sobre a importância do ensino de Sociologia para a sociedade, a luta é de décadas entre os docentes e discentes dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais, em busca de sua legitimidade acadêmica e educacional para serem reconhecidos. Segundo o autor Rui Canário (2005), vivemos em um imenso desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo entramos num abismo de imaturidade política e social maior que em tempos anteriores.

Desse modo, entender os argumentos favoráveis ao ensino dessa disciplina é essencial para formação de cidadãos críticos, que possuem informações diversificadas com respeito ao mundo em que estão inseridos, com uma visão reflexiva e crítica perante a sociedade. É notável frisar que a sociologia enquanto disciplina na educação se caracteriza pela construção de um *olhar sociológico* sobre as relações sociais em que os sujeitos estão inseridos. A sociologia compõe o currículo básico necessário para a compreensão da realidade educacional na atual conjuntura da sociedade brasileira.

Segundo Tura (2001; SILVA 2003; SOUZA 2003 *apud* CORREIA; BATISTA, 2007, p.01), ao apresentarem uma discussão sobre papel da sociologia da educação, “destacam

como essa está imbuída de uma compreensão crítica e reflexiva da realidade social, econômica, política e cultural em que a escola e a educação estão inseridas”. A inserção dessa disciplina no currículo das licenciaturas no país contribui para formação de docentes com um olhar crítico sobre a sociedade, levando-os a formar indivíduos capazes de exercer sua cidadania de modo reflexivo, munindo-os da capacidade de apreender acerca da realidade social em que estão imersos, propiciando uma análise questionadora a respeito de forma de pensar a vida social.

Vale frisar que a importância dessa formação sociológica está assentada nos valores sociais de justiça e igualdade social, norteados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, cabe a sociologia, junto com o corpo docente da escola, formar os discentes dentro desses princípios éticos, morais e para uma vida democrática. Pois em uma sociedade democrática e plural, a construção de diálogos se entrelaça aos Direitos Humanos e a promoção de solidariedades e sociabilidades a partir deles, cuja base seria o respeito ao próximo e a dignidade da pessoa humana. São aprendizagens importantes para formação dos estudantes, nesse caso, a sociologia colabora para o papel de educar os discentes, como cidadãos conscientes, com capacidade de decidir, discernir e tomar decisões a respeito dos deveres e direitos de um cidadão pleno na sociedade.

Desse modo, é notável ressaltar o autor Florestan Fernandes (1977) que em seu texto “o Ensino da Sociologia na Escola Secundária Brasileira”, já elegia o ensino de sociologia como uma das formas de divulgação dos conhecimentos sociológicos e para a formação de indivíduos mais capazes de integrar civicamente a sociedade, isto é, para esse, o ensino de sociologia torna os indivíduos mais conscientes de seus direitos e deveres de cidadão (FERNANDES, 1977, p.105-106).

É importante frisar que a educação enquanto uma instituição social está próxima a toda vida social do homem. Assim, a escola é uma instituição social e caracterizada como fundamental para a formação dos sujeitos. Desse modo, a Sociologia enquanto disciplina na educação básica, ocupa papel central nesse processo, servindo como instrumento fundamental para desnaturalizar e estranhar tudo aquilo que é apresentado para os jovens como natural, “normal”. A Sociologia dentro desse processo de aprendizagem desperta os discentes para sua realidade, promovendo uma apropriação por parte dos discentes de um “modo de pensar” através do contato de diversas teorias e perspectivas sociológicas. Esse “modo de pensar” oferece aos alunos a compreensão da historicidade do conhecimento, isto é, através do exercício posto pela a sociologia os alunos e alunas aprenderão a dinamicidade e complexidade de suas vidas.

A importância dessa disciplina está atrelada ao papel dado a educação por pensadores clássicos da sociologia. Dessa maneira, a educação pode ser compreendida como uma prática social com objetivo de preparar os indivíduos para uma vida em sociedade, proporcionando um *olhar sociológico*, permitindo uma compreensão acerca do seu grupo social e toda sua dimensão. Segundo Durkheim (1987, p.41) “a educação ocuparia o lugar essencial como um fato social, ou seja, colabora para uma “socialização metódica das novas gerações” e também para formar os indivíduos diante a sociedade que convivem”.

A disciplina de sociologia auxilia, assim, os indivíduos a se conscientizarem e encontrar o seu papel na sociedade, pois a mesma ajuda o indivíduo a ser mais tolerante no espaço social em respeito às transformações sociais e intelectuais. Através do estudo da sociologia que os indivíduos saberão dos seus papéis e o seu lugar na sociedade e poderão intervir nos males que existem no mundo – esse era um dos pressupostos dos pensamentos de Marx e Durkheim, na ótica desses autores o conhecimento científico estaria atrelado a uma práxis.

Desse modo, em 1999 o professor político e econômico francês Jacques Delors elaborou quatro pilares da educação intitulado “Educação: um tesouro a descobrir”, assim a educação é definida por quatro pilares fundamentais: o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser. São aprendizagens fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social norteiam a educação do século XXI.

A prática pedagógica deve se preocupar em desenvolver quatro aprendizagens fundamentais e que será para cada indivíduo os pilares de conhecimento: o aprender a conhecer que significa abertura para o conhecimento, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão e que liberta da ignorância; “aprender a fazer esta relacionado a demonstra a coragem de executar, de correr riscos, de errar mesmo na busca de acertar; aprender a conviver traz o desafio da convivência que apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento; e, finalmente, aprender a ser, que, talvez, seja o mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver”. (DELORS 1998, *apud* RODRIGUES, 1985).

Nesse ponto, é possível observar a importância do papel da educação juntamente com a sociologia, preconizando o desenvolvimento de uma sociedade justa, no intuito de que os indivíduos vivam com mais qualidade, contribuindo para a promoção de transformações sociais. Só após a compreensão dos processos e dinâmicas das relações sociais, os seres humanos são capazes de intervir na realidade em que vivem. Seria essa uma das expectativas com relação a esse moderno ramo do saber, o de colaborar para compreensão da sociedade, da

dimensão política, cultural e econômica dos fenômenos educacionais, tanto pelos docentes como pelos discentes, na formação de uma aprendizagem dialógica.

Cabe ressaltar a importância do papel do docente formado em Sociologia, é imprescindível por conhecer os instrumentais teóricos capazes de proporcionar uma reflexão acerca da sociedade em que está inserido e partindo desse conhecimento propor formas de análise e compreensão que viabilizem a transformação social pelos agentes, incentivando os estudantes para a promoção de uma sociedade justa e igualitária. Conforme o autor Rodrigues (2001, p.109):

É justamente nesse ponto que entra a contribuição da sociologia para os estudos dos fenômenos educacionais: confrontá-los com os mundos políticos, econômico e cultural em que ocorrem. Os sociólogos explicam que as ideias não surgem de cérebros excepcionais, nem tem existência própria. Pois as concepções de mundo, as ideias e os valores na qual as pessoas partilham entre si e que educa os filhos e os discentes não são dádivas do céu; mas são construídas na estrutura cotidiana de relações e interações, isto é, na vivência do cotidiano. Ou seja, são invenções do homem, são construções sociais.

Conforme a citação acima, se destaca a sociedade a partir das suas mudanças, a instituição enquanto escola também deve se modificar para incorporar as inovações e o progresso tecnológico – tão imprescindíveis à base cultural. Nesse sentido, a escola não pode perder tempo, pois precisa identificar as transformações, entender a natureza e o seu alcance, e, assim, direcionar os alunos para que possam ter a capacidade de compreensão das novas condições de existência perante a sociedade e não se afligir com elas. Sob esse prisma, a sociologia enquanto disciplina faz parte da Educação, assim como a própria Educação faz parte da investigação sociológica. É na conjunção e atravessamento da escola, educação, sociedade, jovens, docente e pensamento sociológico que se constroem e se consolidam a disciplina no currículo escolar.

A escola não deve esquecer de modo nenhum os aspectos que constituem parte de uma sociedade transformadora, que deve ser observado, discutido de forma consciente, com objetivo de preparar seus alunos para um olhar crítico, através dos questionamentos perante a realidade que levam os jovens a superar as indiferenças e as omissões perante as violações dos Direitos Humanos. Desse modo, é possível dizer que o primeiro passo para formar os estudantes em cidadãos ativos, responsáveis pelo seu papel no espaço social, é fazê-lo ser um cidadão que seja formado pelo *olhar sociológico e cívico*, consciente das relações sociais, da diversidade e dignidade humana – conceitos *civilizacionais* tão apregoados pelo pensamento ocidental (ELIAS, 1993).

Nesse sentido, para o exercício da cidadania, faz-se necessário entender e respeitar os direitos humanos. Conforme o autor José Murilo de Carvalho (2002), só é um cidadão pleno e de fato se cada indivíduo tem consciência de todos seus direitos e deveres, passando a usufruí-los. Para Lima (2002, p. 71): “a educação escolar para o exercício da cidadania só é realizada através de práticas educativas democráticas, com intuito de proporcionar valores em um contexto social que se socializa e se é socializado”. Nessa medida, observa-se que educar para cidadania propicia uma formação crítica com objetivo de promover compreensão, solidariedade, tolerância e respeito à diversidade social e cultural.

Conforme Florestam Fernandes, com relação ao ensino secundário no Brasil:

O ensino secundário é formativo por excelência; ele não deve visar a acumulação enciclopédica de conhecimentos, mas a formação do espírito dos que os recebem. Torna-se, assim, mais importante a maneira pela qual os conhecimentos são transmitidos, que o conteúdo da transmissão. Geralmente o que mais ocorre nos institutos de educação, a formação propedêutica, isto é, aquela para passar no vestibular, que não visa a formação integral do aluno. (FERNADES, 1977, p.110).

Conforme a citação acima, é necessário ressaltar que o ambiente escolar não deve apenas se preocupar com a formação intelectual dos estudantes, mas também com o desenvolvimento enquanto ser humano ético, crítico, reflexivo, participativo, princípios realizados tanto no campo profissional como pessoal, pois é uma das propostas da sociologia trabalhar a formação cidadã dos indivíduos perante a sociedade, proporcionando que a escola se organize em um contexto vivo e ativo, em que a cidadania possa ser exercida em todo momento com respeito, justiça e igualdade – ideais da Revolução Francesa, base da modernidade, um dos papéis precursores da escola é preparar para a vida em sociedade.

Nesse contexto um dos desafios do professor de sociologia é justamente construir junto com os alunos uma interpretação que não se baseia apenas em opiniões, mas um ponto de vista sólido alicerçado em ferramentas teórico-metodológicas e empíricas. Nesse sentido, é possível afirmar o aluno não é formado apenas para possuir uma autonomia intelectual próprio, mas para ter uma visão crítica sobre a vida em sua volta, elaborar seus próprios valores morais, respeitar a diferença do seu próximo e, assim, poder agir como um cidadão responsável e justo diante da sociedade. É importante ressaltar que há um acordo por parte de especialistas sobre o ensino de sociologia que, enquanto disciplina de ensino médio, ela possui fundamental importância na educação, tanto para formação cidadã como para a desnaturalização e o estranhamento da realidade social (LAHIRE, 2014). A disciplina deve partir da elaboração de

um projeto político-pedagógico voltado para a formação dos indivíduos críticos, mesmo em um contexto que ainda não esteja consolidada totalmente a cidadania e a vivência democrática.

Para isso, é necessário que o docente construa suas próprias competências em relação ao apreender os elementos constitutivos de uma análise sobre a sociedade elaborada pelo grupo de discentes em sala de aula. Após essa leitura cabe ao docente de sociologia desenvolver seu conhecimento, promovendo debates problematizados mais críticos e científicos. Apesar de o professor ter o domínio dos conteúdos programáticos, não basta apenas expor intenções e muito menos ser acessível aos interesses dos discentes. Deste modo, percebe-se a importância do papel de um docente na formação cidadã dos indivíduos, pois a sociologia enquanto disciplina valoriza o ambiente social em que os sujeitos sociais estão vivendo, isto é, de nada adianta o docente investir em temas ou assuntos que não são importantes para a realidade em que os discente estão inseridos.

Portanto, o saber sociológico está ligado ao modo de investigar, explicar, descrever, interpretar e descrever todos os fenômenos sociais. A disciplina de sociologia tem por pressuposto auxiliar o homem a encontrar seu papel na sociedade e ajudá-lo a solucionar os fatos relacionados à vida social. O pensamento sociológico é de suma importância para a educação, por estar voltado especificamente para uma compressão dos problemas sociais, e por promover reflexões no intuito de gerar debates sobre os possíveis problemas – em alguns casos, propondo estratégias de solução desses.

3.1 A importância da Sociologia na Sociedade Brasileira.

É importante frisar a importância do olhar sociológico na formação de uma compreensão do corpo social, pois esse olhar ajuda o indivíduo a enfrentar a diversidade da realidade em que estão inseridos e geralmente não estão acostumados a enxergar com olhar da alteridade. De certa forma, é notável que o homem leve em consideração somente o contato direto. Nossa realidade não está atribuída apenas em experiências particulares a que pertencemos. Desse modo, a sociologia acaba por moldar esses conhecimentos prévios que aprendemos no cotidiano, transformando em conhecimento científico. A partir do conhecimento sociológico passamos a interagir de forma distinta na sociedade, com uma visão mais sociológica e crítica, contribuindo para a construção de um todo. A sociologia nos oferece um olhar a partir de um espectro mais amplo, esclarecendo fatos que acontecem no mundo e, assim, nos faz perceber que a nossa realidade vai mais além do que possamos imaginar.

O autor Otavio Ianni (1997) destaca a importância da sociologia:

Como forma de autoconsciência científica da realidade social [...], que expressa o entendimento que a sociedade, no seu todo ou em seus segmentos mais importantes, desenvolve a propósito de sua organização e seu funcionamento, refletindo o modo pelo qual ela se produz e reproduz, forma e transforma (IANNI, 1997, p. 15).

Sob esse prisma, a sociologia é importante para a sociedade atual, pois a mesma busca estudar o comportamento do homem diante dos possíveis problemas que surgem na sociedade e busca solucioná-lo. Nesse caso, a sociologia é considerada uma ciência de grande importância para o mundo contemporâneo, além de buscar uma compreensão da realidade social entre causas ou consequências que acontecem. No entanto, a disciplina visa analisar e prever possíveis acontecimentos para as gerações futuras, nos auxiliando a compreender e procurar soluções que possam minimizar e solucionar os males que vivenciamos atualmente, tais como: a pobreza, violência, desigualdade, criminalidade, desemprego, dentre outros.

O papel da sociologia na sociedade brasileira é justamente contribuir para conscientizar os indivíduos a encontrarem o seu papel na sociedade, pois a mesma gera reflexividade acerca da sua própria realidade social, uma compreensão da diversidade de modos de ser e existir no mundo. A sociologia permite que o indivíduo veja o mundo social a partir de outro olhar do outro, promovendo o encontro com a alteridade, pois só assim é possível compreender a vida que outras pessoas vivem, entendendo melhor contextos e realidades distintas. É no exercício da alteridade que o respeito se constitui.

É importante ressaltar o papel do professor de sociologia, nesse processo de elaboração de pontes e diálogos entre os indivíduos. O ensino da disciplina na educação básica, como destaca Lahire (2014), permite ao estudante estranhar o mundo que o cerca, promovendo uma desnaturalização da vida social. O autor faz a defesa da inclusão das reflexões sociológicas nos primeiros anos da formação educação, já nas etapas relacionadas à formação da criança. Para Lahire (2014), a apreensão da realidade na infância deve ser acompanhada de uma relativização do mundo social. Nesse sentido, ao tomar conhecimento dos valores e crenças da sociedade em que vive, a criança também teria contato com a diversidade de crenças e valores de outras culturas e sociedades, compreendendo que, ao invés de universais, sua percepção da realidade é fruto de um processo histórico e social.

Para compreender as relações sociais é preciso atentar para o fato de que essas não são naturais. Os acasos dos acontecimentos da vida social, as concepções existentes a respeito dela e as explicações são inseridas, adquirindo uma visão crítica e reflexiva com relação à vida em sociedade, permitindo observar a realidade em que os indivíduos vivem. Desse modo, percebe-se a relevância da sociologia enquanto disciplina da grade curricular do sistema

educacional brasileiro, principalmente da rede pública. É preciso destacar que o processo de desnaturalização dos fenômenos sociais não provoca no outro a perda de seus valores. Através da compreensão dos processos e das dinâmicas, é possível perceber certas alterações ou rupturas históricas, fruto de razões objetivas do homem.

A Sociologia é caracterizada como uma ciência da modernidade com respeito a comparação com as demais. Apesar de ser uma disciplina fundamental na formação cidadã dos indivíduos, a inserção da sociologia no currículo básico escolar como obrigatória não garantiu a sua consolidação na educação básica. Há desafios a ser transpostos. O pensamento sociológico confronta a visão crítica apoiada no senso comum que explica a sociedade como mero resultado de diferentes instituições sociais. Durkheim, considerado o pai fundador da Sociologia, destaca a importância dela se distanciar da percepção do senso comum.

[...] enquanto se contentar com a elaboração das ideias comuns empregando uma lógica apenas mais elaborada do que a do vulgo e, por conseguinte, enquanto não superar nenhuma competência especial nos indivíduos que a cultuam, não estará em posição para falar com bastante força e fazer calar paixões e preconceitos (DURKHEIM, 1987, p. 126-127).

A abordagem durkhemiana destaca a objetividade da sociologia, ciência que deveria tratar os fenômenos da vida social como “coisa”. Por mais que atualmente essa postura objetiva seja questionada, a esse pensamento clássico devotamos a contribuição para a construção de um conhecimento científico da realidade social para além do senso comum.

Assim, é de suma importância ressaltar o papel da escola que não é de apenas estabelecer os processos de ensino e aprendizagem, mas também contribuir para a formação intelectual e humana do estudante. Faz parte também da grande curricular dos alunos uma reflexão crítica das dinâmicas social, pois seu compromisso vai mais além. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) ressaltam que o principal objetivo da educação básica é formar para a cidadania. Com a universalização do acesso ao ensino fundamental na década de 90, aqui no Brasil, a necessidade dessa formação se tornou ainda mais urgente. A partir desse período, as escolas de todo o país passaram a receber estudantes dos mais diferentes contextos, levando as unidades de ensino a se adaptarem a essas múltiplas realidades. Por isso, cabe a escola, juntamente com todo corpo docente, preparar seus alunos para o futuro e não apenas para ser um cidadão de papel. As instituições escolares devem contribuir para a formação de cidadãos de fato e de direito. A sociologia se destaca nesse processo.

Desse modo, é importante frisar que ser cidadão não é apenas ter o direito de votar ou possuir certidão de nascimento – direitos básicos, muitas vezes negados a população que

não possui acesso à renda. É importante compreender que para ser um cidadão é preciso ir mais além. É ter uma participação ativa dentro da sociedade, é exigir seus direitos com respeito, reivindicar por eles, ter salário decente, ter uma educação de qualidade, dentre outros. Ser cidadão é poder ver seus direitos garantidos e conhecer os seus deveres. Assim, os estudantes passam a agir como verdadeiros cidadãos plenos perante a sociedade.

Portanto, a importância da sociologia enquanto disciplina de ensino médio está atribuída na formação crítica para o exercício da cidadania. Os professores que ministram as aulas dessa disciplina definem a sociologia como sendo uma ciência de formação dos estudantes, propiciando a aquisição da linguagem científica. Como destaca os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio/ Ciências Humanas e suas tecnologias (1996), por ser responsável pela transmissão de uma linguagem, a Sociologia se relaciona diretamente com os conteúdos das áreas de Linguagens e Códigos.

Se, por outro lado, a vida social pode ser entendida como um conjunto de práticas (re)produzidas, analogicamente podemos tomar a vida social como um tipo de linguagem. Em outros termos, como um sistema de comunicação, de cuja constituição e atribuição de sentido participamos. Sendo assim, a linguagem é falada por atores¹³ e utilizada como meio de comunicação e interação, formando uma estrutura dotada de sentido.

Dentro dessa concepção, a Sociologia poderia trabalhar em conjunto com a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, tomando por princípio a definição de instituição social como um padrão de controle imposto pela sociedade. Peter e Brigitte Berger analisam a linguagem como sendo a instituição fundamental da sociedade, que permite a objetivação, a interpretação e a justificação da realidade. (PCN's Ensino Médio, BRASIL. 1996, p. 46).

Nessa perspectiva, a metáfora da linguagem como representação da vida social enseja uma reflexão sobre a dimensão da comunicação no estabelecimento de relações sociais. Educar para a cidadania, seguindo esse prisma, é tarefa calcada no diálogo para a construção de consensos e de elaboração de sentidos.

Desse modo, o debate do papel da sociologia enquanto disciplina no ensino médio para sociedade é caracterizado pelo investimento na formação inicial e continuada do professor, que sempre deverá estar atento às mudanças sociais.

Contudo, percebe a suma importância da sociologia atualmente na sociedade, o papel que ela desempenha nos indivíduos, formar cidadãos conscientes, com uma visão crítica a partir da realidade social a qual se encontra. Não se pode deixar de mencionar que após as reformas que o ensino médio passou, em que antes era uma formação específica só para o ensino superior ou profissionalizante, atualmente tem o papel de promover a preparação dos discentes para a vida, para o exercício da cidadania e para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

Deste modo, a sociologia está ligada ao estudo dos fenômenos sociais em transformação, pois a mesma enquanto disciplina propõe diagnósticos sobre a relação com o nosso tempo, contribuindo para construção de uma nova visão sobre mundo, sobre a maneira de ver a sociedade e as relações sociais existentes. De certa forma, um dos objetivos fundamental do pensar sociológico é justamente compreender os processos de socialização pelo qual se configuram a realidade social, por meio do estudo dos espaços familiares e escolar, da esfera trabalho e de outras engrenagens constitutivas da realidade social.

Desse modo, para Giddens (1984), a tarefa da sociologia é romper a fronteira do familiar, do próximo, do que é particular. Nesse sentido, segundo Giddens (2005) a Sociologia contribuir para os sujeitos por meio de três aspectos centrais: o primeiro aspecto é a questão em que o sujeito passa a ter consciência das diferenças culturais, isto é, tendo em vista que ela nos possibilita um olhar diferente ao mundo a partir de outros pontos de vistas em que não é nosso exclusivamente; o segundo aspecto é referente ao modo de avaliar os efeitos das políticas, já que uma pesquisa sociológica nos possibilita para a avaliação de iniciativas políticas; e o último aspecto de acordo com o autor é justamente o auto esclarecimento, uma vez que “quanto mais sabemos por que agimos, como agimos e como se dá o completo funcionamento de nossa realidade, seremos mais capazes de influenciar nossos próprios futuros” (GIDDENS, 2005).

Compreende-se que desde que se instituiu como conhecimento científico no século XIX, a Sociologia vem colaborando para que se compreenda a “estrutura” (estrutura e ação social) da sociedade e como essas relações sociais ocorrem no meio que os indivíduos vivem. Como foi abordado anteriormente, o objetivo da Sociologia é entender e esclarecer a dinâmica das relações sociais que se constitui no interior dos grupos e os modos pelo quais os diversos grupos interagem entre si.

Nesse sentido, enquanto disciplina curricular pode-se dizer que o objetivo geral da Sociologia é conduzir o estudante a pensar sobre a sua realidade social, contribuindo para uma consciência crítica de que toda sociedade é uma construção histórica e não um destino gerido por “leis naturais”, sendo capaz de ser construída e reconstruída de acordo com as necessidades dos grupos e indivíduos, ou atores sociais. Os discentes de Sociologia no Ensino Médio deverão além de interpretar a sociedade em sua volta, se sentir capazes de transformá-la e perceber que é possível a transformação.

3.2 Orientações curriculares do ensino médio – Sociologia: a importância das diretrizes na elaboração dos planos de aula pelos docentes da disciplina.

É importante frisar que o Ensino Médio é caracterizado como um passo final da educação básica, com intuito de promover a formação básica para o trabalho e o exercício da cidadania, além de aperfeiçoar os estudantes como ser humano por meio da formação ética, moral e com autonomia intelectual crítica sobre as relações sociais. Nesse aspecto, para ter uma formação cidadã, o currículo do ensino médio precisa da colaboração da disciplina de sociologia – tendo os seus princípios norteadores traçados nas Orientações Curriculares do Ensino Médio e nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º. 9394/96, antes de qualquer coisa o principal objetivo da educação nacional está vinculado ao pleno desenvolvimento do professor, na questão da sua formação para o exercício da cidadania, como também na qualificação do seu trabalho, contribuindo na organização da educação de níveis fundamental e médio.

A valorização do profissional da educação é um dos aspectos mais relevantes, ressaltados na LDB de 1996. Incluir o docente, e sua valorização, como elementos chaves que contribuem para a melhoria da educação no Brasil é um ganho trazido por essa legislação – ainda em vigor. Por mais que a realidade nacional esteja muito distante do ideal, o fato desse aspecto ser assinalado em lei demonstra o interesse do Estado em contribuir para a melhoria da educação.

É importante frisar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.º.9394/96) representa um divisor na elaboração da identidade da terceira etapa do ensino básico brasileiro. É preciso destacar dois aspectos cruciais nessa construção: o primeiro ponto está atribuído ao ensino médio, voltado para a formação do aluno como pessoa humana, na formação ética, no progresso de sua autonomia intelectual, no seu pensamento crítico, no seu desenvolvimento no local do trabalho e no avanço de suas competências para sua aprendizagem (Brasil, 1996, art.35).

O segundo aspecto está atrelado à organização curricular: participação dos professores na construção da proposta pedagógica, na questão da formação do ensino; planejamento e progresso orgânico do currículo; base nacional, a ser acrescentada, com relação a cada sistema de ensinamento e formação escolar, de maneira diversificada de respeitar as características regionais e locais da sociedade, da economia, da cultura e do próprio discente, dentre outros aspectos. (Brasil, 1996, art.36). O currículo desempenha o papel de estimular a ligação entre a escola e o sistema de ensino no que se pretende desenvolver sobre os seus discentes, a respeito do que se pretende tornar real com e para eles.

Nesse sentido, para esse processo ocorra com eficácia se faz necessário que o projeto pedagógico e o currículo da escola sejam frutos de amplas discussões com a comunidade

escolar envolvida, para que possa ter aproximação do currículo real e atendendo as necessidades efetivas reveladas no interior da escola e em cada sala de aula.

Desse modo, as Diretrizes consistem no modo de pensar o espaço escolar a partir de sua própria realidade e promover o trabalho coletivo. No que diz respeito ao primeiro aspecto sobre a valorização histórica e social do pensamento, tendo a obrigação de reconstruir os procedimentos envolvidos na construção do ensino. Assim a sociologia traz como finalidade a priori a formação do cidadão crítico, compreende que esse estudo contribui para a compreensão da realidade social em que os alunos pertencem, trazendo os modos de pensar, ou a reconstrução ou a desconstrução do modo de pensar. Nesse sentido, podemos nos questionar, sobre qual o papel central do Ensino de Sociologia? a sociologia se atribui um duplo papel o da desnaturalização e do estranhamento. Desenvolvendo a prática de desnaturalizar as concepções dadas sobre os fenômenos sociais e torna-los estranho, problematizando-os. Somente nessas condições que estes fenômenos podem considerados objeto de estudos da sociologia.

Importante destacar no caderno das Orientações Curriculares do Ensino Médio sobre o conhecimento de sociologia, produzido por um grupo de professores selecionados pelo Mec2006 sugere o seguinte, sobre a mediação entre professor e aluno:

A escola é um espaço de mediação entre o privado – representado pela família- e o público- representado pela sociedade (Hannah Arent, 1968), essa deve favorecer por meio do currículo, procedimentos e conhecimentos que façam essa transição. De um lado, o acesso a informações profissionais é uma das condições de existência do ensino médio; de outro, o acesso as informações sobre a política, a economia, o direito é fundamental para que o jovem se capacite para a continuidade dos estudos e para o exercício da cidadania, entendida estritamente como direito /dever de votar, ou amplamente como direito/ dever de participar da própria organização de sua comunidade e de seu país. (MEC2006 p. 111 - 112).

Conforme a citação acima é notável observar a importância dos papéis que a escola e o currículo desempenham na vida dos estudantes, enquanto indivíduos sociais e ativo, sabemos da importância que é o ensino de Sociologia no ensino médio, promovendo aos estudantes pensar criticamente sobre o contexto histórico-político-social.

Atualmente, nota-se que no espaço educativo, os docentes convivem com o desafio de achar os melhores recursos didáticos para o desenvolvimento da aprendizagem em sala de aula. Assim também para alguns professores tem, de certa forma, resistência a respeito da elaboração do planejamento didático-pedagógico. Desse modo, segundo Menegolla e Santana (1999) “as vezes, os docentes não gostam de planejar as suas aulas porque são obrigados a seguir modelos prontos, sendo impedidos de inovar nas suas atividades, fazendo apenas para cumprir as exigências burocráticas da escola. Alguns professores não planejam porque não

sabem, não possuem conhecimentos teóricos nem práticos e o planejamento só é válido se servir para orientar o trabalho pedagógico na sala de aula”.

Desse modo, não se pode deixar de ressaltar a importância da construção que esse documento tem, pois é possível afirmar que não é apenas um documento simples ou sem valor, mas sem dúvidas é uma prática que deve estar presente no cotidiano da sala de aula. Assim, como o autor Libâneo (1994, p. 222) ressaltar que a ação de planejar, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controles administrativos, mas antes, deve ser uma atividade consciente de previsão das ações docentes, ou seja, de acordo com o autor, o planejar para os professores deve ser uma ação que orienta suas práticas pedagógicas, para que os professores possam suprir todas as necessidades que surge no cotidiano escolar e alcancem os objetivos propostos.

Desse modo, segundo Santana (1986, p.26 *apud* SANTOS; PERIN 2013, p.06) o planejamento está dividido em três etapas:

A primeira etapa está relacionada com a preparação ou estruturação do plano de trabalho docente, onde o professor prevê como será desenvolvido o seu trabalho no decorrer do período. Nessa etapa o professor estabelece como os conteúdos serão trabalhados e a forma como vão ser trabalhados. É justamente nesse momento que o professor busca uma metodologia adequada, recursos didáticos e tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento dos conteúdos. Na sequência, é determinado os objetivos a serem alcançados, viabilizando estratégias para que no decorrer do trabalho os objetivos sejam atingidos.

Já a segunda etapa a autora ressaltar que é o desenvolvimento do plano de trabalho, ou seja, são as ações que já foram organizadas no tempo da elaboração do planejamento e são colocadas em prática, para que o processo ensino aprendizagem sejam efetivados. A autora ainda acrescenta que o trabalho é direcionado e constante por parte do docente, para que o aluno construa seu conhecimento ou transforme o conhecimento que tem passando do senso comum, em um conhecimento organizado e sistematizado.

E a terceira etapa é a do aperfeiçoamento. Nessa etapa envolve a verificação para perceber até que ponto os objetivos traçados foram alcançados. Neste momento de avaliação é que se fazem os ajustes na aprendizagem de acordo com os acertos dos alunos e as necessidades dos mesmos. (SANTANA, 1986, p.26 *apud* SANTOS e PERIN, 2013, p.06).

Na citação acima, fica explícito a importância do planejamento, ao planejar suas aulas, o docente traça os caminhos e percursos teóricos, conceitos, metodológicos essenciais para a formação do estudante, tendo por pressupostos os fundamentos norteadores da disciplina, evitando a improvisação. Ao analisar esses caminhos, é necessário que o docente tenha conhecimento acerca da realidade de seus alunos, a partir de um diagnóstico em que permite o professor conhecer as dificuldades postas no cotidiano escolar. Assim, promover as intervenções necessárias, com objetivo de que os estudantes supere suas limitações e também

para que o professor tenha um melhor desempenho ao trabalhar seus conteúdos, com intuito de alcançar os objetivos esperados.

Nesse sentido, para embasar a prática pedagógica, as orientações destacam a necessidade de se pensar na construção desse planejamento didático-pedagógico crítico e coerente, que dialoga com a realidade em que o discente está inserido. Antes de tudo vale frisar que o planejamento direciona para a participação, objetividade, flexibilidade, coerência, dentre outros. Nessa linha de análise, ele possui elementos que compõe o plano, por exemplo, os planos de ensino, planos de aula e o PPP (Projeto Político Pedagógico), sendo que esse último o componente da identificação do ambiente escolar.

Sob esse ponto, vale frisar a importância do planejamento construído pelo docente de Sociologia, pois o mesmo vai além de uma elaboração de planos de aula. É considerado como uma meta a ser atingida que possibilita a avaliação de experiências anteriores. O PPP é utilizado para um levantamento eficiente de novos planos de ensino. Sob esse prisma, a avaliação é caracterizada como indispensável para o processo da construção e reconstrução do planejamento. Através de erros ou acertos observam-se as experiências que já foram executadas. O planejamento é uma forma livre de elaboração, pois através dele se tem um esboço da intervenção do docente na questão da prática didático-pedagógica. A participação do docente na construção deste documento, e o delineamento do PPP são cruciais para o ensino-aprendizagem.

O Projeto Pedagógico e o currículo da escola devem ser objetos de debates, com intuito de aproximar sempre sobre o currículo real e ativo em que a escola está inserida, como também efetivá-lo em sala de aula. De certa forma, os documentos que direcionam as aulas de sociologia devem aprimorar a dinâmica da sala de aula e aproximar o conhecimento da realidade dos alunos. O docente deve propor atividades intelectuais que suscitam a análise, problematizando os fatos e ao mesmo tempo criando um confronto de opiniões e ideias que modificam a prática pedagógica, estimulando o conhecimento e se caracterizando em espaço de interação, com trocas de aprendizagem.

A importância da avaliação é percebida como um segundo processo no que diz respeito a uma parte da etapa de ensino-aprendizagem, sendo fundamental para analisar e observar os passos do planejamento e da avaliação – uma fase importante para todo o corpo docente da escola como para o próprio discente.

Não se pode deixar de mencionar que a partir de sua constituição enquanto saber sistematizado, a Sociologia tem colaborado para o conhecimento dos indivíduos em relação a sua própria condição de vida e fundamental para investigar as sociedades. Pela disciplina se

tem a possibilidade de refletir a realidade social. Além disso, ela trabalha com as relações, as estruturais sociais e os processos. Desse modo, a interação social é uma conjuntura fundamental no desenvolvimento do indivíduo e reiteração social. De modo, o fato social se caracteriza por ser uma ligação de relações sociais, pois essas relações se desdobram em formas e estruturas, que constrói o aspecto do social.

É possível afirmar que o homem se constitui enquanto ser social na mesma maneira em que se constitui a sociabilidade. Assim, é possível frisar que a interação social se forma como um fato fundamental da investigação sociológica. De certa forma, acontece que “existir socialmente quer dizer de uma maneira e de outro, partilhar de condições, situações, exercer ações e relações, praticar atividades e reações, são interdependentes e se influenciam reciprocamente. Assim, a interação social é uma realidade dinâmica” (FERNANDES, 1964, p. 74-83).

A disciplina atinge “diferentes probabilidades, dinâmicas de interdependência, dos sujeitos entre si, de suas reações, ações e relações sociais, ou das categorias e agrupamentos fazem parte” (FERNANDES, 1964, p.74-83). Desse modo, as partes e o todo se constituem reciprocamente e alteram-se no ato que se institui. Isto é, a sociedade e indivíduos não apresentam fatos isoláveis, mas são simplesmente os aspectos coletivos e distributivos da mesma coisa. A mesma rede de relações sociais constitui as condições de persistência e transformação da realidade social.

É importante frisar que a recomendação das OCN's- Sociologia tem por objetivo apresentar um documento com possibilidades de ações e atividades a serem desenvolvidas pelo docente de sociologia em sala de aula no ensino médio. Cabe mencionar que as OCN's propõem três pressupostos metodológicos cujo objetivo é oferecer, ao docente, parâmetros de elaboração de seus planos de aulas. Essas três abordagens metodológicas são: *teorias, conceitos e temas*. Essas são caracterizadas como um conjunto para reflexão sobre o exercício da docência em sociologia na educação básica. Isto é, o conhecimento sociológico conta com esses três princípios metodológicos, além da pesquisa (princípio transversal), e dos preceitos epistemológicos apresentados: *o estranhamento e a desnaturalização*, princípios estes, que proporcionam aos discentes investigar os fenômenos sociais do seu dia-a-dia através do pensamento crítico-reflexivo, superando, deste modo, o senso comum.

Nesse sentido, é notável perceber que ensino de Sociologia está organizado em três recortes: conceitos, teorias e temas como sugerem as OCN's:

Ao se tomar um conceito – recorte conceitual –, este tanto faz parte da aplicação de um tema quanto tem uma significação específica de acordo com uma teoria, do contrário os conceitos sociológicos seriam apenas um glossário sem sentido, pelo menos para alunos do ensino médio. Um tema não pode ser tratado sem o recurso a conceitos e a teorias sociológicas senão se banaliza, vira senso comum, conversa de botequim. Do mesmo modo, as teorias são compostas por conceitos e ganham concretude quando aplicadas a um tema ou objeto da Sociologia, mas a teoria a seco só produz, para esses alunos, desinteresse. (BRASIL, 2006, p.117).

Na citação acima, fica explícito que os três recortes se combinam, pois um depende do outro. O modo que isto ocorre irá depender da didática que o docente privilegia. Assim, não poderão ser desconsiderados os conceitos, pois dialogam e fazem parte de correntes teóricas. Além disso, na atualidade, é imprescindível que o conteúdo sociológico seja apresentado entrelaçado às temáticas que estão presentes nos debates da nossa sociedade. Todavia, discorrer sobre esses temas requer um planejamento criterioso com objetivo de que o debate não fique apenas nas percepções do senso comum e que a aula não se torne semelhante a uma conversa em praça pública com os amigos. O objetivo posto pelas Orientações Curriculares do Ensino Médio é evitar complexificações conteudísticas de forma que os discentes se sintam fechados a respeito à aprendizagem de sociologia. É necessário por parte dos professores e professoras um equilíbrio entre essas três abordagens, sendo crucial que os mesmos tenham habilidade de conjugá-las em suas práticas docentes.

Vale frisar que o papel do docente é entender os benefícios dos princípios teórico-metodológicos da disciplina de Sociologia em sala de aula para que possa ter competência de exercer não apenas a profissão de docência, mas promover aos alunos o ensino/aprendizagem de forma crítica e reflexiva, dando sentidos e significados aos assuntos ministrados.

No Brasil, atualmente, todos esses documentos legais garantem a importância tanto da disciplina de sociologia como no ensino médio para a preparação do cidadão. Começando pela Constituição Federal que estabelece em seu Art. 208 que o Estado deve garantir a educação básica e gratuita a todos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - Lei nº. 9.394/1996, sendo outro instrumento importante voltado para o ensino médio – etapa final da educação básica, com a finalidade de formação básica para o exercício da cidadania do discente e para a sua inserção no mercado de trabalho.

Já segundo as OCEM, a sociologia enquanto disciplina inserida no currículo do ensino médio tem por objetivo de contribuir para a formação dos alunos acerca de uma melhor compreensão sobre a estrutura das relações sociais, conhecendo o seu papel na sociedade e da dinâmica social, apontando as possibilidades reais de mudança social, com intuito de buscar uma sociedade justa e com igualdades de oportunidades. Assim, percebe-se que a disciplina

tem conceitos a serem explicados e discutidos em sala de aula, conforme as orientações educacionais que complementam os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002, p.85). Em princípio, inicia o conceito de cidadania que deve ser trabalho, levando em consideração as relações dos estudantes em sociedades, ensinar sobre o alcance da participação política, democracia, as formas de governo, proporcionando ao discente o saber do seu lugar na sociedade.

Conceitos fundamentais a serem trabalhados na disciplina é o conceito de trabalho, demonstrando as formas de produção da sociedade, o capital, o lucro, o consumo, as desigualdades sociais existentes, despertando nos discentes um olhar sociológico, com uma consciência crítica frente à dinâmica da sociedade capitalista em que estão vivendo.

Outro conceito que merece ser ressaltado é o conceito de cultura como decorrência a produção do trabalho humano, promovendo nos estudantes debates sobre as diversidades culturais, ideologias, identidade, tradições, dentre outros, estimulando os discentes a trazer para o espaço escolar as manifestações culturais que vivenciam, propiciando a aquisição de um conhecimento científico. Afinal, como destaca Weber, através dos “tipos ideais”, conceitos, nos aproximamos da realidade social, criando estratégias de análise.

Deste modo, cabe o docente de sociologia compreender que existem três objetivos que norteiam e fundamentam a sociologia no ensino médio, ajudar na construção da cidadania mediante a formação dos cidadãos; qualificação para o trabalho por meio da compreensão das novas formas de organização do trabalho e da produção em tempos de globalização, pela preparação dos indivíduos sobre uma análise do mundo social que faz parte; e por último estimula o entendimento sociológico da realidade em que estamos inseridos. Neste contexto entende-se que a disciplina de sociologia percorre as dimensões, política, científica e educacional. Além disto, dos conceitos da problematização com relação ao fenômeno social (estranhamento) e da desnaturalização dos pontos de vista ou explicações dos fenômenos sociais. O pensamento sociológico desvenda as estruturas sociais e instrui uma consciência crítica.

Dessa forma, como foi citado anteriormente, os objetivos da Sociologia está definido a partir de dois princípios epistemológicos fundamentais: *a desnaturalização e o estranhamento*. Quanto à noção de desnaturalização as OCN's afirmam:

Há uma tendência sempre recorrente a se explicarem as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política, etc. com argumentos naturalizadores Primeiro, perde-se de vista a historicidade desses fenômenos, isto é, que nem sempre foram assim; segundo, que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e

essas, de interesses, ou seja, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais. (BRASIL, 2006, p.106 *apud* NÓBREGA, 2015, p.107).

Conforme a citação acima, vale destacar que a desnaturalização se constitui em perceber que determinados fatos, por serem frequentes e por estarem muito próximos de nós, parecem ser naturais. Contudo, esses fatos são produto de relações históricas e sociais.

Com respeito ao estranhamento segundo o autor Nóbrega (2015), as OCN's nos auxiliam a questionar todo argumento que coloca os fatos e acontecimentos como normais, fechados a uma explicação mais aprofundada. Desse modo, usando a obra "O suicídio" de Durkheim, as OCN's mostram como este estudo permitiu explicar o suicídio de um modo diferente do que pessoas estavam acostumadas a ouvir e a aceitar passivamente.

Estranhar o fenômeno "suicídio" significa, então, tomá-lo não como um fato corriqueiro, perdido nas páginas policiais dos jornais ou boletins de ocorrência de delegacias, e sim como um objeto de estudo da Sociologia; e procurar as causas externas ao indivíduo, mas que têm decisiva influência sobre esse, constitui um fenômeno social, com regularidade, periodicidade e, nos limites de uma teoria sociológica, uma função específica em relação ao todo social (BRASIL, 2006, p.108 *apud* NÓBREGA, 2015, p.107-108).

Conforme a citação acima, o homem tende a atribuir o suicídio a um fenômeno psicológico e nesse automatismo passa a se tornar difícil relacioná-lo a fatores em que não sejam distúrbios psicológicos, forças sobrenaturais e espirituais negativas. Segundo os autores Moraes e Guimarães (2010): "estranhar, portanto, é espantar-se, é não achar normal, não se conformar, ter uma sensação de insatisfação perante fatos novos ou do desconhecimento de situações e de explicações que não se conhecia" (MORAES; GUIMARÃES, 2010, p.46 *apud* NÓBREGA, 2015, p.108).

Desse modo, uma das justificativas da Sociologia no Ensino Médio é propiciar o estranhamento, mas ela não se baseia apenas nisto, existem indagações dos problemas sociológicos que estão ligados a compreender o que decorre sobre os termos da interação social. Nesse caso, a tarefa do sociológico é interrogar os problemas sociais, rejeitando inicialmente evidências, ir além das expressões, provocando nos alunos o entendimento do que existe por trás de sua sociedade. Nesse caso, os fatos sociais não apareceram por acaso, mas foram construídos socialmente.

É importante ensinar para os discentes que o sistema de um espaço social é distinto de sociedade para outra. Porém, em uma mesma sociedade, ela apresenta os requisitos políticos, econômicas, culturais e sociais das relações sociais de um determinado contexto, destacando os processos dinâmicos dessas relações.

Sintetizando, segundo Nóbrega (2015), o ensino de Sociologia se direciona para três grandes objetivos: o primeiro é compreender o mundo social em que os discentes estão inseridos. Quais são os problemas que surgem no cotidiano? Como se comportam? Quais são as coletividades em que estão envolvidos? Como são formuladas as regras que direcionam o espaço social? Essas são algumas das questões que auxiliam os discentes a perceberem, através de seu próprio contexto social, a complexidade do mundo circundante.

O segundo o objetivo da Sociologia no ensino médio é justamente proporcionar a percepção de diversos discursos em que explicam e justificam o mundo social. Por exemplo, as religiões são fonte fundamental de explicação e de justificção sobre o mundo em que vivemos. De certa forma, destaca-se que as explicações do senso comum estão sujeitas a reproduzirem problemas como racismos, preconceitos, intolerância, discriminação, xenofobismos, dentre outros. (NÓBREGA, 2015, p. 109).

Desse modo, conforme os autores Moraes e Guimarães (2010), a relação da Sociologia com o senso comum foi bem colocada por eles:

É contribuição das Ciências Sociais, como a disciplina Sociologia para o nível médio, propiciar aos jovens o exame de situações que fazem parte do seu dia a dia, imbuídos de uma postura crítica e atitude investigativa. É sua tarefa desnaturalizar os fenômenos sociais, mediante o compromisso de examinar a realidade para além de sua aparência imediata, informada pelas regras inconscientes da cultura e do senso comum (MORAES; GUIMARÃES, 2010, p.48 *apud* NÓBREGA, 2015, p.110).

Conforme a citação, o conhecimento sociológico é aquele saber científico sob as “sombras que o senso comum não consegue afirmar, isto é, a Sociologia visa apontar os limites do senso comum em compreender de modo complexa, mais aprofundada e crítica em determinados acontecimentos sociais, indo além das primeiras aparências”.

O terceiro objetivo da Sociologia no ensino médio está relacionar em “formar o cidadão crítico”. Assim, a escola torna ser um espaço privilegiado para o exercício da cidadania, desse modo, a educação direcionada a cidadania propicia uma formação mais compreensiva, solidariedade, tolerância e o respeito a diversidade social e cultura, em que os sujeitos estão envolvidos. (NÓBREGA 2015).

A Sociologia contribuir para a formação da cidadania. Conforme o Florestan Fernandes. “Não há dúvida que a educação modela o homem. Mas é este que determina socialmente, a extensão das funções construtivas da educação em sua vida”. (FERNANDES, 1966, p.420). Todavia, o papel da Sociologia no Ensino Médio é a desnaturalização, estranhamento e a tomada de consciência dos fenômenos sociais. Levar os alunos a entender

que a disciplina trabalha a complexidade do ser humano, influenciando e sendo influenciado pelas estruturas sociais, problematizando seus limites, suas contradições e suas diferentes atitudes quando sujeito a um determinado momento ou situação histórica. A Sociologia nos faz pensar sobre as relações sociais (desiguais), as diferentes culturas, as políticas existentes no meio em que pertencemos.

É importante deixar explícito, tanto para o docente de Sociologia, como para a escola, para que possam alcançar os objetivos, é indispensável um bom planejamento pedagógico. O planejamento escolar consiste em tomadas de decisões a respeito da realidade da educação e da instituição, pensando sobre as condições existentes, superando as dificuldades, buscando alcançar as metas almejadas. Desse modo, o planejar é um documento de suma importância, pois tanto para área profissional como pessoal, por isso, é importante que o docente elabore seu planejamento antes da prática de suas atividades.

Desse modo, para o desenvolvimento da função didática, o docente se torna responsável por seu planejamento, avaliação das atividades, que se relacionam no processo de ensino-aprendizagem e na organização. Dessa forma, o planejamento é considerado um processo mental com intuito de analisar, refletir, e prever, o plano de aula é o resultado do processo mental de planejamento que serve para o ensino-aprendizagem.

Deste modo, a importância do planejamento pedagógico está vinculada ao um conjunto participativo, tais como: escola, professores, alunos, pais, funcionários, em que todos devem participar desse processo das tomadas de decisões. O planejamento é uma construção que auxilia o docente no direcionamento de sua sala de aula, pois a educação é construída através desses passos.

No terceiro capítulo, os percursos metodológicos e os dados de campo serão apresentados de modo a arregimentar o argumento central deste trabalho. Após a apresentação do passo a passo da pesquisa de campo – que se entrelaça com as atividades desenvolvidas pela pesquisadora no Programa Residência Pedagógica – e das entrevistas, serão descritos e analisados os dados da pesquisa que servirão de fundamento para demonstrar os aspectos positivos e negativos da formação do docente em Sociologia em atuação na rede pública de ensino do interior do Maranhão.

4 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PESQUISA

A pesquisa de campo diz respeito a um estudo mais aprofundado realizado em um ambiente em que fatos ou fenômenos acontecem. Nesse espaço, os dados são coletados após observação direta ou estudo de caso, geralmente o pesquisador realiza a maior parte do seu trabalho pessoalmente. Desse modo, a pesquisa de campo oportuniza a observação dos fatos e fenômenos na maneira como ocorrem na realidade e também a coleta de dados referentes aos elementos observados. Após as coletas de dados, serão analisados e interpretados com base em uma fundamentação teórica, no intuito de compreender e explicar o problema acerca do objeto de estudo da pesquisa.

Segundo Carvalho (2014) a habilidade do pesquisador, assim, se configura ao escrever fácil, nesse caso, seria o verdadeiro artesão – cientista social com base em uma sociologia reflexiva (Bourdieu 1999), sociologia crítica (Mills 1975) e interacionista (Becker 1994) –, ressaltadas às exigências do cuidado epistemológico a fim de evitar contaminação das noções por pré-noções e preconceitos e, dessa forma, garantir a legitimidade da pesquisa. Para tal, é necessário um distanciamento do pesquisador em relação aos sujeitos participantes da pesquisa. De certa forma, o objetivo do estudo é fruto de um processo em construção, existindo um ir e vir entre teoria e empirismo. Conforme Bourdieu (1989):

Ele trabalha a concepção de ofício, no que diz respeito ao artesão e não produção em massa (industrial), segundo o autor o artesão que produz tem a sua “cara”, sua marca, desse modo, isso tem que acontecer com o cientista social. Isto é, se postar como um artesão. Conforme Mills (1975) não é escrever complicado que evidência algo, mas o escrever de modo fácil em que mostrará as habilidades do artesão intelectual. Mills (1975) ressalta que quanto mais simples escrever mais se terá o domínio.

Conforme citação acima é possível dizer que segundo Bourdieu (1999, p. 32 *apud* CARVALHO, 2014, p.95) o artesão intelectual não pode esquecer que a vigilância epistemológica detém “as armas indispensáveis para evitar a contaminação das noções pelas pré-noções”. Essa vigilância é o modo de garantir a legitimidade da cientificidade a respeito de ter controle dos elementos para não interferir no resultado da pesquisa, ficando atento em que medida não está deixando influenciar-se pelo senso comum.

Segundo Carvalho (2014, p.95) o domínio epistemológico é ter o cuidado de garantir a cientificidade. Esta, por sua vez, está relacionada como o cientista vai dar conta das etapas das pesquisas e das relações estabelecidas em campo com os sujeitos que compõe a pesquisa, não deixando os juízos de valores interferirem na objetividade – necessário certo

distanciamento para mantê-la. Impossível deixar a subjetividade longe da pesquisa, contudo é preciso que essa seja norteada pelas teorias e reflexões acerca dos contextos históricos e sociais de inserção dos sujeitos. A vigilância epistemológica deve permitir uma reflexão dos caminhos e procedimentos da pesquisa. Conforme Weber *apud* Haguette (2000), a objetividade total não existe, mas deve ser buscada através das técnicas e métodos.

É importante ressaltar que a utilização de várias técnicas no processo de tessitura do texto etnográfico faz-se necessária, pois, a análise de dados em Sociologia e Antropologia exigem momentos distintos que se unem na elaboração de análises sobre a realidade social e que, muitas vezes, exige o distanciamento necessário entre as etapas. A observação e entrevistas são partes de um processo de acompanhamento das trajetórias dos sujeitos da pesquisa. De certa forma, o campo de pesquisa é um terreno tenso, pois se trata de um ambiente desconhecido. Assim, Pierre Bourdieu (1997) ressalta que é preciso esforços para reduzir ao máximo a violência simbólica exercida através da pesquisa – relação pesquisador e “pesquisado”.

Conforme Malinowski (1976, *apud* CARVALHO, 2014, p. 96) é importante ter uma bagagem teórica, sem, contudo, impor ao campo hipóteses determinadoras da análise. A pesquisa social, de um modo geral, vai ser flexível, de certa forma não há hipótese totalmente fechada, se o pesquisador influenciar na pesquisa está não terá caráter científico.

É importante ressaltar que segundo o Bericat (1998, *apud* CARVALHO, 2014, p. 98), não é o objeto em si que determina o método. Uma vez que se tem o objeto já se tem a teoria a ser trabalhada, segundo esse autor é o objeto que vai determinar a adequação dos métodos e através daí a adequação das técnicas. Desse modo, Bourdieu (1997) ressalta a questão do conhecimento da realidade (do objeto) que tem que existir. Decerta forma, segundo o autor, a pesquisa não começa pelo empírico, mas pelo teórico trabalhando com leituras em que se ocupam com a contextualização histórica e social da temática. Vale lembrar que o teórico não separa do empírico. Bourdieu (1989, 1997, 1999) enfatiza a construção da compreensão das relações e fenômenos, em que a construção do mesmo se dá num processo. Nesse sentido, ele condena a ideia dos estudos pré-construídos, pois esse estará totalmente construído ao final da pesquisa, quando termina a investigação.

Nesse sentido, para Carvalho (2014, p.98), o campo de pesquisa é prescindido de momentos tensos, visto que, se trata de um ambiente social desconhecido – outro espaço social e cultural. Assim, segundo (MILLS *apud* SILVA 2004), o campo é um mundo a ser garimpado. Geralmente não se encontra nada em um determinado lugar, mas talvez a descoberta vá estar ali do lado. Outro aspecto é não achar que no lugar X ou Y eu vou encontrar tudo, como no garimpo, encontrar-se a, um pouco de coisa em cada lugar.

A escolha deste tema de pesquisa surgiu no momento de desenvolvimento da minha atividade de Estágio Curricular Supervisionado, realizado nas turmas de ensino médio. Durante essa atividade, observei e acompanhei aulas ministradas por professores e professoras de Sociologia que não possuíam formação na área. Esse fato causou-me espanto e trouxe consequências no meu processo formativo, uma vez que não fui orientada e supervisionada por um profissional da área na escola. Dessa forma, quando iniciei meus estudos preparatórios para a elaboração desta monografia, resolvi me dedicar a tal temática e as consequências disso para a qualidade do ensino-aprendizagem da disciplina Sociologia na rede pública de ensino.

A hipótese inicial deste trabalho era a que a falta de formação na área prejudicava sobremaneira o ensino ofertado nas salas de aula. Entretanto, ao dar início a pesquisa, percebi que há complexidades nesse contexto. Quando ingressei no Programa Residência Pedagógica, em 2018, presenciei aulas ministradas por uma professora que atuava em uma escola na zona rural do município onde realizei a pesquisa. Essa professora, por mais que não formada em Sociologia, se dedicava a transmitir o conteúdo respeitando os pressupostos da disciplina.

4.1 O processo de imersão no espaço escolar: a importância da observação no processo de análise da pesquisa.

No período de setembro de 2018 a janeiro de 2019, observei as aulas da professora de Sociologia que atuava no Ensino Médio, em um povoado do município de São Bernardo/MA. A professora Amanda, ex - coordenadora do subprojeto de Sociologia do Programa Residência Pedagógica ⁵do Campus UFMA São Bernardo, levou-nos para conhecer a escola e apresentar-nos aos funcionários que atuavam na instituição. Nesse dia, foi apresentada toda a estrutura, tais como: salas, auditório, banheiros, sala da coordenação e copa. Nesse momento, estiveram presentes não apenas os residentes que atuavam na escola do povoado, mas a equipe do subprojeto que se apresentou e detalhou sobre a parceria estabelecida entre a Universidade Federal do Maranhão e a Prefeitura Municipal de São Bernardo.

No início de nossas atividades, teve uma nova apresentação dos residentes pela professora da escola, em que estavam presentes 28 estudantes do 1º ano do Ensino Médio. A

⁵ Residência Pedagógica é um programa do Governo Federal - financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), uma Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo o aperfeiçoamento da formação prática dos alunos nos cursos de licenciaturas.

sala de aula era ampla, com dois ventiladores e quatro janelas. A maioria dos alunos e alunas estava com os livros em mãos, uns em silêncios e outros conversando. A professora explicava o conteúdo do livro “Sociologia em Movimento”⁶, “Preconceito, Discriminação e Segregação” e, durante sua aula foi possível observar que apesar de não ter formação na área, repassava o conteúdo a partir dos princípios da Sociologia, sendo o principal a defesa do pensamento sociológico e seu fundamento científico, ampliando perspectivas do senso comum. A mesma buscava dialogar o conteúdo com as realidades dos estudantes, levando-os a refletir sobre o seu espaço na sociedade. A professora se preocupava com a aprendizagem dos alunos e alunas, assim com as perspectivas profissionais futuras deles.

Desse modo, no dia 19 de setembro de 2018 iniciaram-se as atividades do período de observação. Nosso primeiro contato como residentes na escola-campo, foi possível vislumbrar os vários desafios nesse deslocamento da Universidade Federal do Maranhão (Campus – São Bernardo) para a escola-campo. Um desses desafios era o percurso que eu fazia anoite para área rural, em estrada ruim, às vezes, devido à chuva, a estrada ficava bem ruim, com buracos e lamas. Nesse percurso perigoso já ocorreram assaltos de motos e ônibus escolares. Além desses desafios em questão, do havia outros, como, por exemplo, o fato da infraestrutura do prédio da escola ser cedido pelo município, sendo essa precária. As salas são simples, com pouca iluminação. Quando alguma lâmpada queima, os professores precisavam reembolsar o município pelo dano. A docente de Sociologia atuava também como coordenadora da escola-campo, sem receber nenhuma remuneração pela função exercida. A professora é formada em Pedagogia e Ensino Religioso pela Faculdade de Teologia do Brasil (FATEB) e a Faculdade do Vale do Itapecuru (FAI), e possui pós-graduação em Ciências Humanas pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Atua como professora há 20 anos pela rede municipal e concursada há 14 anos, atuando nessa mesma escola também no período vespertino.

⁶O Livro Didático “Sociologia em Movimento” é uma obra considerada a mais aceita em todo o Brasil pelas as escolas públicas e por professores formados em Sociologia, “Sociologia em Movimento”, é reconhecido por seu diálogo com a atualidade, seus conteúdos são bem organizados, fácil dos alunos compreenderem e relacionar com sua realidade, o livro propõe uma abordagem em que conecta o cotidiano as teorias sociológicas clássicas e contemporâneas e, a partir de recortes da realidade, promover uma construção coletiva em que os saberes e as práticas de docentes e discentes são constantemente beneficiados. O livro didático “Sociologia em Movimento”, tem origem nacional, editora moderna-didáticos, coleção vereda digital, edição 01, ano 2013, com idioma português, assunto didáticos - sociologia - Ensino Médio, produzido no Brasil por vários autores destinado para o Ensino Médio, seu código de barra é 9788516085513, seu ISBN: 8516085511, série: Integrado, encadernação: BROCHURA, sua altura: 27,50 cm, com largura: 20,40 cm, seu peso: 1,10 kg, complemento: NENHUM, número de Páginas: 408.

O espaço é composto por 09 salas, uma cantina, 01 secretária, 03 banheiros – 01 um inclusive para os professores –, 01 biblioteca, uma quadra esportiva e um auditório climatizado para as reuniões. No período noturno, parte da escola funciona o ensino médio e a outra parte a Educação de Jovens Adultos e Idosos (EJAI) ofertado pela rede municipal de ensino, com salas amplas, com dois ventiladores funcionando. O acesso à rede mundial de computadores é somente para o desenvolvimento das atividades administrativas da escola. Dificilmente o estado manda merenda para o anexo e, por isso, a diretora da escola municipal pede para as merendeiras fazerem em quantidade que possa atender a demanda dos estudantes do ensino médio – vinculados à rede estadual de ensino.

Apesar das dificuldades estruturais, durante o período de observação em que estivéssemos em contato com a escola, praticamente toda semana, foi possível constatar a dedicação e o empenho dos profissionais com relação ao trabalho desenvolvido. Devido à distância do povoado em que se localiza a instituição da sede do município, há uma preocupação dos professores para que essa não seja desativada pelo estado do Maranhão – uma vez que há uma política atual de desativação das escolas das áreas campesinas, sendo a mesma nociva por ser responsável pelo aumento da evasão escolar, além de ser contrário ao direito dos jovens e adolescentes de estudarem próximos de seus domicílios. Em conversas que tivemos com a professora, ela relatou-nos a preocupação quanto a esse fato e os problemas sociais que adentravam os muros da escola. Havia uma preocupação compartilhada pelos professores com relação ao aumento da violência e consumo de entorpecentes durante as aulas.

Em todo momento em que realizamos as atividades, a equipe do subprojeto foi extremamente bem recebida por todos os profissionais – tanto pelos coordenadores e professores do município, como pelos profissionais do estado. Diferente da relação estabelecida com outras escolas-campo envolvidas no subprojeto, o anexo era a instituição que mais abraçou a proposta e acolheu as atividades do Programa Residência Pedagógica. Era perceptível a valorização da parceria por parte da unidade de ensino, bem como o interesse deles no estabelecimento de diálogos e colaboração com a UFMA. Um exemplo disso era a preocupação da professora quanto à alimentação e o bem-estar dos residentes nos dias em que estavam na escola.

A relação estabelecida entre a professora e os estudantes era de proximidade e respeito, tendo ela preocupação com todos os aspectos que envolviam a escola. Devido ao fato do povoado ser pequeno, os habitantes que ali residem se conhecem ou conhecem as famílias. Eu mesma, por ter meios-irmãos, fui reconhecida pela coordenadora do EJAI. Isso permite que a docente conheça seus alunos e alunas pelos nomes e tenha contato com eles fora do ambiente

escolar. Além disso, por atuar também como coordenadora, a mesma resolvia tudo até mesmo era responsável por tocar a sirena da escola. As pendências de alguns alunos em questão de notas ou falta, os conflitos, eram solucionados pela docente de Sociologia. A proximidade e o compromisso da docente com a escola contribuem para a eficácia de sua atuação como docente.

Ao conhecer a professora da escola anexo desse povoado, minha hipótese de que a formação em Sociologia era imprescindível para a qualidade do ensino da disciplina começou a ser por mim questionada. Nesse momento, passei a refletir sobre quais fatores eram os responsáveis pelo bom desempenho dela, mesmo sem formação. Foi quando em uma das nossas conversas, ela relatou - me que sempre quis cursar Sociologia e Filosofia e que não conseguiu obter essa formação a inexistência de cursos na região dessas formações durante o período em que se formou. Quando essas disciplinas tornaram-se obrigatórias, por motivos pessoais, ela não teve como se dedicar a cursar essas formações. Nesse ponto, é preciso refletir se essa profissional representa a regra ou exceção nesse contexto. O IDEB da escola do povoado do município em 2017 era 3.0 e 2019 é 3.2 para 2021 está previsto 3.4.

4.2 A sala de aula como espaço de exercício: comparando experiências

De início o projeto Residência Pedagógica do Governo Federal – financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ficou em uma escola rural do município, mas como o estado não fez recontrações de professores e a preceptora não era concursada, o projeto foi retirado da escola, atualmente está em outra escola outro povoado do município. Na escola em que o projeto Residência Pedagógica está atualmente observei as aulas de sociologia do professor foi possível notar que o docente se prende muito ao conteúdo do livro de didático, quando observei ele só passava atividade que o livro didático propõem nas páginas seguintes, os alunos tinham que descreverem as questões por seus cadernos se responderem conforme as páginas que o professor selecionava, as vezes não dava tempo para os alunos responderem as atividades devido o horário de Sociologia ser curto e ter acabado. Assim, a atividade ficava para próxima aula e quando chegava o dia a maioria dos alunos não tinham respondido então o professor cedia mais um horário por alunos responderem em sala de aula.

O prédio da escola é cedido pelo município para a escola do Estado, anoite funciona somente 03 (três) salas de Ensino Médio e 02 (duas) salas de EJAII Educação de Jovens, Adultos e Idosos. A escola dispõe de um espaço amplo, tem 03 (três) banheiros, um masculino, um feminino para os alunos e o outro inclusivo para os professores, são 02 (duas) salas de

secretárias 01 (uma) para os professores do município e outra para os docentes do estado. A escola também dispõe de uma quadra esportiva, mas não funciona anoite por falta de iluminação, no pátio da escola tem um bebedor a disposição para os alunos. Além disso, a escola dispõe de uma rede de internet Wi-fi, mas só para resolver questões burocráticas da escola. A escola tem uma cantina, vale lembrar que raramente o Estado fornece merenda para a escola de anexo, desse modo, quando a merendeira faz o lanche dos alunos do EJAÍ divide com os alunos do Ensino Médio, a escola enfrenta a dificuldade de disponibilizar materiais para os professores para que possam trabalhar em sala de aula.

Devido a distância de cerca 30km do distrito da sede do município, seria inviável a realização do subprojeto na localidade sem o apoio da Secretaria Municipal de São Bernardo, que nos cedeu um ônibus para o transporte dos discentes. O percurso da universidade para o povoado da escola demora uns 25 minutos se a estrada do povoado não estiver muito ruim, devido aos períodos chuvosos os caminhos ficam cheios de lama e buracos. Os desafios enfrentados pelos discentes ao realizarem as atividades do subprojeto no povoado – cansaço com deslocamento, insegurança na estrada devido aos casos de assalto. Há uma proposta do governo do estado do Maranhão de direcionar os estudantes dos povoados dos municípios para as escolas da sede. Diante dessa experiência e após as observações das aulas dos alunos em sala, surgiu a ideia de elaboração de um Projeto de Intervenção que estimularia a apreensão da leitura e da linguagem desses alunos, percebemos a necessidade de se trabalhar com a escrita e a leitura como formas de aquisição da linguagem.

É necessária uma observação sobre as aulas dos professores, percebi que tem uma grande diferença entre elas, antes, vale ressaltar que eles não são formados na área de Sociologia, mas se observa uma distinção entre a forma de ministração de aula. A maneira como passam o conteúdo por alunos, a professora que observei primeiro ela tinha uma preocupação se os alunos estavam compreendendo o assunto de modo reflexiva, consciente e crítica não ficava tão presa ao livro didático, buscava outras formas de explicar o conteúdo com intuito de relacionar o assunto com a realidade dos alunos, com objetivo de despertar nos discentes uma reflexão crítica em relação ao meio que estão inseridos.

Já com relação ao outro professor, durante a observação de suas aulas não consegui identificar o mesmo explicando os conteúdos para os alunos. Sempre passava atividades que o livro didático colocava e pedia para os alunos descreverem as questões por caderno e responderem de acordo com as páginas que ele selecionava, notei que muitos alunos tinham dificuldades de responderem as perguntas. Às vezes os alunos chamavam o professor para poder explicar a questão e quando ia explicar o assunto era bem rápido.

Outra questão que observei foi justamente que os alunos tinham sede de debate sobre tema abortado pelo livro didático. Minha colega e eu, durante nossas regências de sociologia fizemos um debate como finalização de conteúdo ministrado durante o mês com os alunos e o resultado foi gratificante. Percebemos que até aqueles que não apresentavam um grau de concentração e assiduidade nas demais aulas se esforçavam para responderem corretamente as perguntas.

Ao comparar minha experiência docente no estágio do Ensino Médio e no Programa Residência Pedagógica, vale compreender que os estágios supervisionados no Ensino Médio representam uma oportunidade aos discentes, colocando-os diante de uma realidade profissional em que se encontram, agregando suas referências com relação a sua identidade profissional, aos conhecimentos da docência e as posições que são necessárias para o exercício da profissão (PIMENTA e LIMA, 2004). Nesse contexto, percebe-se que a inserção dos estudantes no ambiente escolar proporciona a esses vivenciarem o cotidiano escolar e, desse modo, contribui para formação dos licenciados.

Nessa etapa de formação, os discentes utilizam conhecimento sobre o conteúdo que necessita a ser ensinado, destacando suas concepções gerais de ensino e aprendizagem. Além disto, da didática, apresentando a oportunidade para aprender a ensinar, integrando as dimensões teóricas e práticas. Porém, esses estágios supervisionados são de curto prazo, muitas das vezes os acadêmicos são postos nesse ambiente sem uma preparação adequada para atuar, na prática. Assim, eles sentem dificuldades em ministrar as aulas, inseguros no desenvolvimento das atividades.

Durante a minha experiência no estágio supervisionado como discente do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/ Sociologia, senti que não estava devidamente preparada para a realização da prática. Como o texto Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006) ressalta, às vezes, a formação por demasiada teórica fica dissociada da reflexão sobre a prática docente. Além disso, a organização das disciplinas do curso, com Metodologia do Ensino de Sociologia, sendo ofertada após o estágio, acaba levando os discentes a reproduzirem as técnicas e estratégias de ensino utilizadas na educação superior – o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem no ensino médio. Os estudantes do curso de licenciatura interdisciplinar por não verem na docência uma profissão atraente, acabam menosprezando as atividades de estágio, justificando pelo falta de interesse em atuar nessa etapa de ensino. Esse contexto se assemelha ao da Alemanha na metade de século XX descrito por Theodor Adorno em seu texto “Tabus acerca do Magistério”. Segundo o autor (1995):

Permite-me começar pela exposição da experiência inicial: justamente entre os universitários formados mais talentosos que concluíram o exame oficial, constatei uma forte repulsa frente aquilo a que são qualificados pelo exame. Eles sentem seu futuro como professores como uma imposição, a que se curvam apenas por falta de alternativas. É importante ressaltar que tenho a oportunidade de acompanhar um contingente não desprezível de tais formados, como motivos para supor que não se trata de uma seleção negativa. (ADORNO, 1995, p.97).

Desse modo, tanto a observação das aulas, como a regência e as microaulas são desenvolvidas em curtos períodos, com o mínimo de dedicação e apreço. Não há, por parte da grande maioria dos estudantes do curso, uma consciência e reflexão sobre a importância do estágio em sua formação como futuros docentes.

A hipótese deste trabalho é que o incentivo na formação do professor de Sociologia é fundamental para o desenvolvimento e sucesso da disciplina. Esse incentivo deve ocorrer tanto quanto a formação inicial como quanto a formação continuada, visto que os conteúdos e temas estão em constante transformação. A defesa é que o professor/ professora formada na disciplina garante maior qualidade do ensino ministrado em sala de aula.

Para tal, é preciso um investimento dos cursos de licenciaturas em Sociologia, Em Ciências Sociais e em Ciências Humanas/Sociologia na tentativa de formação desses discentes de modo a destacar a importância do magistério, pois é a partir desse investimento que os estudantes serão capazes de realizar a tradução do conhecimento produzido no ensino superior para a linguagem realizar do ensino. Para a construção de pontes e tradução, a inserção desde cedo no ambiente escolar contribui para a elaboração de estratégias e metodologias de ensino, com a contextualização dos conteúdos, aproximando-os da realidade dos alunos, permitindo uma maior aproximação entre o conhecimento apreendido teoricamente nas universidades e as habilidades práticas necessárias aos egressos dos cursos de licenciatura ao assumirem as salas de aula da educação básica no nosso país.

Dessa forma, com relação a minha experiência docente no Programa Residência Pedagógica pude ter acesso a características particulares, as quais merecem ser mencionadas e destacadas, pois, o projeto conta com uma carga horária ampliada para executar as práticas nas instituições de ensino, reunião semanal em grupo, sob a orientação e a responsabilidade de uma docente orientadora. Com objetivo de reforçar a importância da dimensão coletiva no processo de formação, segundo Nóvoa (1992), os discentes transferem para a supervisão sequências de temas, percepções, experiências, dúvidas em questão da prática no cotidiano nos ambientes escolares. Esse compartilhamento das experiências leva ao amadurecimento quanto à prática docente e quanto aos aspectos específicos que cercam o ensino da disciplina de Sociologia.

De certa forma, o estágio não pode apenas possibilitar um espaço para um simples relato de experiências em curto prazo, mas sim, propiciar uma reflexão sobre a prática docente e que tenha um prazo maior para as observações de aulas e ministração. Logo os discentes passam por longos períodos na universidade apenas com teoria, e quando chegam no espaço escolar se deparam com a realidade educacional, por exemplos, alunos inquietos em sala de aula, falta de recursos na escola, falta de livros de didáticos, muitas das vezes a escola possui infraestrutura precária e discentes que não respeitam professores no momento da aula.

Nesse contexto, observa-se que o estágio e o programa de Residência Pedagógica tem uma diferenciação em questão do tempo de observações das aulas, do ambiente escolar como também de todo o corpo docente. Desse modo, o projeto Residência Pedagógica busca o aprimoramento da formação docente com articulação de discente que aprende no espaço acadêmico e vivência na prática da residência, levando em consideração que um dos aspectos fundamental é a formação do docente e proporcionar aos discentes de Licenciaturas possibilidades para desenvolver competências de comparar teoria e prática docente. Isto é, o subprojeto é uma formação continuada que tem por intuito de promover aos discentes uma reflexão sobre suas práticas enquanto futuros docentes profissionais.

Deste modo, conforme a autora Gatti (2009), no que diz respeito à formação de professores iniciantes, no seu ambiente de trabalho os desafios que enfrentam no cotidiano, as vezes ficam em choque ao se depararem com a realidade educacional. Pois, durante sua formação o único momento que passa a ter contato um pouco de prática é durante o estágio, mas, este sendo de curto prazo, nesse caso, geralmente os recém-formados chega ao seu espaço de trabalho muito animados em questão da maneira de ministrar as aulas e esquece-se de ver a realidade. Nesse contexto, a autora chama atenção para esse ponto de que o docente recém-graduado não teve se prender somente em teorias ou conceitos, não ser apenas um reprodutor passivo do conhecimento apreendido durante a graduação.

O programa Residência Pedagógica desempenha um papel essencial a respeito do processo de formação continuada de acompanhamento, tem por objetivo construir um elo entre a universidade e as escolas básicas, com intuito de auxiliar os futuros docentes através do contato com os demais profissionais experientes. Promovendo uma socialização de trocas de experiências e reciprocidade de conhecimento, levando os recém-graduados a refletirem sobre sua prática e habilidades, mostrando assim a realidade educacional. Mas, vale destacar que a teoria e a prática são conhecimento e ação primordial na formação em que são inseparáveis, uma complementa a outra, a transformação docente acontece por toda a vida de um docente que poderá atingir as metas necessário e assim garantir uma formação e um exercício de

qualidade durante sua carreira profissional. Desse modo, além da autora Gatti (2009) existe outros autores ressaltam a necessidade de que o docente precisa refletir sobre sua experiência tendo em vista, que somente informações não garante experiência (Bondía, 2001; Perrenoud, 2002; Nóvoa, 1992 *apud* PANNUTI, 2015, p.08).

Nesse contexto, não se pode deixar de ressaltar a importância da etapa de ambientação no subprojeto residência pedagógica, momento de longo prazo, diferente do estágio supervisionado no Ensino Médio e fundamental para observar os principais aspectos da realidade da escola-campo em que atua. Também promove ao pesquisador um olhar antropológico, conforme os autores Oliveira (1996) e Fonseca (1999), uma pesquisa antropológica está convicta de métodos em que necessita de atenção, por exemplo, saber olhar, ouvir e escrever, assim, quando essas percepções são corretamente executadas, dará conta de compreender a realidade dos envolvidos nas pesquisas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o ouvir como o olhar não pode ser independente com relação ao exercício da investigação, pois ambos se complementam e são indispensáveis para o pesquisador, nesse contexto, percebe-se que olhar e o ouvir são a primeira parte da etapa, enquanto o escrever seria uma parte inerente da segunda. Desse modo, pode se entender que um trabalho etnográfico é considerado como um instrumento fundamental para a compreensão intelectual do mundo, tanto um olhar antropológico como o método etnográfico são fundamentais no processo de construções de novos métodos para o ensino de sociologia.

Desse modo, o olhar antropológico nos fornece hipóteses, dúvidas em questão aos primeiros pensamentos preconcebidos das coisas, já o método etnográfico oferece ao pesquisador um diálogo com seu objeto de estudo. Porém, isso só é possível através da pesquisa de campo, mediante esse método se conhece as principais necessidades que o ensino da escola-campo encontra-se, pois é justamente esse momento em que o trabalho etnográfico se diferencia por ser uma análise minuciosa.

A etapa de ambientação na Residência Pedagógica é importante, mediante essa pesquisa de campo, podem-se identificar as necessidades do ensino em sala de aula, conhecendo os principais aspectos em que a escola está inserida. Após esses processos poderemos criar novas metodologias de ensino em que possam dialogar com a necessidade dos alunos e sua realidade escolar, a respeito do ensino de sociologia, sempre observando as realidades de cada discente.

Com relação à etapa de regência é o complemento da etapa de ambientação, pois ambas se completam, a parte da regência diz respeito à prática metodológica em que iremos colocar em sala de aula, após um prazo longo de observações, acredito que o momento de

ambientação e de regência torna-se um processo gratificante para nossa formação à docência, em que se tem um encontro entre os educandos e uma troca de conhecimentos. Nessa parte da prática temos conhecimento de elaborar planos de aulas, troca de experiências com os discentes, diálogo com os educandos da instituição, postura em sala de aula, todo esse processo é muito gratificante e importante para nossa formação enquanto futuros professores.

Nesse sentido, o projeto Residência Pedagógica contribui aos discentes uma formação continuada, como já foi mencionado e se caracteriza como um trabalho de reflexão críticas sobre a nossa prática enquanto futuros docentes, o intuito do projeto é desenvolver um modo de ação investigativa e reflexiva tanto para a escola-campo como para os futuros docentes profissionais, tendo em vista que o espaço profissional é campo de elaboração de conhecimento. Nesse contexto, percebe-se que o docente é o sujeito da ação, valoriza experiências pessoais, seus conhecimentos, de habilidades, possibilitando um modo reflexivo sobre novas práticas e compreender a enfrentar as dificuldades com as quais se encontra no cotidiano da sala de aula.

A inserção da Sociologia enquanto disciplina curricular obrigatória no Ensino Médio leva em consideração a necessidade de contribuir para a formação dos alunos de modo que possam ter uma apreensão de seus conhecimentos acerca da realidade social em que estão inseridos, desse modo, possibilita uma análise crítica ao modo de se pensar a vida social. Nesse contexto, a sociologia é capaz de proporcionar um auxílio com diálogos mais aberto em que passa satisfazer as curiosidades e os conflitos que está presente na vida dos alunos, preparando assim uma juventude aberta à sociedade. Assim, a sociologia possibilita aos estudantes uma efetiva apreensão de conceitos e categorias de análise em que permite aos alunos pensar a vida social de forma mais aberta diante a sociedade em que estão inseridos, desse modo, a sociologia em si é capaz de proporcionar subsídios para um diálogo mais aberto.

Para aprofundar sobre a temática, debrucei-me na legislação que regulamenta a prática do Ensino de Sociologia. Além disso, como já apresentado anteriormente nesta monografia, segui o percurso histórico de implementação da disciplina no país, bem como os debates acerca da institucionalização e obrigatoriedade na educação básica. Esses três movimentos – na história, legislação e propostas metodológicas –, permitiram a elaboração de um questionário básico em que busquei explorar aspectos centrais ligados a prática do docente de Sociologia, tentando mapear o impacto da sua formação no ensino oferecido nas salas de aula.

4.3 Escolha dos Entrevistados e Questionário

A escolha dos entrevistados partiu de uma tentativa de avaliar em que medida o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (Campus São Bernardo) propicia uma formação capaz de propiciar os discentes acesso a conteúdo e metodologias de ensino necessárias para a atuação na educação básica. Para tal, além de professores que atuam na rede pública de ensino nesse município, entrevistamos egressos dessa licenciatura que atuaram e/ou atuam como docentes no ano em que a pesquisa foi realizada, ou seja, 2019.

O questionário foi proposto para ser aplicado com 05 docentes distintos, sendo que três possuem graduação em Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia e atualmente estavam ministrando a disciplina de Sociologia e os outros dois professores não possuem formação específica em Sociologia. A primeira parte do questionário inicia com a identificação do docente, mas ao descrever as entrevistas os dados pessoais serão alterados por motivo de não expor as identidades dos docentes que foram entrevistados como bem as escolas também.

Na segunda parte do questionário são 14 questões, cada pergunta foi elaborada com base na problemática presente na pesquisa que leva em consideração a Prática do Ensino de Sociologia, a partir do contexto de professores da Rede Estadual em um interior do Maranhão, que ministram a disciplina sem formação específica. Procurando identificar os motivos que levaram a lecionar uma disciplina em que não é da sua área, quais são as dificuldades cotidianas que esses docentes enfrentam? Como eles transmitem o conteúdo aos alunos? E quais suas percepções em relação à disciplina de Sociologia?.

A primeira pergunta do questionário tem o intuito de saber sobre a formação do professor, a segunda questão diz respeito à trajetória profissional em que o docente teve como foi sua primeira experiência no magistério?. A terceira pergunta se refere sobre a graduação do professor como o mesmo avalia sua experiência na atividade de estágio se tem críticas em relação a essa atividade de ensino. A quarta pergunta tem por objetivo de identificar na opinião do professor se a formação que teve preparou para atuar como docente de Sociologia no Ensino Médio, a quinta questão está direcionada na percepção do professor o que é formar para cidadania? A sexta pergunta diz respeito que medida o professor de Sociologia pode transformar os estudantes do Ensino Médio em cidadãos críticos e consciente dos fatos que acontece no seu espaço social, a seguinte pergunta está voltado para as abordagens metodológicas que o professor utiliza em sala de aula, direcionado especificamente para o Ensino Médio de Sociologia sobre os três recortes em que as Orientações Curriculares Nacionais apresentam (tema, conceito e teoria). A oitava pergunta está direcionada à docência como o professor enxerga à docência no país e no momento atual?

A pergunta seguinte diz respeito o que levou ser docente de Sociologia no Ensino Médio. A questão dez objetiva saber se o professor é satisfeito com sua profissão, a próxima pergunta é justamente identificar os desafios enfrentados no cotidiano escolar por parte de professor. A décima segunda pergunta como o docente avalia os livros didáticos de Sociologia disponíveis na rede pública de ensino no Estado do Maranhão. A seguinte pergunta quais as principais dificuldades enfrentadas em sala de aula que o professor tem e a última pergunta tem por objetivo como o professor avalia a aquisição de conhecimento pelos estudantes da instituição escolar em que atua, bem como o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem?

No próximo capítulo, serão abordados os dados sobre as análises comparativas das metodologias e práticas de ensino de Sociologia desenvolvidas pelo os professores entrevistados. Além disso, destaquei os principais programas de formações professores que foram implantados a partir dos anos 1990 no Estado do Maranhão.

5 AS ABORDAGENS METODOLÓGICAS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA: as Orientações Curriculares do Ensino Médio e a prática docente em Sociologia

A pesquisa foi elaborada com professores de um município brasileiro do Estado do Maranhão, região Nordeste do país, em que lecionam a disciplina de Sociologia – possuindo ou não a formação específica na área. Segundo estimativa do IBGE em 2019, o município possui 28.507 habitantes, com 46 escolas no geral, sendo 06 estaduais. Esta pesquisa foi desenvolvida apenas em duas escolas estaduais na área urbana.

A escolha dessas escolas deve-se a situação da disciplina no município – que não é ofertada em todas as escolas estaduais devido a falta de professores –, e, também, pelo fato de

que, para a realização deste trabalho, foi realizada pesquisa qualitativa, com observação participante e entrevistas semi-estruturadas.

Neste trabalho foi utilizado como parte da metodologia a pesquisa documental, através de leis educacionais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/ 96, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008 e suas alterações. Para análise dos dados, trabalhei com autores que respaldam a educação e a prática do ensino da disciplina de Sociologia, sendo eles: Émile Durkheim (1987), José Murilo de Carvalho (2002), Anthony Giddens (2005), Amaury Cesar Moraes (2003, 2011 e 2017) e Florestan Fernandes (1964, 1966 e 1997), dentre outros.

No intuito de aprofundarmos acerca da compreensão sobre metodologias de ensino de Sociologia, entrevistas semi-estruturadas foram realizadas. Para termos uma amplitude de apreensão da temática, 5 entrevistas foram feitas com profissionais que atuaram, ou atuam, como docentes de Sociologia. Ao elaborarmos as questões, o objetivo foi perceber como esses profissionais enxergam a profissão e a docência em Sociologia, bem como, quais recursos metodológicos utilizados para a elaboração de seus planos de aula e realização de suas aulas. A análise neste capítulo está centrada nos aspectos metodológicos presentes nas entrevistas e em que medida esses professores demonstraram ter conhecimento crítico das discussões acerca das metodologias e materiais didáticos utilizados pela rede pública e básica de ensino. Os dados obtidos através da pesquisa são extensos e, por falta de tempo hábil para análise, resolvemos fazer esse recorte analítico.

5.1 Abordagens metodológicas: as concepções e percepções dos docentes da rede pública de um município do Maranhão

Dos cinco entrevistados, três eram mulheres e dois homens, com idade entre 27 a 57 anos. Desses cinco, quatro se identificaram como pardos e um docente se identificou como negro. Contudo, ao responderem a essa pergunta, as respostas foram as mais diversas.

Margarida⁷, de 27 anos, professora concursada da rede estadual de ensino, respondeu da seguinte maneira: “Parda ou branca, negra. Não sei. Não, brincadeira, é parda”.

⁷ Os nomes dos professores, das escolas e do município estudado são fictícios. Essa postura foi tomada para preservá-los e para garantir os parâmetros éticos da pesquisa acadêmica.

Por sua vez, a professora Rosa, de 53 anos, concursada da rede estadual, respondeu a questão da seguinte maneira:

Entrevistadora: Qual sua cor?

Rosa: Eu não sou branca.

Entrevistadora: Como você se declara?

Rosa: Eu diria que eu sou parda, não existe essa cor parda né? Nós somos uma mistura de raças, eu tenho sangue indígena né? Mas eu não posso dizer que eu sou propriamente índia, porque é uma geração dos meus antepassados. Aí eu terminei me definindo como a maioria da população brasileira como parda. (Informação textual⁸)

O professor Cravo, de 29 anos, concursado da rede municipal de ensino, se declarou negro. Outro aspecto a ser destacado é que, desses cinco, três são mulheres e dois são homens. Atualmente, são também cinco que atuam na rede pública de ensino como docentes em Sociologia. Contudo, não são esses os cinco entrevistados, uma vez que nosso objetivo foi também dialogar com docentes que já tiveram a experiência no município, bem como analisar aspectos distintos da formação de profissionais formados em Sociologia e os que não são formados. Dos entrevistados, dois estão em atuação, no momento, na rede estadual de ensino como docentes de Sociologia, e uma está atuando como docente de Sociologia no Ensino Superior. Os outros dois professores atuaram em anos recentes – um no ano de 2018 e outro no ano de 2017.

Abaixo segue uma tabela dos professores e das escolas para situar o leitor:

Tabela 1 - Relação dos professores e das escolas.

Sujeitos de pesquisa		
Nomes	Formação	Escolas
Cravo	Possui duas licenciaturas plenas, uma em História e outra em Ciências Humanas/Sociologia. Concursado há 6 anos pela rede municipal do município estudado.	Escola Municipal Jardim Oceânico e Centro de Ensino Arco Íris (contratado durante o ano 2017).

⁸ SOUSA, Rosa Maria. **Roteiro de entrevista com os professores**. [abril.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

		Localizada na área urbano.
Margarida	Formada em licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia. É concursada pela rede estadual como docente em sociologia há 4 anos.	Centro de Ensino Arco Íris. Localizada na área urbano.
Rosa	Formada em pedagogia, especialista em Ciências Humanas, em Gestão, Supervisão e Planejamento Educacional. É concursada há 26 anos pela a rede estadual.	Centro de Ensino Jardim Secreto. Localizada na área urbano.
Jasmim	Formada em Licenciatura em Ciências Humanas / Sociologia.	Universidade Vale do Ser. Localizada na área urbano.
Lírio	Formado em Pedagogia, tem especialização em Gestão Escolar, Supervisão escolar e Planejamento Escolar. Concursado há 8 anos.	Centro de Ensino Jardim Secreto. Localizada na área urbano.

Fonte: a autora, 2019.

Como citado anteriormente no terceiro capítulo, as perguntas tiveram por meta mapear as percepções e compreensões acerca dos desafios e recursos disponíveis ao ensino de Sociologia na educação básica, na rede estadual de ensino de uma cidade do interior do Maranhão. As entrevistas foram realizadas com gerações distintas, formadas em modelos pedagógicos e cursos de licenciatura com formatos e grades curriculares elaboradas por governos e políticas educacionais diversas. Na Região do Baixo Parnaíba Maranhense, até 2010, não existia uma universidade pública na modalidade presencial que pudesse atender aos jovens e adultos que buscassem formação para a docência. A Universidade Estadual do Maranhão possuiu há alguns anos um pólo de formação no município de Santa Quitéria que, através de programas como o PARFOR – dentre outros –, oferecia formação na modalidade à distância para os profissionais que atuavam como docentes nas escolas da região.

A partir da década de 1990 e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB), as políticas têm investido na formação de professores. Desse modo, em 29 janeiro de 2009 por meio do Decreto n.º 6.755, foi instituída a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica – PARFOR, com

objetivo de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada dos professores (financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES). (BRASIL, 2009. Decreto n.º 6.755, Art.1º parágrafo único).

É um Programa de Formação de Professores da Educação Básica implantado no Maranhão, voltado para docentes da Rede Pública da Educação Básica, sem formação adequada. Para poder participar do programa PARFOR os professores deveriam realizar sua pré-inscrição pelo sistema eletrônico da Plataforma Freire, disponibilizado pelo MEC, em que os mesmos deverão indicar o curso pretendido e a secretaria de educação em que se encontram vinculados, isto é, aos cursos correspondentes às disciplinas que ministram na rede pública do ensino. Desse modo, após a pré-inscrição as respectivas secretarias deverão analisar a demanda da rede cumprindo o planejamento estratégico criado para validar as inscrições, conforme a necessidade para então enviar a lista com as inscrições às instituições públicas de ensino superior, para fins de seleção e matrícula na modalidade presencial ou distância (CAPES, 2019).

Contudo, o principal objetivo do Plano é a qualificação dos docentes da rede pública do ensino estadual e municipal, capacitar cada vez mais os profissionais para poder atenderem a demanda do ensino brasileiro, desse modo, garantir uma educação de qualidade aos alunos de todos os níveis da educação básica. É assegurar a esses professores o exercício na rede pública a formação acadêmica exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e promover a melhoria da qualidade da educação básica. Desse modo, conforme os decretos dispõem⁹.

Assim, dentre os cinco docentes entrevistados, 3 tiveram formação presencial, pela Universidade Federal do Maranhão, com licenciatura e habilitação em Sociologia. Os outros dois professores se formaram atuando como docentes, tendo que conciliar trabalho e estudos. Tornaram-se professores após a conclusão do antigo Magistério – Curso Normal –, que tinha como finalidade formar professores a partir de uma ótica tecnicista, tendo por objetivo uma entrada imediata no mercado de trabalho após o término dos anos correspondentes à educação básica. Essa formação estava voltada para a atuação como docente nas primeiras séries do

⁹Art. 2º São princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - a formação docente para todas as etapas da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas;

[...] II - a formação dos profissionais do magistério como compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais;

[...] IX - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, buscando a redução das desigualdades sociais e regionais. (BRASIL, 2009, decreto n.º 6.755, art.2º).

ensino fundamental. Apenas após as reformas educacionais dos anos 90, a formação superior para o exercício da docência, em qualquer nível de ensino, tornou-se uma exigência.

As reformas educacionais da década de 90, principalmente no Brasil, possuíam um caráter neoliberal, eram reformas de estado realizadas pelo Presidente Fernando Collor de Mello. Nesse contexto, as reformas educacionais do período de 1990 passaram por modificações ao longo dos anos e teve caráter de uma racionalidade empresarial. De acordo com a autora Azevedo (2017) as políticas educacionais do Brasil e de outros países em desenvolvimento, impulsionadas pelo Banco Mundial e demais organismos internacionais, em particular no Brasil tinham como uma das principais características a “descentralização”, em que passavam a responsabilidade para os políticos regionais, coordenando a escola como central e autônomo capaz de controlar seus próprios recursos e realidades. O serviço público, principalmente a educação, passa a ser avaliado por metas e resultados quantitativos. A autora ainda destaca que a educação nessa década passa a ser entendida como “um processo social”, sendo submetida a avaliações externas classificatórias, com a finalidade de medir resultados baseados em padrões de qualidade estabelecidos como mínimos para o ensino. Nesse sentido:

Segundo os autores Jesus e Torres (2009), respaldam a década de 1990 marcado pela consolidação da ideologia neoliberal no sistema educacional brasileiro. “Nesta perspectiva, a educação passa a ser compreendida pelos mesmos critérios do capital” (JESUS; TORRES, 2009, p. 136).

De acordo com a citação mencionada anteriormente, um ponto importante a ser destacado nesse período é que os objetivos neoliberais para a educação estavam orientados em propor a “descentralização” do ensino educacional brasileiro. E essa descentralização estava ligada tanto aos aspectos da democratização esperados pelas camadas populares, quanto as estratégias neoliberais apoiadas pelos discursos da modernização. O Brasil acompanhou as reformas a nível mundial através de medidas descentralizantes e regulatórias.

Desse modo, segundo a autora Azevedo (2017, p. 02), na década de 90 as políticas educacionais do Brasil passaram por modificações, impactadas pela globalização e pela reestruturação produtiva em que afetou a concepção da educação, que necessitaria ser voltada para a preparação da força de trabalho, para atender assim ao mercado em constante instabilidade. Além disso, a autora respalda que “as reformas educacionais que ocorreu no final do século XX e continuam sendo desenvolvidas no século XXI são justamente os resultados das transformações sofridas pelo capitalismo em nível mundial sob as orientações do paradigma

neoliberal” Azevedo (2017). A autora Rosar (2008 *apud* Azevedo 2017, p. 02) enfatiza que a década de 1980 e 1990:

[...] difundiu-se uma vertente da sociologia colocou no centro do debate educacional a necessidade de adaptar a escola ao processo de reestruturação produtiva que parecia estar ocorrendo no Brasil, tal como acontecera nos países hegemônicos. Os conceitos de qualidade total, de descentralização, de autonomia e de avaliação, articulados com a perspectiva do toyotismo, acabaram por se apresentar no discurso oficial do MEC, sendo amplamente reproduzidos nos diversos espaços de atuação dos educadores, e estes foram submetidos a um processo de “qualificação” programada conforme os “paradigmas oficiais”.

Segundo a autora, nas décadas de 80 e 90 foi apresentada a vertente da Sociologia em que incluísse no debate educacional que deveria de se adaptar a escola ao processo de reestruturação produtiva.

É importante destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para o Ensino Médio foram apresentados em meados da década de 1990 com “o objetivo e expandir e melhorar sua qualidade para fazer frente aos desafios postos por um mundo em constantes mudanças” (BRASIL, 1999, p. 11) e também como um documento de caráter não-obrigatório, posicionando historicamente no contexto de ampliação da participação política no país. E também, apesar que o governo tenha reconhecido como um caráter não-obrigatório e democrático dos Parâmetro Curriculares Nacional, não teve uma ampla participação dos setores educacionais, tanto do Ensino Fundamental como do Ensino Médio, na discussão dos Parâmetros (PEREIRA, 2006, p. 05).

Pereira (2006, p. 06) ressalta que para a divulgação dos fundamentos da reforma curricular em escolas públicas do país e também sobre o debate acerca da forma a respeito da concretização das propostas apresentadas no documento, desse modo, o MEC criou um programa intitulado “Parâmetros em Ação”, o programa trazia um conjunto de sugestões de implantação dos PCN's nos currículos das escolas municipais e estaduais, levado para todas as escolas públicas do país. É importante destacar segundo o autor que nesse período a primeira versão da proposta dos “Parâmetros em Ação” direcionado para o Ensino Médio, foi desenvolvido por docentes do Colégio Pedro II, os mesmos participaram na construção dos PCNEM (Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio).

Pereira (2004) respalda que, no início da década de 1990, o presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) tinha como projeto modernização do país inserir transformações no sistema educacional, foi criado então dois programas: o Programa nacional de Material Escolar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania. Mas os resultados não foram os que

esperavam. Ao contrário do governo anterior, na gestão de Itamar Franco (1992-1994) ocorreram mudanças importantes como “a descentralização da gestão e o aprofundamento da política de acesso universal a educação, assim como um maior investimento no setor”. E por fim o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) diante as experiências dos governos anteriores, esse governo trouxe resultados positivos no âmbito da educação, por exemplo, a universalização do ensino fundamental com o baixo analfabetismo e o aumento de números de matrículas no ensino fundamental e ensino médio. Nos últimos da década de 1990 houve um avanço no comprometimento do governo com a educação, em especial na educação básica.

Neste compromisso com a educação básica, surgiu programas que beneficiava o ensino. Segundo o autor Setubal:

[...] o programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem por objetivo de avaliar livros didáticos e divulga uma lista dos títulos aprovados; o Programa Toda Criança na Escola, com intuito de universalização do ensino entre crianças de 7 a 14 anos; O Programa de Renda Mínima, com objetivo principal de apoiar financeiramente as famílias mais carentes para permitir a escolarização de seus filhos ou dependentes com idades entre 7 e 14 anos; o Programa de Aceleração de Aprendizagem, que tem como objetivo fazer com que todos os alunos alcancem o sucesso no processo de escolarização, com o domínio de conteúdos e habilidades básicas de quatro séries iniciais do ensino fundamental (SETUBAL, 2001).

Desse modo, é notável observar que surgiu programas com intuito de qualificar o ensino/aprendizagem, também vale ressaltar que todo esse contexto em relação a educação esta ligado em volta de lutas, avanços, desafios e retrocessos.

Contudo, existiam inúmeros profissionais em atuação que não possuíam essa formação e, de repente, foram forçados a obtê-la. Para possibilitar a formação desses professores, o Estado brasileiro, através de vários programas e políticas educacionais, capilarizou o acesso a cursos de formação de professores em várias regiões do país.

A realidade de docentes “leigos”, ainda é comum tanto na zona urbano como na rural, no Brasil essa existência é mais comum nas Regiões do país, onde o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste a maior parte tinham até a 4ª série e não tinham nem concluído o ensino fundamental (o antigo 1º grau). Devido a esta situação de “professores leigos”, algumas iniciativas foram tomadas, como por exemplo, a criação do Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO), financiado pelo Banco Mundial. Desse modo, de acordo com as autoras Menezes e Santos (2001), na década de 1999 aproximadamente 30% dos 456 mil docentes de Ensino fundamental nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste não tinham habilitação para lecionar. Além disso, segundo os dados do MEC, no mesmo

período aproximadamente 113 mil de docentes leigos existentes não haviam concluído nem o Ensino Fundamental.

As autoras (MENEZES; SANTOS, 2001) ainda ressaltam que em 1999 o Ministério da Educação (MEC), com objetivo de acabar com figura de docentes leigos criou o “Proformação”, Programa de Formação de Professores em Exercício, era um curso de nível médio com habilitação em Magistério na modalidade de ensino à distância em parceria aos Estados e Municípios. O programa tinha por finalidade oferecer um curso a todos os professores sem habilidades mínima que se encontram lecionando. Desse modo, o domínio de conteúdo do Ensino Médio e a formação pedagógica era necessária para melhorar a qualidade da prática em sala de aula. Um dos objetivos desse curso era justamente “valorizar o Magistério pelo resgate da profissionalização da função docente e melhoria da qualidade do ensino e também contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e do desempenho escolar dos alunos das redes estaduais e municipais” (CUNHA, 2000, p. 13).

O PROFORMAÇÃO foi criado para atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em que “só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. Vale destacar que o PROFORMAÇÃO cumpre as exigências da Lei do fundef “aos professores leigos é assegurado prazo de cinco anos para a obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes – ensino médio e magistério”. Segundo dados do MEC, o Proformação conseguiu diminuir o número de professores leigos no Brasil para 45 mil, em 2001. (MENEZES; SANTOS, 2001).

Nesse contexto de professores leigos a autora Iria Brzezinski (2008, p.1146) afirmar que:

A realidade do EF que ainda conta com os chamados “professores” leigos. Ela foi mostrada pelo Censo Escolar (INEP/ MEC, 1995). Na região Norte, das pessoas que exerciam a função docente 37% eram leigas; na região Nordeste 30%; na região Centro - Oeste 14%; na região Sul 9%; e no Sudeste 3%. À época, os estados da Federação com maior quantidade de “professores” leigos eram: Maranhão (43,45%), Piauí (39,5%), Tocantins (39,6%) e os de menores índices: São Paulo (0,5%) e Rio de Janeiro (0,93%). O Distrito Federal mantinha um índice insignificante (0,06%).

Segundo a autora o números de docentes leigos era bastante grande, de acordo com a LDB no seu artigo 62º respalda: “como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”. Por causa de professores leigos que foi criado o “Proformação”, Como resultado desse Programa, “em 2005 constatou-se que as regiões beneficiadas apresentaram índices reduzidos de leigos na docência. Na região Norte, um

percentual de 2,4%, no Nordeste 1,9% e 0,8% na região Centro-Oeste”. Se percebe que Brzezinski respalda-se sobre o PROFORMAÇÃO como já foi mencionado anteriormente. (BRZEZINSKI 2008, p.1146 - 1147).

Dos docentes entrevistados, dois se inserem nesse contexto de transformações da reforma educacional nos anos 90. Suas carreiras profissionais foram iniciadas após o magistério e, após um período de experiência profissional, foram cursar suas graduações. A professora Rosa, do Centro de Ensino Jardim Secreto, ao relatar-nos sua primeira experiência profissional, destaca que:

Certo, minha profissão, eu enquanto profissional, hoje eu sou professora, terminei entrando no campo educacional sem querer. Eu posso dizer que eu caí de paraquedas no campo educacional. Mas eu tinha uma queda por administração certo de empresas, inclusive, eu comecei o curso mas como eu tive que casar, aí fui embora para Barra do Corda. Eu terminei ingressando no magistério lá e foi, assim, meio frustrante, como eu já havia falado aí para ti, sem nenhuma experiências. Eu fiz um concurso antes mesmo de concluir o magistério, ao término do 8º (oitavo) ano, na época, né. E ingressei na carreira do magistério, ainda cursando o 1º (primeiro) ano do Magistério. Fui trabalhar como uma auxiliar numa turma de educação infantil e tinha aproximadamente 100 crianças dentro dessa turma, e Barra do Corda é uma região indígena. Nesse período era período onde a escola nova, estava sendo implantada, já tinha crianças das Comunidades Indígenas sendo inseridas nas escolas, nas instituições escolares. Lembro eu nesse dia fatídico que o vigia deixou o portão aberto. Uma das crianças, ela tinha na fase de 3 (três) anos e ela saiu correndo, descendo o morro, e eu correndo atrás. A professora titular nem percebeu quando eu sai correndo atrás da criança que tinha saído. E ela, quando eu peguei ela pela costa, e ela mordeu minha mão, mordeu que sangrou e eu tinha, o que, 17 anos vii, numa imaturidade muito grande e eu não sabia o que fazer para ela soltar a minha mão, eu mordi ela também e na mesma hora ela soltou. Eu levei um período grande com problemas psicológicos por causa da minha ação. Eu todo dia, eu achava que eu ia ser demitida né, pelo ato do que eu tinha feito. É aí, eu convivi com a criança durante o ano todinho, com essa criança aí. Fazer com que essa criança voltasse a ter, vii. A confiança em mim, durou mais ou menos três meses para que eu conseguisse entrar no mundo dela. Porque ela se fechou, ela ergueu um muro para mim certo. E eu tive que ir estudar, eu tive que ter ajuda dos meus colegas profissionais que já eram mais experientes para que eu pudesse entrar no mundo dessa criança novamente. Ai toda vez que falo como foi início de carreira, eu me recordo desse fato que ocorreu e só que de lá para cá eu não consigo me ver fazendo outra coisa. Eu digo que a educação ela é uma profissão apaixonante, porque mesmo que você entre sem gostar, mas você começa a construir laços viu. É bom, é muito bom você poder construir poder transformar, né. É esse nosso papel como educadora. (Informação textual¹⁰).

A professora em questão possui 53 anos e vasta experiência no campo educacional. Já atuou como gestora municipal na Secretaria Municipal de Educação de um município do interior do Maranhão e, por isso, tem conhecimento amplo das legislações que regem o sistema educacional brasileiro. Ingressou na faculdade em 2000, e já atuava desde 1983 como docente.

¹⁰ SOUSA, Rosa Maria. **Roteiro de entrevista com os professores**. [jun.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

Sua graduação foi cursada em período especial e, como ela ressalta em sua fala, esse modelo teve um impacto na sua formação. Uma vez que estamos na era das tecnologias, iniciar uma graduação sem um acompanhamento presencial, muitas vezes, torna o acesso ao conhecimento muito dependente do esforço e busca individual de cada aluno e aluna que cursa esses cursos. Nesse sentido, um profissional que atua na rede de ensino, tem essa alternativa, que permite a ele permanecer em seu emprego, contudo, acaba cursando uma formação insuficiente e precária. Como Rosa aponta:

[...] porque não tem a menor condição de você ver o material de uma disciplina, de três ou quatro disciplinas dentro de um mês. A gente sabe, que a gente tem uma síntese de conteúdo em si. E a gente sabe que essa falta desses conteúdos né, vai nos fazer falta lá no desempenho da nossa carreira profissional. Então para que a gente possa compensar essa falta que existe você precisa querer, ser bom naquilo que se propõe fazer, você precisa querer pesquisar e querer crescer por você mesmo, porque senão você vai ser mais um colocado no mercado de trabalho, sem as competências adequadas para desenvolver o papel. (Informação textual¹¹).

É interessante destacar o quanto a trajetória de formação da professora Rosa se diferencia de três professores que se formaram em cursos presenciais e possuem curto tempo de experiência profissional na área de atuação. Esses professores tiveram uma formação sólida quanto aos conteúdos, principalmente dos relacionados a disciplina de Sociologia, enquanto Rosa, por sua vez, formou-se em Pedagogia.

Cravo, com 29 anos, formou-se em 2015 no curso de Ciências Humanas/ Sociologia e possui graduação em História por uma instituição particular, na modalidade à distância. Atualmente, cursa o Mestrado Profissional em História, ofertado por uma universidade federal. É professor da rede municipal de ensino há 6 anos e atuou como professor de Sociologia de uma escola estadual há dois anos. Em suas aulas, propôs diálogos com o universo acadêmico, buscando familiarizar os estudantes do ensino médio com a linguagem científica. Desse modo, utilizou recursos metodológicos pautados em metodologias ativas, voltadas para o incentivo a pesquisa nessa etapa de ensino. Apesar dessa característica e dos diálogos estabelecidos com as novas tecnologias, o professor Cravo, ao ser questionado sobre qual abordagem metodológica relacionada ao ensino de Sociologia utilizada em suas aulas, não soube destacar o debate apresentado nas Orientações Curriculares do Ensino Médio – Sociologia (BRASIL, 2006). Mesmo com a insistência por parte da pesquisadora, para que o professor falasse sobre a

¹¹ SOUSA, Rosa Maria. **Roteiro de entrevista com os professores**. [jun.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

abordagem utilizada e os seus benefícios, Cravo titubeou e ofereceu uma resposta que demonstrou desconhecimento com relação ao debate. Vejamos:

Pesquisadora: Qual a abordagem metodológica, voltada especificamente para o ensino de sociologia que utiliza no planejamento e em suas aulas (tema, conceito e teoria)?

Cravo: Eu utilizei muito a questão da Cultura, as discussões sobre cultura tanto dos teóricos contemporâneos da sociologia, a discussão antropológica sobre esse conceito de cultura. Me lembro de algumas vezes que cheguei a mostrar para os alunos. A gente tem uma fase do período do ensino médio se eu não me engano, digamos no segundo ano que ele faz muito essa discussão sobre a cultura. Aí eu levei para eles os pensadores brasileiros, o livro do Gilberto Freyre. Eu cheguei levar para eles e mostrei essa questão da discussão da cultura, e aos poucos eles foram entendendo realmente o que é cultura. Porque a gente mora numa realidade ainda em que os alunos não tem certo conhecimento sobre, eles achavam que não tinham, até mesmo que não tinham cultura, e aí a gente percebe isso através dos olhar sociológico. Eles foram mudando a sua percepção sobre isso, trabalhei essa questão de cultura e de gênero já cheguei a trabalhar com eles dentro da sala de aula né. Discussões sobre violência doméstica, sobre violência simbólica dentro da sala de aula na própria realidade deles, temas sobre a questão do trabalho de relações de trabalho. Cheguei a trabalhar com eles e até desenvolver um projeto com os alunos da escola que eu trabalhei. Um dos alunos que estava mais com a gente, ele fez uma pesquisa sobre a realidade dos funcionários, é uma intenção de projeto dele na realidade dos funcionários de um comércio da cidade, e aí ele começou a perceber que existe uma relação de exploração né, entre o patrão com o empregado e que existe uma relação desrespeitosa das leis trabalhistas. Então, tudo isso, essas temáticas que eu consegui trabalhar com esses alunos, a gente sempre trazia para realidade né. E aí eles conseguiram ter conhecimento né? Sobre isso, os teóricos a gente consegue dialogar e levar para os alunos. Todos esses teóricos de sociologia que a gente vê na universidade, Max Weber, Marx e Emile Durkheim.

Pesquisadora: Mas das três abordagens metodológica, qual você utiliza mais?

Cravo: Sim, eu utilizei muito a questão do Marx com essa relação de trabalho, já entra a questão da luta de classes, das classes sociais. Na verdade, eu cheguei a trabalhar com ele essa teoria dele e o Durkheim cheguei a trabalhar sim em sala de aula, com essa questão da organização do estado, para os alunos perceberem a organização do estado na sociedade, as hierarquias, essa questão da religião que existe, a gente chegou a trabalhar com eles essa visão Durkheimiana. (Informação textual¹²).

A fala do professor Cravo destaca o seu conhecimento em Sociologia e o quanto sua formação contribuiu para que ele obtivesse um domínio do conteúdo ministrado em sala de aula. Ao destacar os conteúdos e autores trabalhados em sala, o professor demonstra conhecimento dos debates acerca dos autores, das teorias e dos eixos temáticos que compõem a disciplina e seus pressupostos. Contudo, Cravo não consegue demonstrar, em sua fala, qual abordagem segue quando desenvolve determinado conteúdo. Ao destacar que, ao lecionar no 2º (segundo) ano do ensino médio, apresentou e debateu com os alunos o conceito de cultura, o professor não consegue ressaltar que essa é uma escolha metodológica pautada na apresentação dos conceitos, um recurso semelhante ao utilizado pelos professores do ensino

¹² TEXEIRO, Cravo Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [Maio.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

superior ao ministrarem suas aulas e que, por isso, pode ter como consequência a transmissão de conhecimentos abstratos para os estudantes do ensino médio sem uma adequada tradução. Dessa forma, Cravo não explicita uma crítica com relação ao desenvolvimento de linguagens complexas em uma etapa de ensino em que formar para a cidadania é muito mais do que apenas a repetição de determinados conceitos. Em sua fala, não aparece a importância da tradução dos conteúdos do ensino superior para o público do ensino médio, bem como não está presente a necessidade de que, para isso, os conteúdos sejam apresentados tendo como norte a abordagem temática, entrelaçada com os conceitos e teorias.

Como já foi destacado nesta monografia, se o docente não tem consciência da importância da tradução do conhecimento do ensino superior para o ensino médio, e o quanto isso representa o maior desafio para os professores de Sociologia da Educação Básica, corre-se o risco de que as aulas ministradas no Ensino Médio sejam enfadonhas, abstratas e deslocadas do objetivo da disciplina: formar para a cidadania – como destaca as Orientações Curriculares do Ensino Médio (BRASIL, 2006). Nesse sentido, as estratégias metodológicas utilizadas pelo professor Cravo, apesar de eficazes, não fazem parte de um processo consciente de reflexão sobre a prática docente em Sociologia, com suas especificidades e desafios.

Quanto ao livro didático, a crítica feita pelo professor Cravo ressalta as limitações desse instrumental. Não há destaque sobre a importância da política educacional que possibilita o acesso a esse material gratuito pelos estudantes das escolas públicas – um grande avanço, uma vez que esse material costuma ser o único que crianças, adolescentes e jovens do nosso país têm acesso. Apenas as falhas estão incluídas em sua fala. O docente demonstrou não conhecer os avanços e mudanças acerca dos materiais didáticos, assim como não apresentou uma análise crítica dos autores do livro.

Cravo: Nós temos dificuldades com relação, por exemplo, nós trabalharmos com o livro didático, então a gente ainda percebe que o livro didático deixa a desejar em muitos pontos. Às vezes acontece que o livro didático ele tem uma visão totalmente em alguns pontos, que você mesmo fica questionando. Então já preciso mudar, preciso procurar trazer aquela temática, aquele assunto de outra forma que seja mais plausível e que esteja de acordo com a realidade. É um desafio que a gente sente nessa questão do material, a questão dos recursos. (Trecho retirado das entrevistas).

Entrevistadora: Nessa questão dos recursos, quais as suas críticas específicas em relação a isso. Você falou que os materiais deixam a desejar, com qual livro didático você trabalhou?

Cravo: Teve um livro de sociologia que eu trabalhei no ano de 2017, era “Sociologia Hoje”. Eu percebi que esse livro era muito resumido. Então as partes das temáticas, ficava de forma muito resumida e ele não conseguia de alguma forma transmitir aquele conhecimento, digamos, de uma forma que eu, como professor um docente já formado na área deseja para os meus alunos. Então eu senti algumas falhas nessas questões.

Entrevistadora: Você só conhece esse livro didático?

Cravo: Não, eu já conheço outros, o livro é só um suporte.

Entrevistadora: Você vê a diferença entre eles?

Cravo: Sim, eu chegava a sentir a diferença.

Entrevistadora: Dos que você conhece, qual acha melhor?

Cravo: Bom, eu gosto muito de trabalhar com os livros da Editora Moderna, esse sistema da Saraiva que tem um da editora, tem um também da Positivo, são esses livros de Sociologia.

Entrevistadora: Quais os da Moderna?

Cravo: Eu gosto do livro “Sociologia em Movimento”. Eu gosto de trabalhar com ele. E aí tem esses outros livros tipo da Positivo, da Saraiva que eles colocam as discussões dessa forma muita sintética para os alunos como se você fosse trabalhar mesmo só aquela questão do pensamento binário né? Ele responde e o aluno compreende de forma muito vaga.

Entrevistadora: Você sabe diferenciar assim os autores ou tem curiosidade de procurar autores?

Cravo: Não cheguei a ter curiosidade de procurar autores.

Entrevistadora: Então você não conhece o debate em torno o livro de Sociologia?

Cravo: Não, até porque eu trabalhei com a sociologia durante um ano mais ou menos.

Entrevistadora: Mas você não teve acesso ao debate na universidade?

Cravo: Na universidade?

Entrevistadora: Nenhum professor realizou esse trabalho na universidade?

Cravo: Na universidade realizamos um trabalho de análise de um livro de Sociologia

Entrevistadora: Só um livro?

Cravo: Sim, só um livro. Chegamos a trabalhar, não lembro o nome do autor desse livro, mas chegamos a trabalhar e foi com a disciplina de educação. (Informação textual¹³).

Como faz questão de ressaltar o especialista e pesquisador em Ensino de Sociologia, Amaury Cesar Moraes (2017), os livros de Sociologia, atualmente, são muito bons. Quando surgiram, os autores eram professores das universidades federais e estaduais que, atendendo a demanda que surgiu após 2008, quando a disciplina se tornou obrigatória, se esforçaram em produzir materiais didáticos que atendessem a vários aspectos, como: conteúdo, histórico e trajetória do pensamento das Ciências Sociais. Dessa forma, os livros de Sociologia presentes nas escolas da educação básica incluem conteúdos não apenas da Sociologia, mas também da Antropologia e Ciência Política. Se em certa medida, esse aspecto de incluir as três áreas é positivo, pois contribui para a formação cidadã, por outro, na forma como foi apresentado, nos primeiros livros, ressaltam o caráter enciclopedista, conteudista e abstrato do pensamento sociológico, sem promover a devida tradução.

Após inúmeras críticas aos primeiros materiais didáticos, surge em 2013, o livro “Sociologia em Movimento”, escrito por professores do ensino médio que atuam no Colégio Pedro II – umas das instituições de ensino mais antiga do Brasil. O fato de serem professores do Ensino Médio, diferente dos demais autores, docentes do Ensino Superior, possibilitou que os mesmos produzissem um material didático que dialoga diretamente com a realidade de

¹³ ¹³ TEXEIRO, Cravo Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [Maio.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

trabalho cotidiana desses profissionais. O interesse desses professores foi produzir um material que auxiliasse no ensino e na tradução de uma disciplina cujo pensamento e tradição são complexos e abstratos para serem reproduzidos, sem reflexão crítica, na educação básica. Sob esse aspecto, segundo Amaury Moraes (2017, p. 23): “Essa tensão entre Ciência acadêmica e Disciplina escolar permanece ao menos latente e talvez disso resulte ainda muita dificuldade quando se trata de pensar, propor e operar com os conteúdos do ensino médio”.

Por outro lado, cabe destacar o quanto, em sua fala, o professor Cravo enfatizou a importância de fomentar nos estudantes a construção de um espírito crítico e do papel da Sociologia nesse processo. Ao ser indagado sobre os motivos pelos quais escolheu a docência em Sociologia, Cravo disse:

Entrevistadora: O que levou você ser docente de sociologia no Ensino Médio?

Cravo: Eu sempre gostei dessa área de Ciências Humanas. Sempre gostei e também por essa questão, eu sempre olhei por essa questão local mesmo, você tá entendendo? Essa questão da nossa realidade social, o nosso espaço que a gente vive, essa questão da desigualdade muito forte, a realidade da pobreza. Eu mesmo vim de uma realidade de pobreza, morei muito tempo, até os 7 (sete) anos, numa região pobre, num povoado muito pobre. Então eu acho que tudo isso vai de alguma forma influenciando em nossas escolhas pessoais e, aí, quando eu entrei na docência me interessei por História e por essa área de Ciências Humanas, de Sociologia, por ser uma questão de um curso que apareceu aqui dentro da nossa cidade. Essa universidade, como eu já tinha um certo conhecimento dessa área por conta da disciplina de História, por conta da formação em História eu resolvi optar. (Informação textual¹⁴).

Mais adiante, ele pontua:

Entrevistadora: Como enxerga a docência principalmente no nosso país e no mundo atual?

Cravo: A docência, eu enxergo como desafiadora. É um desafio que a gente está passando, diante de uma realidade que as pessoas tentam embate. Uma realidade de embate, que grupos querem sobrepor sobre outros com discursos facetados. Digamos, assim, que se coloca na nossa sociedade e que, infelizmente, esses discursos aparecem aí. Por exemplo, nas redes sociais, na internet, inúmeras pessoas que destilam uma série de informações erradas. A falta do embasamento teórico e sociológico, histórico e aí esses discursos eles ganham uma dimensão sem limite. Chega para nossos alunos e esses alunos começam a repetir, a replicar esse conteúdo dentro da sala de aula. Então, na nossa experiência docente, a gente conhece todo aquele conhecimento da Universidade, vai para essa realidade da sala de aula, é um desafio muito grande para você explicar para um aluno. Dialogar com esse aluno e mostrar para ele que aquilo que ele tá repetindo, que está nas redes sociais. Essa onda de intolerância, de preconceito, que isso é uma questão que carrega em si um peso muito forte e dificulta as relações. Falta respeito com as outras pessoas, causa-se certo um desafio na nossa docência combater isso. Eu vejo a docência como um desafio. Por outro lado, nessa questão mesmo da nossa formação, valorização profissional, a valorização da própria disciplina. A gente sabe que a disciplina não é valorizada. A gente tá passando agora por uma reforma do Ensino Médio, que no próximo ano ela vai entrar em vigor e que

¹⁴ TEXEIRO, Cravo Silva. **Roteiro de entrevista com os professores.** [Maio.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

ela retira o componente curricular da Sociologia. Esse componente cria itinerários formativos e esses itinerários formativos dão prioridade a Matemática e o Português. A área das Ciências Humanas, vão colocar todas as disciplinas de História e Filosofia e Sociologia dentro dessa grande área né? Vão ser diluídas e a escola pode ou não optar, tá entendendo? Por colocar esse itinerário informativo na formação do aluno e aí a gente já vê que a nossa carreira, nossa formação docente ela fica desvalorizada diante dessa reforma do ensino médio e, enfim, uma série de situações que a gente vê agora mesmo no governo do presidente Bolsonaro a gente vê que eles tentam de todas as formas nos silenciar. Eles colocam os professores como os inimigos da sociedade, inimigos dos alunos, e esses discursos falseados que eles chamam assim, que se proliferam nas redes sociais. Eles chegam em sala de aula e o alunos a debater com você, sem ter um fundamento teórico, sem ter fundamento científico sobre questões tão delicadas, tão espinhosas, como a questão de gênero, questão da própria religião, questão cultural. Essas mudanças da nossa sociedade, questões da identidade. Aí você precisa ter muita cautela, ter muita paciência para você transmitir o que você aprendeu na universidade. Conhecimento, você sabe que esse é um conhecimento certo. É o conhecimento correto, que encaminha o aluno para a cidadania plena, uma visão crítica. Esse é o grande desafio na verdade. Uma questão também que eu acredito aqui no estado né? Que eu percebo nessa questão docente mesmo. A desvalorização do Governo do Estado, ele tem um plano de governo ligado aí ao governo federal o chamado Mais IDEB né? E eu percebi nesse projeto mais IDEB, ele faz provas simulando dentro da realidade da escola para fazer o diagnóstico do rendimento dos alunos. A nossa disciplina, ela acaba ficando silenciada, também dentro da sala de aula do Ensino Médio, com esse projeto. O projeto valoriza Português e Matemática. Aí uma série de situações vai acontecendo dentro da escola durante o ano, direcionando os alunos para esse simulado. Quando você chega na sala de aula com uma formação plena em licenciatura em Sociologia, os alunos ficam meio estranhos, porque alguns tem o hábito de ter aquela disciplina como algo que não tenha tanto valor. Então eu acredito que isso vem acontecendo muito forte na realidade do Ensino Médio. É um programa muito bom. É interessante, mas por outro lado, ele não valoriza esse ano o secretário de educação ele vai fazer uma reformulação nesse projeto. Na verdade é um plano mais IDEB e esse ano vai virar um projeto, “Projeto Mais IDEB”, e aí a gente vai ver. Vai perceber se de alguma forma essas disciplinas das Ciências Humanas vão ter uma valorização nesse plano. (Informação textual¹⁵).

O trecho acima demonstra o quanto o professor Cravo está preocupado com as reformas atuais acerca do ensino das disciplinas na área de Ciências Humanas e a sua percepção crítica quanto ao impacto dessas mudanças na valorização e formação docente. A intermitência da Sociologia no currículo, como já foi ressaltada aqui anteriormente, impede o fortalecimento dessa disciplina na Educação Básica.

A entrevista da Professora Margarida apresentou aspectos semelhantes ao professor Cravo. Com 27 anos, Margarida também se formou no ano de 2015, pela Universidade Federal do Maranhão. No mesmo ano em que se formou, prestou concurso para o governo do estado do Maranhão, para a docência de Sociologia. Sua primeira experiência profissional, como ela gosta de lembrar, de maneira lúdica, foi quando era criança, possuía 9 anos, e resolveu ensinar crianças que não tinham acesso a escola a ler e a escrever. Essa primeira experiência, segundo ela, marcou sobremaneira sua identidade e história pessoal. Quando ao final do Ensino Médio,

¹⁵ TEXEIRO, Cravo Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [Maio.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

pensou em prestar vestibular, tinha como desejo cursar Comunicação Social. Contudo, com o surgimento de um campus da UFMA próximo da sua casa, resolveu cursar Ciências Humanas, devido seu interesse pela disciplina de História durante a educação básica. Margarida morou boa parte de sua vida em um Povoado de uma cidade do interior do Maranhão. Seu acesso ao ensino, como ela mesma destacou, foi precário e tendo carências, fruto da falta de professores em vários momentos de sua formação. Estudar em uma escola localizada na zona rural é, na maioria das vezes, conviver com a administração da precariedade e da falta de investimento do setor público. Contudo, apesar desse contexto adverso, a professora conseguiu ser aprovada em um dos concursos mais difíceis, concorrendo com pessoas de diferentes regiões do país¹⁶.

Sua experiência como regente de uma sala de aula, desse modo, ocorreu logo após a sua formação e, como ela pontuou, muita coisa foi apreendida na prática. A formação em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia contribuiu para que ela obtivesse o domínio e segurança com relação ao conteúdo a ser transmitido. No entanto, as precariedades e desafios que envolvem a docência serviram – e servem – para que ela se formasse enquanto professora da educação básica. As relações cotidianas, a escola, suas dinâmicas e poderes fizeram-na perceber que educar para a cidadania extrapola o espaço da sala de aula.

Ao ser questionada sobre as abordagens metodológicas, assim como o Cravo, encontrou dificuldades para compreender a nossa pergunta e sua resposta foi sucinta.

Entrevistadora: Qual perspectiva metodológica que você utiliza em suas aulas?

Margarida: Como assim?

Entrevistadora: Você utiliza a abordagem de temas, de conceitos, de teoria?

Margarida: A pergunta parece boba né? Mas na hora que é pra responder... É eu utilizo temas e obviamente com esses temas eu vou trabalhando os conceitos sociológicos. (Informação textual¹⁷).

A análise da Margarida sobre os livros didáticos de Sociologia se concentra muito no caráter ideológico desses, não apontando para discussão sobre o processo de tradução dos conteúdos de Sociologia – como destacado anteriormente. Jasmim, que possui formação semelhante ao professor e a professor Margarida, e também é uma docente jovem, em sua entrevista, não mencionou nada acerca das abordagens metodológicas presentes nas Orientações Curriculares do Ensino Médio – Sociologia (BRASIL, 2006). Cabe destacar que a professora Jasmim nunca atuou como docente de Sociologia no Ensino Médio, atuado apenas

¹⁶ Pelo fato do estado do Maranhão pagar um dos maiores salários do país, o concurso que ocorreu em 2015 atraiu várias candidatas, que se deslocaram de diferentes regiões e estados.

¹⁷ SILVA, Margarida Costa. **Roteiro de entrevista com os professores**. [abri.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito.

como docente dessa disciplina em nível superior de ensino. Em sua entrevista, Jasmim relatou-nos que nunca teve interesse em atuar como professora da educação básica. Segundo ela, seu objetivo sempre foi lecionar em uma universidade – objetivo que, segundo ela, foi alcançado. A fala da professora Jasmim muito se assemelha ao pontuado por Adorno (1995) que constatou forte repulsa com relação a docência. Segundo o autor, eles viam “seu futuro como professores como uma imposição, a que se curvam apenas por falta de oportunidades” (ADORNO, 1995, p. 97).

Dos professores entrevistados, apenas Rosa destacou as diferentes abordagens metodológicas do Ensino de Sociologia e os diálogos que devem ser estabelecidos entre elas. Em sua fala, evidencia que:

Entrevistadora: Qual a abordagem metodológica, voltada especificamente para o Ensino de Sociologia, que utiliza no planejamento de suas aulas (tema, conceito e teoria)?

Rosa: Usamos, posso dizer que usamos conceitos, teorias e a gente usa tema também. Não existe padrão definitivo. Na nossa metodologia não existe uma regra pronta. Dentro da metodologia que nós utilizamos dentro da sala de aula, a gente pode trabalhar assim, tem período que torna necessário se trabalhar em cima de um tema de uma temática de um tema gerador. Mas existem momentos que nós trabalhamos em cima de conceitos. Na nova perspectiva da BNCC, eles vêm pedindo que se trabalhe com uma temática, com uma temática e que nessa temática seja desenvolvido né, as competências e habilidades dentro de cada série né? E existe conteúdo que tem que ser desenvolvido essas competências. Existe tanto aqui no primeiro ano, como no segundo e no terceiro ano. São competências que são comuns aos três anos do ensino médio. (Informação textual¹⁸).

Na sua fala, é possível perceber seu conhecimento acerca dos instrumentais legais e as recomendações que norteiam o ensino dessa disciplina. Quanto sua análise sobre o livro didático, Rosa salientou que:

Entrevistadora: Como avalia os livros didáticos de Sociologia disponíveis na rede pública de ensino no estado do Maranhão?

Rosa: Olha, eu não gosto da forma que é feita a escolha dos livros didáticos. Por exemplo, aqui no município, são duas escolas e o ideal é que os professores da área das duas escolas se reunissem juntos para o livro didático, até porque na falta de um livro de uma escola a outra poderia complementar. Mas aí, assim, o MEC dá essa liberdade para cada instituição fazer as suas escolhas e, às vezes, a escolha, geralmente, essas disciplinas pedagógicas, elas são quebradas né? Terminam sendo quebradas para completar a carga horária dos professores. E aí, por conta disso. Muitos professores que não são da área de sociologia, são os quem escolhem os livros e terminam os livros não contemplando né? O conteúdo que a gente gostaria realmente de estar trabalhando com os nossos alunos do ensino médio, os residentes estão aqui atuando eles fazem muito esse questionamento em cima do livro didático, ele não tem, a nossa proposta do estado hoje é em cima da a BNCC, então o livro não tem uma sequência lógica de conteúdos. Às vezes têm conteúdos que eles podem estar aqui no

¹⁸SOUSA, Rosa Maria. **Roteiro de entrevista com os professores**. [jun.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

início, mas tem conteúdo que ele pode está lá no fim, tem ter conteúdo para que a gente contemple o estabelecido pela BNCC. A gente tem fazer pesquisa e pegar outros livros para enriquecer a aula né? Porque se a gente for usar somente o livro didático do aluno não vai contemplar a proposta pedagógica da rede estadual. (Informação textual¹⁹).

Em seu Jardim Secreto, Rosa destaca que o livro didático usado não está de acordo com a BNCC e com as diretrizes estaduais para o ensino de Sociologia. Assim, a professora aponta como esse descompasso tem implicações que atrapalham na elaboração das aulas e na execução dos instrumentais legais e diretrizes relacionadas a disciplina. Para o docente, não formado na área, trabalhar com um livro que possui déficits acaba tendo consequências negativas no ensino ofertado em sala de aula.

Professor Lírio tem 57 anos e se define como sendo da cor parda. Concursado pela a rede estadual e municipal, respondeu a seguinte pergunta:

Entrevistadora: Fale sobre sua formação profissional.

Lírio: Sou formado em pedagogia e fiz pedagogia duas vezes em São Luís na UEMA no regular, ai não terminei lá, vim para São Bernardo e quando eu cheguei aqui comecei pedagogia de novo pela UEMA mesmo, mas o curso de férias parcelado. O importante desse curso em Santa Quitéria, que é um detalhe muito interessante, é um programa chamado PQD que lá atrás no passado começou com PROCAD década de 1990, (Programa de Qualificação Docente). Fiz o curso em 2004 e concluir em 2007. E esse curso foi aberto para comunidade. Aliás, me enganei, era para quem já era professor, que eram professor leigo ou que só tinha magistério de nível médio. Aí depois esse curso se estendeu para a comunidade. Foi um projeto interessante que abriu muitas vagas, uma grande oportunidade para as pessoas fazerem a licenciatura. Tenho especialização também em Gestão Escolar, Supervisão Escolar e Planejamento escolar. (Informação textual²⁰).

Na fala do professor Lírio, aparece novamente a realidade de professores que atuaram – alguns ainda atuam – na educação básica, principalmente na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, e que não possuem ensino superior. O professor Lírio fez o Programa de Qualificação Docente em 2004 e concluiu em 2007. Como ele mesmo faz questão de ressaltar, sua formação é em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão, por meio do Programa de Qualificação Docente (PQD), o objetivo é formar docentes em nível superior, buscando solucionar as lacunas da formação docente. Este programa implantado no Maranhão tinha como finalidade gradua em Cursos de Licenciatura Plena, voltado para professores de educação básica, funcionava de modo parcelado, sendo nas férias escolares, docentes em exercício nas escolas públicas.

¹⁹ SOUSA, Rosa Maria. **Roteiro de entrevista com os professores**. [jun.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

²⁰ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

É importante destacar que os saberes dos docentes não devem se limitar apenas aos conteúdos específicos que são transmitidos nas salas de aula, mas devem estar relacionados à todos os saberes que abrangem a sua formação, tanto inicial como continuada.

Diante deste contexto de formação docente, reformas educacionais e com a promulgação da Lei 9394/96 em que exigia a formação superior para os professores de todos os níveis e modalidades de educação básica, surge o PROCAD - Programa de Capacitação Docente do sistema Educacional do Estado do Maranhão, desde a sua criação já passou por três versões; a primeira versão com entrada de professores no período entre 1993 e 1996, em que habilitava para o Magistério nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, a segunda versão foi no período entre 1999 e 2003, habilitava para Magistério nas series Iniciais do Ensino Fundamental e a terceira versão foi com a entrada de docentes entre 2004 e 2007, que passou também por várias mudanças inclusive o nome, sendo atualmente denominado de Programa de Qualificação de Docentes (PQD) com a finalidade de formar docentes em nível superior, devido ao elevado índice de analfabetismo e professores “leigos” (sem formação de nível superior), a partir de cinco cursos de Licenciatura Plena, iniciando pela capital, São Luís, e se estendendo ao longo dos anos por todo o Estado através da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) em parceria com o governo do Estado.

Desse modo, II versão e a III versão do programa, com objetivos ampliados e atualizados após avaliação das versões anteriores, transforma-se em Programa de Qualificação Docente (PQD) mantendo a mesma estrutura, atingiu diversas regiões do Maranhão e gradou inúmeros docentes com o término em 2007.

É importante destacar que, até o ano de 1993, não existiam cursos de licenciatura nos Campus da Universidade Estadual do Maranhão, quando da implementação desse programa. Nesse período foram criados cinco cursos em regime regular e parcelado. Os cursos regulares aconteciam sempre “nos dois semestres do ano com intervalos de férias no início e no meio de cada ano letivo”. Visto que no mês de janeiro e fevereiro períodos de férias e em julho, foram implementados os cursos em regime “parcelado” e intensivo, para corresponder aos dois semestres como nos cursos de regime regular. Assim a carga horária de cada curso foi dividida nos meses de janeiro e fevereiro correspondendo ao primeiro semestre e no mês de julho correspondia o segundo semestre, para completar a carga horária exigida dos cursos de licenciatura plena (TORRES, 2007, p. 07).

Outro ponto a ser destacado em comparação do que aconteceu na Universidade Estadual do Maranhão, a UFMA – Universidade Federal do Maranhão em 1998 criou o Programa Especial de formação de Professores para a Educação Básica (PROEB), o curso

funcionava aos fins de semanais com regime intensivo, a finalidade do programa era graduar em cursos de licenciatura plena docentes de escolas públicas por meio da prefeitura municipal e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), vários municípios maranhenses foram beneficiados.

No que diz respeito a sua primeira experiência no magistério, o professor Lírio responde:

Entrevistadora: Qual sua trajetória profissional? Qual foi sua primeira experiência no magistério?

Lírio: Sim, já respondi na primeira pergunta sobre a minha trajetória profissional, minha primeira experiência no magistério foi um contrato em São Luís no estado, no fundamental, do 6º ao 9º ano. Eu trabalhava com ciência, mas na área de palestra em saúde. Foi durante cinco anos, de 1995 a 2000. Lá que começou tudo, aí que eu fui fazer pedagogia, aí eu sou concursado em Santana do Maranhão no fundamental, em São Bernardo em fundamental e no estado no fundamental. E aí o governo do estado encerrou as turmas de fundamental e nós pedagogos fomos para o Ensino Médio. (Informação textual²¹).

Quanto ao estágio, o professor trouxe-nos uma reflexão bastante interessante acerca do papel desta atividade na formação do futuro docente:

Entrevistadora: Durante a graduação, como avalia a sua experiência na atividade de estágio? Tem críticas a essa atividade de ensino?

Lírio: Não tenho críticas, pelo contrário, a ideia do estágio é excelente. É fundamental que tenha essa primeira experiência, primeiro contato com a sala de aula, com o ambiente escolar. O problema é como o estágio é conduzido. É o foco do estágio ou a doutrina do estágio, se for só para cumprir protocolo, cumprir um roteiro, não vale à pena. Mas se for realmente um estágio que prepare, que proporcione uma experiência, é interessante. Ai se a gente compara estágio com residência, é claro que a residência pedagógica tem uma proposta mais interessante, que lembra até dos estudantes de medicina no hospital. É a mesma filosofia de trabalho, preparando mesmo para assumir, para administrar uma sala de aula. (Informação textual²²).

A fala do professor traz pontos que demonstram a sua perspectiva ambígua com relação ao estágio. O professor Lírio destaca a importância dessa etapa de formação, porém ressalta pontos negativos que não estão vinculados a prática em si, mas ao modo como os estudantes vêem essa atividade. Assim, ele pontua a diferença do processo do estágio com o Programa Residência Pedagógica, uma vez que a residência prepara o futuro professor para assumir uma sala de aula. Contudo, a que se destacar que o acompanhamento do programa

²¹ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

²² Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

Residência é de 1 ano e meio, diferente do período de estágio que é fragmentado e vinculado ao calendário da UFMA.

Na percepção do professor Lírio, a sua formação em Pedagogia não lhe preparou para atuar como docente de Sociologia no Ensino Médio:

Lírio: “[...] mas, me aprofundi em Sociologia Geral, em Sociologia da Educação, e nos teóricos, então eu mesmo que me alinhei a Sociologia no curso de Pedagogia, mas o curso em si não prepara, a gente que vai ganhando experiências fazendo formação em serviço, se capacitando”. (Informação textual²³).

Com relação a percepção do professor Lírio sobre a Sociologia poder transformar estudantes do ensino médio em cidadãos, o docente pontua:

Entrevistadora: Em que medida, na sua percepção, a Sociologia pode transformar estudantes do Ensino Médio em cidadãos?

Lírio: Claro que a Sociologia sozinha ela não tem esse poder de transformar né? É uma ciência que depende muito como ela é instrumentalizada, de como ela é usada, em que sentido, em que foco, em que direção, em que perspectiva, ela pode ser libertária ou pode ser imobilizadora, ela pode ser redentora, mas pode ser ditadora se resumir-se só em conteúdo, conteúdo para prova. O aluno não vai ter uma perspectiva de cidadania, de se politizar. (Informação textual²⁴).

A fala do professor Lírio destaca o que Moraes (2011) aponta em seu texto quando diz que a Sociologia pode servir tanto para consolidar pensamentos, perspectivas e governos conservadores, como para apoiar reflexões e governos progressistas.

Mais adiante o professor fala:

Entrevistadora: Qual a abordagem metodológica, voltada especificamente para o Ensino de Sociologia, que utiliza no planejamento e em suas aulas (tema, conceito e/ou teoria)?

Lírio: Em um tema, nós vamos abordar vários conceitos, né? E um conceito forma uma teoria, né? Como a teoria do liberalismo, do neoliberalismo, do marxismo e, em todas as minhas aulas, a perspectiva, independente do tema, era politizar o debate, a discussão e o próprio tema, preparando o aluno para ter autonomia, para exercer liberdade de opinião, liberdade de expressão, liberdade de escolha, se fundamentando teoricamente e que no final a gente acaba na palavra cidadania neh? Para ser um cidadão pleno. (Informação textual²⁵).

Ao responder essas questões, o professor Lírio demonstrou conhecimento acerca das três abordagens metodológicas – descritas nas Orientações Curriculares do Ensino Médio

²³ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

²⁴ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

²⁵ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

– e como essas devem ser trabalhadas no desenvolvimento dos planos de aula e das aulas. Ao demarcar a relação entre temas, conceitos e teorias, o professor ressaltou que insere em suas aulas uma politização do debate, visto que o objetivo final da disciplina é formar para a cidadania.

Outra questão a ser destacada pelo o professor Lírio:

Entrevistadora: Como enxerga à docência, principalmente no nosso país e no momento atual?

Lírio: Existe na educação básica uma lei que dá sustentação, que dá suporte, que fornece recursos financeiros que é o FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), mas também de valorização do magistério, o problema é que as políticas públicas jamais fizeram, assumiram, executaram, essa parte que fala da valorização do magistério, então a docência, virou um sacrifício porque a gente luta contra todo tipo de obstáculo, de revesse que é a falta de estrutura, que é a falta de recursos, que é a falta de materiais, a falta de espaço, então a gente poderia ter um ambiente propício para desenvolver o ensino aprendizagem e não se tem, e por outro lado o salário ano respeita a nossa categoria de professores, a gente não tem necessidades básicas atendidas e muito menos sobra para nós investir na nossa carreira de docente, fazer cursos, viajar para seminários, comprar livros e materiais. (Informação textual²⁶).

Mais adiante, pontua:

Entrevistadora: O que o(a) levou ser docente de Sociologia no Ensino Médio?

Lírio: Para mim a Sociologia tem uma perspectiva libertária, se a gente for pensar nas tendências pedagógicas que a gente aprende lá na didática, e na Filosofia da Educação também, as tendências pedagógicas são tradicionalistas, tecnicista, a do John Dewey dos Estados Unidos. A Tendência pedagógica que eu me articulo, me afino que eu adotei foi a última, na verdade as três que a libertadora do Paulo Freire, a libertaria que tem a ver com o marxismo e a histórico critico, histórico social de conteúdo uma coisa assim. Então a gente pensa assim conservadora depois vem a renovadora, e depois a tecnicista, todas essas antigas, elas limitaram os alunos a ser apenas trabalhadores sem consciência ai vem as mais atuais que são as progressistas, ai vem a libertadora do Paulo Freire, a libertaria baseada no marxismo e a crítica social dos conteúdos. Então quando eu adotei a Sociologia é porque eu queria trabalhar nessa perspectiva de libertação mesmo, libertação de consciência. Com 15 anos eu entrei para o grupo de igreja católica, para a Pastoral da Juventude e desde os 15 anos no tempo da ditadura militar que eu fui aprendendo política, um pouco de economia, e lutando com os padres com a juventude contra a ditadura militar. (Informação textual²⁷).

É notável perceber que o professor Lírio não deixou claro os motivos que o levaram a ministrar a disciplina de Sociologia, sendo formado em Pedagogia afirmado na sua fala e que a sua formação não lhe preparou para atuar no Ensino Médio com a disciplina de Sociologia.

²⁶ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

²⁷ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

O professor demonstra descontentamento com a sua profissão, ressaltando a desvalorização da docência e falta de investimento para a realização de um trabalho adequado. A fala do professor Lírio condiz com a sua trajetória de militância pela melhoria da condição docente e da educação brasileira.

Entrevistadora: Está satisfeito(a) com sua profissão?

Lírio: Não, porque a gente não se sente valorizado, tem uma questão muito que é política, que é a seguinte não dá para ficar satisfeito porque a gente vai para uma sala de aula, vai com uma intenção, com desejo e os próprios alunos eles desamam a gente, eles esvaziam a gente de sentido porque a gente não tem uma resposta deles em altura, e eles também são vítimas porque não foram preparados deste do fundamental para não gostar de estudar neh? Eu tenho a tese de que a escola pública, ela é mesmo conduzida para não funcionar, que não é para conscientizar ninguém, não liberta as ideias de ninguém, então o outro lado de não sentir satisfeito é que não a valorização dos profissional como médico, do engenheiro, do enfermeiro, do contador, do assistência social, do psicólogo, não, a gente é muito explorado e sacrificado. (Informação textual²⁸).

De acordo com o professor Lírio existem inúmeros motivos para não está satisfeito com a sua profissão, os desafios enfrentados no cotidiano escolar, “a primeira coisa é a falta de estrutura, falta de material, outra coisa que a gente percebe é? Colegas nossos não estão nem ai, eles vão cumprir tabela, eles nem cumpri os horários diretos as vezes, aí jogam conteúdos, aí não se prepara para o ENEM, quando eu tento preparar os alunos por Enem, eles não entendem a minha metodologia que é uma metodologia baseada na Maiêutica do Sócrates de perguntas e respostas, de fazer eles investigarem, fazer os alunos chegarem a uma conclusão, eles não gostam disso, eles querem respostas dadas neh? Então os próprios alunos são um desafio, são colegas que não tem a nossa concepção libertaria, só estão ali pela a sobrevivência”.(Informação textual²⁹).

Mais adiante, ele pontua:

Entrevistadora: Como avalia os livros didáticos de Sociologia disponíveis na rede pública de ensino no estado do Maranhão?

Lírio: Os livros de didáticos fogem um pouco da realidade, essa é uma discussão antiga, os livros didáticos de todos os nível da educação básica neh? Que inclui o fundamental e o ensino médio deveriam ser regionalizados de acordo com a realidade regional e claro sem deixar os conceitos universais, as teorias que conduz a sociologia, eu acho muito complexo também, eu acho uma linguagem de aluno de ser maranhense, claro que as linguagens dos livros de didáticos, é linguagens para escola privada, mas ainda a gente pode pensar melhor e achar assim pelo menos nas capitais, pelo menos nas escolas melhores do ensino médio público nas capitais esses livros ainda alcançam a cabeça dos alunados, ainda está no nível do corpo discente, em São

²⁸ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

²⁹ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

Luís do Maranhão no Liceu, por exemplo, nas escolas maiores até vai, mas isso é 10% só, eu acho muito complexo para a grande maioria dos alunos.

Entrevistadora: Quais as principais dificuldades enfrentadas em sala de aula?

Lírio: A principal dificuldade enfrentado na sala de aula vou dizer agora diferente é que os alunos não vem preparados para ler, não sabem ler, não sabem interpretar e a gente invés de avançar em conteúdos a gente fica traduzindo a língua portuguesa do livro didático de sociologia para eles, porque como eles não dominam a língua, eles não sabem inferir, eles não sabem discernir a mensagem de cada parágrafo. (Informação textual³⁰).

É possível perceber que o professor Lírio tem críticas tanto em questão do livro didáticos quanto as dificuldades enfrentadas em sala de aula.

5.2 Formar para Cidadania pela percepção dos docentes em Sociologia de uma cidade do interior do Maranhão

Os professores entrevistados ressaltaram que formar para cidadania é desenvolver nos estudantes uma visão crítica acerca do seu meio social, promovendo o conhecimento de seus direitos e deveres perante a sociedade em que estão inseridos. Um dos objetivos da Sociologia no Ensino Médio é justamente “formar o cidadão crítico”. Desse modo, quando o senso comum é posto diante da palavra cidadania, tende a reconhecer algumas noções similares como direito, dever e voto. Mas vale ressaltar que por mais que essas três noções estejam presentes na cidadania, a forma de abordagem da disciplina de Sociologia requer mais complexidade e percepção crítica acerca da prática docente e de como a formação em docência na área de Sociologia – e Ciências Sociais – se diferencia de outras licenciaturas, visto que é preciso a ciência quanto aos aspectos que tangenciam a realidade, bem como os processos de naturalização e reprodução das relações cotidianas.

Desse modo na fala do professor Cravo, ele respalda:

Entrevistadora: Na sua perspectiva, o que é formar para a cidadania?

Cravo: Para mim acredito, formar para cidadania nessa minha área em Ciências Humanas/Sociologia, é justamente você tem a capacidade de transmitir o que você aprendeu na universidade e que o aluno consiga compreender isso e que partir daí ele tem uma visão crítica da sua própria realidade social, porque nós vivemos numa sociedade que inúmeras situações do passado ainda perduram nos dias de hoje, por exemplo, preconceito racial né? violências de várias formas, violência contra mulher, violência simbólica que acontece dentro da escola a própria violência simbólica, aluno né? que não respeita o outro né, a questão do bullying né que já é uma própria violência, então essa disciplina como é mais voltada justamente para as questões sociais e para sociedade então ela em si tem um papel muito forte nessa questão da cidadania, no desenvolvimento da cidadania social né? porque às vezes a gente fala

³⁰ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

muito da cidadania e fica muito quando a gente vai para sala de aula e pega o material didático ai gente percebe lá no material didático que a cidadania aparece ainda como aquilo que é dado, mas cidadania é algo que é construída, a gente precisa ter isso em mente tanto professor como os alunos né quando você vai transmitir esse conhecimento que a cidadania é algo que é construída é algo que é permanente, ainda hoje nós estamos lutando por essa cidadania plena, então eu acredito que a disciplina de sociologia ela tem esse papel social muito forte dentro da escola, dentro da própria realidade social, a gente vive em uma região pobre a gente vive em uma região que é caso de miséria extrema acontecem dentro do nosso próprio município, região do Baixo Parnaíba, o estado em si é um estado pobre e que a partir dessa disciplina você consiga dialogar com a realidade social do aluno, para ele consiga observar tudo isso quem vem acontecendo na sua própria realidade e que ele consiga observar isso através do conhecimento sociológico, eu acho que seja a maior função da cidadania.(Informação textual³¹).

Desse modo, podemos observar na fala do professor Cravo, que mesmo pontua questões importantes no que diz respeito formar para a cidadania, sua fala é bem explícito, promover aos estudantes uma reflexão crítica em relação a sua própria realidade e segundo o professor Cravo “a disciplina de Sociologia tem esse papel social muito dentro da escola”.

Na concepção da professora Margarida, formar para cidadania:

Entrevistadora: Na sua perspectiva, o que é formar para cidadania?

Margarida: É preparar o aluno, na verdade é assim uma espécie, não sei se eu posso utilizar esse nome de mediador do conhecimento preparar o aluno pra uma visão crítica acerca da sua própria sociedade, sua consciência política enquanto um ser cidadão que possui tanto direitos, mas também possui deveres e que precisa estar atento pra que esses deveres e esses direitos possam de fato ser usufruídos. (Informação textual³²).

Na fala da professora Margarida formar para cidadania é justamente preparar o aluno para terem uma visão crítica acerca da sua própria sociedade em que estão inseridos e conhecer seus direitos e deveres perante a sociedade.

Já para a professora Rosa, formar para cidadania é:

Entrevistadora: Na sua perspectiva, o que é formar para a cidadania?

Rosa: Nessa perspectiva, formar para cidadania é formar um ser integral para que eles saibam agir para que eles saibam os seus direitos e deveres para com a sociedade, que está inserido. Esse é um ser cidadãos, ele saber que ele tem os direitos mas eles saberem também que ele tem os deveres para cumprir diante a sociedade, e que ele não aceite não as imposições certo, mas que eles saibam se posicionar criticamente certo, num meio em que ele vive, então é respeitar, é ser educar dentro dos parâmetros, é emocionalmente socialmente, psicologicamente, culturalmente, se ele tiver educado dentro dessas desses parâmetros, ele consegue com certeza e irá ser um cidadão formado para agir de acordo com a sociedade, exercendo na sua aqui, coisa que é muito difícil, eu não acredito que nós vamos conseguir, formar esse cidadão como a

³¹ TEXEIRO, Cravo Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [Maio.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

³² SILVA, Margarida Costa. **Roteiro de entrevista com os professores**. [abril.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito.

Abncc está dizendo, porque a ABNCC diz que nós temos que formar um cidadão todas as competências e habilidades que eu terminei de falar, a gente tem os nossos alunos do ensino médio aqui, alunos dos 3 anos que eles não tem noção do que ele quer, ele não tem noção professora do que ele quer, e como é, eu sei também que nesse exato momento os nossos alunos do 3 anos não vai sair e que talvez esses alunos que estão trabalhando no primeiro aninho alfabetização possa né, lá no termino do ensino médio está formado integralmente, mas eu acho difícil e muito difícil a gente sabe que existe uma série de coisas que não dá para acontecer, a questão social mesmo a gente a maioria dos nossos alunos a gente ver a diferença bem aqui dentro dessas salas aulas, a diferenças dos alunos que são daqui da sede os alunos que vem da zona rural, é visível e é gritante, então eu tenho pena, muita pena eu queria que a gente conseguisse fazer alguma coisa, eu falo muito por meninos, vamos fazer uma coisa diferente, vamos fazer uma aula diferente, vamos ver se a gente consegue chamar atenção deles, tu está entendendo para que desperte eles para alguma coisa, antes eu me sentia frustrada agora são eles que estão se sentido viú, eles estão se sentindo porque a gente fala e fala e você pensa que você tá babando e no final tu não fez nada porque eles não conseguiram assimilar parece que a gente tá falando grego para eles, é triste. (Informação textual³³).

Desse modo, na fala da professora Rosa, formar para cidadania, é formar um ser integral para que eles saibam agir de forma consciente e que conheçam seus direitos e deveres para com a sociedade em que vive, assim possa se posicionar criticamente em relação ao seu meio social em que vive, mas de forma consciente e respeitar as diferenças do outro.

Conforme a professora Jasmim, formar para cidadania é:

Entrevistadora: Na sua perspectiva, o que é formar para a cidadania?

Jasmim: Formar para a cidadania é atuar né? na sociedade, acredito que o papel da universidade, que ela não seja apenas entre os muros da universidade, a proposta não é essa, a proposta é que vá além disso, então atuar, formar para a cidadania é sair da Universidade também ir para comunidade preparar pessoas, preparar cidadãos para atuar também na educação básica né?, para formar cidadãos dispostos a conhecer, dispostos a ensinar, então a cidadania que eu conheço é essa né?, que eu no caso entendo, formar para cidadania é isso, a universidade formar cidadãos, ai a gente forma cidadãos para ensinar exercer a cidadania, é isso, é esse espírito. (Informação textual³⁴).

Na fala da professora Jasmim, formar para cidadania é preparar cidadãos para atuar na sociedade em que vive, ou seja, formar cidadãos dispostos a conhecer e ensinar.

De acordo com o professor Lírio, formar para cidadania é:

Entrevistadora: Na sua perspectiva, o que é formar para a cidadania?

Lírio: Formar para a cidadania tem vários aspectos, tem filosófico, psicológico, sociológico, político, que é viver plenamente, que tem uma perspectiva de felicidade, embora a gente nem consiga conceituar a felicidade, é sempre uma busca, mas cidadania é ser pleno, a gente pode também pegar um canso na Constituição que fala lá nos primeiros artigos que o salário de um trabalho teve suprir todas as necessidades

³³ SOUSA, Rosa Maria. **Roteiro de entrevista com os professores**. [jun.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

³⁴ DANDAS, Jasmim Maria. **Roteiro de entrevista com os professores**. [jun.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

humanas que é alimentação, moradia, vestuário, lazer, educação, saúde, então é, ser cidadão é ter clareza dos seus direitos e de seus deveres, é ter clareza das políticas públicas, mas também tem clareza do que nós temos um papel a assumir, que precisamos fazer nossa parte, somar com tudo. (Informação textual³⁵).

Na concepção do professor Lírio, formar para cidadania tem vários aspectos como “filosófico, psicológico, sociológico, político, que é viver plenamente”, que cidadania é ser pleno, levar os estudantes a ter clareza dos seus direitos e deveres tendo uma visão crítica a respeito do seu meio social em que vive.

Contudo, nas falas dos professores entrevistados a respeito do que significa “formar para cidadania”, foi possível perceber que todos responderam de um modo diferente, mas com os mesmos objetivos voltados para despertar nos alunos uma visão crítica sobre as relações sociais em que estão inseridos, e também que tenha conhecimento acerca do significado de cidadania que não é apenas exercer os nossos direitos e deveres básicos, mas compreender que ela é uma construção em coletivo e que só existe quando há a participação de todos os cidadãos, mas também é um exercício individual porque depende de cada indivíduo, pois o mesmo precisa estar disposto em buscar subsídios para completar seu pensamento. Desse modo, iniciar a construção de sua cidadania. É importante que os estudantes tenham consciência de que cidadania não é dada, mas sim construída por processo de organização, intervenção social de indivíduos e com a participação de cada cidadão.

Desse modo, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2015), afirma que a educação passa a ser um direito de todos os cidadãos, independente de sua cor, raça ou classe social. É possível perceber que através da educação que se prepara, se possibilita a construção da cidadania e da dignidade humana. É notável no Art. 20º, em que deixa explícito de que a educação é dever do Estado:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2015).

É possível compreender que a educação é um direito social. E por meio dela e com a contribuição da sociedade, iniciamos a construção da cidadania. Desse modo, formar indivíduos capazes de intervir na sociedade em que estão inseridos de forma coerente e com um *olhar sociológico*. E também tenha conhecimento do papel que desempenha diante do seu

³⁵ Martins, Lírio Silva. **Roteiro de entrevista com os professores**. [outubro.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

meio social. Um dos objetivos da disciplina de sociologia para o Ensino Médio é justamente “formar o cidadão crítico”.

Quando me interessei por essa temática, o objetivo era demonstrar que a formação na área resulta em uma maior qualidade do ensino ofertado em sala de aula. Contudo, ao me deparar com as entrevistas, percebi que a qualidade relaciona-se a vários fatores e que o ganho obtido com a criação das licenciaturas em Sociologia não pode estar desvinculado de uma formação continuada e de análises críticas sobre esses cursos. A garantia da Sociologia enquanto disciplina da etapa básica de ensino requer inúmeros esforços, principalmente da conscientização acerca da importância dessa etapa de ensino na formação dos profissionais oriundos desses cursos que, muitas vezes, se vêm desinteressados em atuar na educação básica, principalmente nas escolas públicas.

Nesse sentido, a pesquisa de campo e os dados refutaram a minha hipótese inicial, visto que os docentes que conseguiram destacar as três abordagens do Ensino de Sociologia, presentes nas Orientações Curriculares do Ensino Médio, são justamente aqueles que não possuem formação em Sociologia. Contudo, é preciso destacar que a pesquisa não incluiu observação das aulas. Dos entrevistados, apenas de uma docente foi possível assistir suas aulas. Formada na área, a professora desenvolve de maneira bastante habilidosa os conteúdos, demonstrando conhecimento e confiança com relação ao Pensamento Sociológico. Como a pesquisa centrou-se nas entrevistas, não foi possível avaliar por diferentes dimensões qual o impacto da formação na área na atuação em sala de aula.

Como conclusão deste capítulo de análise dos dados de campo, destacamos a importância no investimento da formação inicial e continuada, com cursos de atualização na área voltados para aqueles que exercem a docência em Sociologia na rede estadual de ensino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo estabeleceu uma reflexão sobre ensino de Sociologia, por meio de uma análise comparativa das metodologias e práticas desenvolvidas por professores da rede pública no interior do Maranhão. Com o objetivo de investigar como ocorre o desenvolvimento das práticas metodológicas para o ensino de sociologia, em casos que professor (a) que atua na disciplina não possui formação específica nesta área de conhecimento.

A hipótese inicial deste trabalho era demonstrar a relação entre a formação em Sociologia e a eficácia das metodologias de ensino para alcance dos objetivos da disciplina, e, como essa ligação se desenvolvia entre professores que não possuem formação na área e que lecionam a disciplina de sociologia na rede pública. De início acreditava que a qualidade do Ensino de Sociologia ofertado em sala de aula estaria ligado formação acadêmica dos docentes que a ministram, porém, ao me deparar com as entrevistas, pesquisa de campo e os dados refutaram a minha hipótese inicial. Pois, os professores que conseguiram respaldar as três abordagens do Ensino de Sociologia com base nas Orientações Curriculares do Ensino Médio foram justamente os não possuem formação na disciplina de Sociologia, é preciso destacar também que a pesquisa não inclui observação das aulas.

Dos professores entrevistados apenas de uma docente foi possível assistir suas aulas a mesma possui formação na área, a professora demonstrou conhecimento e confiança em relação ao Pensamento Sociológico. Como a pesquisa centrou nas entrevistas, não foi possível avaliar por diferentes dimensões qual o impacto da formação na área na atuação em sala de aula.

Com base nas análises percebe-se a importância da formação inicial, assim como, da formação continuada para um melhor desempenho na atuação docente. No caso da formação continuada a mesma entrou em vigência em 1996 quando foi implementada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com objetivo de valorizar e orientar a formação dos profissionais da educação, um direito para todos aqueles que exercem a docência em qualquer área do ensino educacional. Para Nóvoa (1991, p. 21), a formação continuada deve ser centrada na investigação e na reflexão. Em seus estudos diferencia dois tipos de “modelos” de formação continuada, que são os estruturantes e os construtivistas. Os estruturantes seriam organizados antecipadamente por meio de uma lógica pautada na racionalidade científica e técnica. Já o modelo construtivista, se caracteriza em uma reflexão contextualizada para a construção dos dispositivos de formação contínua, com uma regulação permanente das práticas e processos de trabalho (NÓVOA, 1991).

O modelo construtivista pode ser dividido em cinco teses sobre a formação continuada. Desse modo a formação contínua deve: a) alimentar-se de perspectivas inovadoras; b) valorizar as atividades de autoformação participada e de formação mútua; c) alicerçar-se em uma reflexão na prática e sobre a prática; d) incentivar a participação de todos os professores em programas e em redes de colaboração; e) capitalizar as experiências inovadoras e as redes de cooperação existentes nos sistemas (NÓVOA, 1991). A formação continuada é fundamental para o exercício da docência em qualquer área de ensino e, é necessário o professor atualizar seus conhecimentos para que possa desempenhar suas competências e habilidades.

Desse modo, concluo este trabalho destacando a importância no investimento da formação inicial e continuada, para os professores que lecionam a Sociologia na rede estadual de ensino com cursos de atualização na área. Segundo a autora Christov (2003) “os programas de formação continuada promove o desenvolvimento profissional e atualização dos conhecimentos docentes, assim como a análise e reflexão sobre a prática propiciam uma atuação profissional mais alinhada aos novos tempos”. Ainda argumenta que a formação continuada compreende diferentes ações, por exemplo, congressos, seminários, cursos, estudos individuais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**, trad. W. Leo Maar, SP: Ed. Paz e Terra, 1995.

AZEVEDO, Giselle Ferreira Amaral de Miranda. **As reformas educacionais dos anos 90 e os impactos na gestão escolar: concepções e princípios**. Jornada internacional políticas públicas, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/asreformaseducacionaisdosanos90eosimpactosnages taoescolarconcepcoeseprincipios.pdf>. Acessado dia 24 de Outubro de 2019.

BRASIL. Resolução nº6/86, de 26 de novembro de 1986.Reformula o núcleo comum para o ensino de 1º e 2º graus. *In*: RANGEL, Mary. **Currículo de 1º e 2º graus no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 6775, 29 de janeiro de 2009**. Instituição a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas Constitucionais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão preliminar. Brasília: MEC, 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/37551>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível. Acessado em: 11 jul.2018. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf

_____. **Ensino de sociologia**: periodização e campanha pela obrigatoriedade.Cad. cedes, campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____.2011. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2012:Sociologia. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.

_____. **Guia de Livros didáticos 2015: PNLD: Sociologia: Ensino Médio**– Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

_____. **Lei 11.684, de 02 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. Conversa sobre orientações curriculares nacionais. (OCNs) **Revista Cronos**, v. 8, n. 2, p.591-601, jul. – dez., 2007.

_____. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências Humanas e suas tecnologias.** Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

_____. **Parecer CNE/CEB n° 38/2006:** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038_06.pdf. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio,** MEC – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2000, v 4.

_____. **PCN+ Ensino Médio:** Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias, Brasília, MEC/SEMTEC, 2002.

_____. **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.**

BRZEZINSKI, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1139-1166, set./dez. 2008.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BITTENCOURT, Circe. M. F. “Em foco: História, produção e memória do livro didático”. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 30, n.3, set./dez. 2004.

BOURDIEU, Pierre et. al. **A Miséria do mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. CHAMBOREDON, Jean Claude. e PASSERON, Jean-Claude. **A Profissão de Sociólogo.** Petrópolis: Vozes, 1999.

CANÁRIO, Rui. **O que é a escola? Um olhar sociológico.** Editora Porto, 2005.

CARVALHO. Eder Aparecido de. **Metodologia de pesquisa em ciências sociais.** Athenas vol. I, ano. III, jan.-jul. 2014. Disponível em http://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano3_voll_2014_artigo7.pdf. Acessado em fevereiro de 2019.

CARVALHO FILHO, de Juarez Lopes. O ensino de sociologia como problema epistemológico e sociológico. **Educação e realidade.** Porto Alegre, v.39, n. 1, p.59-80. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COAN, Marivan. **A Sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho.** 356f. Dissertação (de Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CORREIA, Deyse Morgana das Neves; BATISTA, Maria do Socorro Xavier: **A importância da Sociologia da Educação na Formação do educador: a visão dos alunos e professores do curso de pedagogia da UFPB.** 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Disponível em:

<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/4.EDUCACAO/4CEDFEMT01.pdf>. Acesso em junho de 2019.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Guia geral do Proformação.** 2. ed. Brasília: MEC.FUNDESCOLA, 2000.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. **Educação continuada:** função essencial do coordenador pedagógico. In: PLACCO, Vera. O Coordenador pedagógico e a educação continuada. São Paulo: Loyola, 2003. p. 9 – 12.

DANDAS, Jasmim. **Roteiro de entrevista com os professores.** [jun.2019]. Entrevistadora: Juliana Moraes Castro. São Benedito, 2019.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** 13 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

ELIAS, N. **O processo civilizador:** Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil.** Edusp. São Paulo: 2001.

FERNANDES, Florestan. **Elementos de Sociologia Teórica.** São Paulo: Companhia Nacional, 1964.

_____. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo, Dominus/Edusp, 1966.

_____. **A Sociologia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1977.

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso não é um caso.** Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999.

FLORÊNCIO, Maria Amélia de Lemos. **04. Reflexões sobre o uso do livro didático de sociologia na educação básica.** Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica, v. 1 (2016) - GT08. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da Universidade Federal do Sergipe 27 a 29 de abril de 2016. Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/view/6113/5125>. Acessado em: 11 jul.2019.

FREITAS, Maria Cristina Leal de; FRANÇA, Carlos Eduardo: **História da Sociologia e de sua inserção no Ensino Médio.** Movimentação, Dourados, v. 3, nº. 5, p. 39-55, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/7218-21741-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/7218-21741-1-SM%20(1).pdf). Acesso em junho de 2019.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GIDDENS, A. *Sociologia: uma breve porém crítica introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. Anthony. **Sociologia**. 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUELFY, Wanirley. **A Sociologia Como Disciplina Escolar no Ensino Secundário Brasileiro: 1925-1942**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1997.

JESUS, Sônia Meire S. A. de Jesus; TORRES, Lianna de Melo. Educação e Movimentos Sociais: tensões e aprendizagens. In FREITAS, Anamaria G. Bueno de; SOBRAL, Maria Neide. **História e memória: o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe**. (1968-2008). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

LAJOLO, Marisa. Livro didático – Um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n. 69, jan/mar. 1996.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? Em: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, jan/jun, 2014 (2014b). Pp. 45-61.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Elício Gomes. Para compreender o livro didático como objeto de pesquisa. **Educação e Fronteira OnLine**, Dourados/MS, v.2, n. 4, p. 143-155, jan/abr. 2012.

LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Guia da escola cidadã; v. 4).

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e Epistemologia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, p. 205– 228.

Martins, C. B. **O que é sociologia?**. 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw C. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Tradução Anton P. Carr. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MENEGOLLA, Maximiliano; SAN'TANNA, IlzaMartins. **Por qué Planejar? Como Planejar?** Currículo- área-aula. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes professores leigos. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/professores-leigos/>>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

MEKSENAS, Paulo. Contextos do livro didático e comunicação. **Perspectivas**. Florianópolis. UFSC/CED, NUP, n. 24, p. 129-143. 1995.

MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos.** 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. Os primeiros manuais didáticos de Sociologia no Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, vol. 06, nº 10, 2001.

_____. **Institucionalização da Sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos.** São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

_____. Pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia; balanço. **XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**, Salvador (BA), 2013.

_____. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. In: **Revista brasileira de Sociologia**, vol. 02, nº 03, jan/jun 2014.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia. **Tempo Social** – USP, abr. 2003.

_____. **Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade.** Dossiê sobre o Ensino Sociologia dos Cadernos cedes, Campinas, V.31, n.85, p.359-382, set./dez. 2011.

_____. **O ensino de sociologia: mediação entre o que se aprende na universidade e o que se ensina na escola.** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 12 n. 1 jan. a junho. 2017

_____. GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. **Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia.** Secretaria de Educação Básica. Sociologia: ensino médio / Coordenação Amaury César Moraes. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica (Coleção Explorando o Ensino; v. 15), 2010.

NÓBREGA, José Aderivaldo Silva da. **Elementos para se pensar sobre a didática da Sociologia no ensino médio.** Revista Em Debate (UFSC), Florianópolis, volume 14, p. 101-121, 2015.

NÓVOA, António. **Concepções e práticas de formação contínua de professores, in Formação Contínua de Professores: realidades e perspectivas.** Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

_____. **Formação de professores e profissão docente.** In: NÓVOA, A. (org.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.p. 139-158.

OLIVEIRA, Dalta Motta. **A prática pedagógica dos professores de Sociologia: entre a teoria e a prática.** 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA de, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de antropologia**. São Paulo, USP, 1996, v.39n° 1.

PANNUTI, Maísa Pereira: **A relação teoria e prática na residência pedagógica**. Grupo de trabalho - Formação de professores e profissionalização docente. 20015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/15994_8118.pdf. Acesso em julho de 2019.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: **Caderno de Formação**. Cultura Acadêmica Editora. São Paulo: 2010. Lei de Diretrizes e Base de 1961 - Lei 4024/61. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PEREIRA, André da Silva. **Uma análise do capital humano e crescimento econômico brasileiro no período de 1970-2001**. Tese (doutorado em economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

PEREIRA, Valmir. As reformas educacionais da década de 1990 e suas vinculações com a reestruturação produtiva. **Revista Educação e Cidadania**, Campinas: Átomo 2006.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RÊSES, E. S. **E com a palavra**: os alunos. Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio. 2004. 147f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2004.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. Existem novos paradigmas na política e na administração da educação? In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Política e Gestão da Educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RODRIGUES, A.T. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

Rodrigues, Zuleide Blanco. **Os quatro pilares de uma educação para o século XXI e suas implicações na prática pedagógica**. Paz e terra. 1985. Acesso em junho de 2019. https://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0056

SANTOS, M. B. **A sociologia no contexto das reformas educacionais**: um século de idas e vindas da sociologia no ensino médio. 2002.

SANTOS, Maria Lucia dos. PERIN, Conceição Solange Bution. **A importância do planejamento de ensino para o bom desempenho do professor em sala de aula**. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Cadernos PDE. V.1. 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipa_ped_artigo_maria_lucia_dos_santos.pdf. Acesso em junho de 2019.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

_____. **Escola e democracia**. Autores Associados. São Paulo: 2009.

SETUBAL, Maria Alice (coord.). **Educação básica no Brasil nos anos 90: políticas governamentais e ações da sociedade civil**. São Paulo: Cenpec, 2001.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Minicurso - História Oral: uma visão interdisciplinar**. Aula proferida na UFSCar, 29 set. 2004.

SILVA, M. J. de S. & SOUZA, M. H. R. Manuais de Sociologia: uma análise comparativa entre conteúdos e metodologias para o ensino médio. **III ENESEB - Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica**, 2013, Fortaleza/CE. Anais do III ENESEB, 2013.

SILVA, Kelly Cristine Corrêa da. **Os lugares da Sociedade na formação escolar de estudantes do ensino médio: a perspectiva de professores**. 26ª Reunião anual da ANPED, Poços de Caldas, 2003. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/4.EDUCACAO/4CEDFE MT01.pdf>. Acessado em fevereiro de 2019.

SOUSA, Maria das Dôres. **Identidade e Docência: o saber-fazer do professor de sociologia das escolas públicas estaduais de Picos – PI**. 2012. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2012.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. **Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média**. 2007, 277f. Dissertação (Mestrado em Educação: sociologia da educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TOMAZI, N. DA. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

_____. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

TORRES, Antonia Márcia Sousa. **Formação continuada de professores: o programa de qualificação docente – PQD no Maranhão**. 2007. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/formacao-continuada-de-professores-o-programa-de-qualificacao-docente-pqd-no-maranhao.pdf. Acesso em 19 de Outubro de 2019.

VARGAS, Francisco E. B. **O ensino da Sociologia: Dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento**. Artigo PIBID do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do IFISP / UFPel, [2010]. <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/ARTIGO-O-Ensino-da-Sociologia.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Cor/ raça: _____

Local de trabalho: _____

- 1) Fale sobre sua formação profissional.
- 2) Qual sua trajetória profissional? Qual foi sua primeira experiência no magistério?
- 3) Durante a graduação, como avalia a sua experiência na atividade de estágio? Tem críticas a essa atividade de ensino?
- 4) Na sua percepção, acha que a sua formação te preparou para atuar como docente de Sociologia no Ensino Médio?
- 5) Na sua perspectiva, o que é formar para a cidadania?
- 6) Em que medida, na sua percepção, a Sociologia pode transformar estudantes do Ensino Médio em cidadãos?
- 7) Qual a abordagem metodológica, voltada especificamente para o Ensino de Sociologia, que utiliza no planejamento e em suas aulas (tema, conceito e teoria)?
- 8) Como enxerga à docência, principalmente no nosso país e no momento atual?
- 9) O que o(a) levou ser docente de Sociologia no Ensino Médio?
- 10) Está satisfeito(a) com sua profissão?
- 11) Quais os desafios enfrentados no cotidiano escolar?
- 12) Como avalia os livros didáticos de Sociologia disponíveis na rede pública de ensino no estado do Maranhão?
- 13) Quais as principais dificuldades enfrentadas em sala de aula?
- 14) Como avalia a aquisição de conhecimento pelos estudantes da instituição escolar em que atua, bem como o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SOCIOLOGIA
PESQUISA DE CAMPO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APÊNDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) foi convidada (a) a participar da pesquisa intitulada **“ENSINO DE SOCIOLOGIA”**: ANÁLISE COMPARATIVA DAS METODOLOGIAS E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES DA REDE PÚBLICA NO INTERIOR DO MARANHÃO, possuindo como responsável: **Juliana Moraes Castro**, orientada pela professora Dr^a. Amanda Gomes Pereira. O objetivo da pesquisa é analisar a prática de Ensino de Sociologia, levando em consideração a formação e experiência de professores que lecionam no município, seus desafios e estratégias metodológicas e, desse modo, se dedicam a formação cidadã dos alunos e alunas – seguindo os pressupostos fundamentais elencados por diversos autores clássicos do pensamento sociológico.

A entrevista foi gravada com seu consentimento, mas seus dados e nomes como idade e cidade não estarão presentes na pesquisa, tornado público após a defesa e inserção do Trabalho de Conclusão de Curso no banco de dados da instituição (UFMA) apenas nomes fictícios, seguindo o Código de Ética estabelecido pela Associação Brasileira de Antropologia. Os fins da pesquisa são unicamente o conhecimento das realidades e dinâmicas locais. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder alguns questionamentos levantados pela pesquisadora através de um questionário semi-estruturada.

Sr. (a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. Desde já agradecemos!

Juliana Moraes Castro

Juliana Moraes Castro

São Bernardo/MA, 12 de Novembro de 2019.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa:

[Assinatura]

(Assinatura)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SOCIOLOGIA
PESQUISA DE CAMPO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APÊNDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) foi convidada (a) a participar da pesquisa intitulada **“ENSINO DE SOCIOLOGIA”**: ANÁLISE COMPARATIVA DAS METODOLOGIAS E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES DA REDE PÚBLICA NO INTERIOR DO **MARANHÃO**, possuindo como responsável: **Juliana Moraes Castro**, orientada pela professora Dr^a. Amanda Gomes Pereira. O objetivo da pesquisa é analisar a prática de Ensino de Sociologia, levando em consideração a formação e experiência de professores que lecionam no município, seus desafios e estratégias metodológicas e, desse modo, se dedicam a formação cidadã dos alunos e alunas – seguindo os pressupostos fundamentais elencados por diversos autores clássicos do pensamento sociológico.

A entrevista foi gravada com seu consentimento, mas seus dados e nomes como idade e cidade não estarão presentes na pesquisa, tornado público após a defesa e inserção do Trabalho de Conclusão de Curso no banco de dados da instituição (UFMA) apenas nomes fictícios, seguindo o Códio de Ética estabelecido pela Associação Brasileira de Antropologia. Os fins da pesquisa são unicamente o conhecimento das realidades e dinâmicas locais. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder alguns questionamentos levantados pela pesquisadora através de um questionário semi-estruturada.

Sr. (a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. Desde já agradecemos!

Juliana Moraes Castro

Juliana Moraes Castro

São Bernardo/MA, 12 de Novembro de 2019.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa:

Ronilson de Almeida Jesus

(Assinatura)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SOCIOLOGIA
PESQUISA DE CAMPO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APÊNDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) foi convidada (a) a participar da pesquisa intitulada **“ENSINO DE SOCIOLOGIA”**: ANÁLISE COMPARATIVA DAS METODOLOGIAS E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES DA REDE PÚBLICA NO INTERIOR DO **MARANHÃO**, possuindo como responsável: **Juliana Moraes Castro**, orientada pela professora Dr^a. Amanda Gomes Pereira. O objetivo da pesquisa é analisar a prática de Ensino de Sociologia, levando em consideração a formação e experiência de professores que lecionam no município, seus desafios e estratégias metodológicas e, desse modo, se dedicam a formação cidadã dos alunos e alunas – seguindo os pressupostos fundamentais elencados por diversos autores clássicos do pensamento sociológico.

A entrevista foi gravada com seu consentimento, mas seus dados e nomes como idade e cidade não estarão presentes na pesquisa, tornado público após a defesa e inserção do Trabalho de Conclusão de Curso no banco de dados da instituição (UFMA) apenas nomes fictícios, seguindo o Códico de Ética estabelecido pela Associação Brasileira de Antropologia. Os fins da pesquisa são unicamente o conhecimento das realidades e dinâmicas locais. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder alguns questionamentos levantados pela pesquisadora através de um questionário semi-estruturado.

Sr. (a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. Desde já agradecemos!

Juliana Moraes Castro

Juliana Moraes Castro

São Bernardo/MA, 12 de Novembro de 2019.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa:

Manoela Vera Cruz Pinheiro Amorim

(Assinatura)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SOCIOLOGIA
PESQUISA DE CAMPO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APÊNDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) foi convidada (a) a participar da pesquisa intitulada **“ENSINO DE SOCIOLOGIA”**: ANÁLISE COMPARATIVA DAS METODOLOGIAS E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES DA REDE PÚBLICA NO INTERIOR DO MARANHÃO, possuindo como responsável: **Juliana Moraes Castro**, orientada pela professora Dr^a. Amanda Gomes Pereira. O objetivo da pesquisa é analisar a prática de Ensino de Sociologia, levando em consideração a formação e experiência de professores que lecionam no município, seus desafios e estratégias metodológicas e, desse modo, se dedicam a formação cidadã dos alunos e alunas – seguindo os pressupostos fundamentais elencados por diversos autores clássicos do pensamento sociológico.

A entrevista foi gravada com seu consentimento, mas seus dados e nomes como idade e cidade não estarão presentes na pesquisa, tornado público após a defesa e inserção do Trabalho de Conclusão de Curso no banco de dados da instituição (UFMA) apenas nomes fictícios, seguindo o Código de Ética estabelecido pela Associação Brasileira de Antropologia. Os fins da pesquisa são unicamente o conhecimento das realidades e dinâmicas locais. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder alguns questionamentos levantados pela pesquisadora através de um questionário semi-estruturada.

Sr. (a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. Desde já agradecemos!

Juliana Moraes Castro

Juliana Moraes Castro

São Bernardo/MA, 12 de Novembro de 2019.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa:

Keliane da Silva Lima

(Assinatura)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SOCIOLOGIA
PESQUISA DE CAMPO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APÊNDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) foi convidada (a) a participar da pesquisa intitulada “**ENSINO DE SOCIOLOGIA**”: **ANÁLISE COMPARATIVA DAS METODOLOGIAS E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES DA REDE PÚBLICA NO INTERIOR DO MARANHÃO**, possuindo como responsável: **Juliana Moraes Castro**, orientada pela professora Dr^a. Amanda Gomes Pereira. O objetivo da pesquisa é analisar a prática de Ensino de Sociologia, levando em consideração a formação e experiência de professores que lecionam no município, seus desafios e estratégias metodológicas e, desse modo, se dedicam a formação cidadã dos alunos e alunas – seguindo os pressupostos fundamentais elencados por diversos autores clássicos do pensamento sociológico.

A entrevista foi gravada com seu consentimento, mas seus dados e nomes como idade e cidade não estarão presentes na pesquisa, tornado público após a defesa e inserção do Trabalho de Conclusão de Curso no banco de dados da instituição (UFMA) apenas nomes fictícios, seguindo o Código de Ética estabelecido pela Associação Brasileira de Antropologia. Os fins da pesquisa são unicamente o conhecimento das realidades e dinâmicas locais. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder alguns questionamentos levantados pela pesquisadora através de um questionário semi-estruturada.

Sr. (a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. Desde já agradecemos!

Juliana Moraes Castro

Juliana Moraes Castro

São Bernardo/MA, 13 de novembro de 2019.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa:

Isabelle Gonçalves de Souza

(Assinatura)